

Sérgio Nunes de Jesus

**DISCURSO POLICIAL:
A SUBJETIVIDADE EM BOLETINS
DE OCORRÊNCIA**

**UNIR
Fundação Universidade Federal de Rondônia
2008**

Sérgio Nunes de Jesus

**DISCURSO POLICIAL:
A SUBJETIVIDADE EM BOLETINS
DE OCORRÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Linguística do Campus de Guajará-Mirim da Fundação
Universidade Federal de Rondônia como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Nair F. Gurgel do Amaral

**UNIR
Fundação Universidade Federal de Rondônia
2008**

Ficha Catalográfica

Jesus, Sérgio Nunes de
Discurso policial: a subjetividade em Boletins de Ocorrência./ Sérgio
Nunes de Jesus
- Guajará-Mirim, RO: [s.n.], 2008

Orientador (a): Nair F. Gurgel do Amaral
Co-orientador: Celso Ferrarezi Junior
Dissertação (mestrado) - Fundação Universidade Federal de Rondônia,
Campus de Guajará-Mirim.

1. Discurso. 2. Boletins de Ocorrência. 3. Subjetividade. I. Amaral, Nair
F. Gurgel do. II. Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus
de Guajará-Mirim. III. Título.

Esta dissertação foi julgada suficiente como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Linguística, opção Análise do Discurso, e aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em Linguística do Campus de Guajará-Mirim da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Guajará-Mirim/RO, 03 de Julho de 2008.

Prof^ª. Dra. Iara Maria Teles
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação
do Campus de Guajará-Mirim

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Nair F. Gurgel do Amaral _____
Orientador (a) e Presidente da Banca

Prof. Dr. Celso Ferrarezi Junior _____

Profa. Dra. Iracema Gabler (Suplente) _____

Profa. Dra. Neusa dos Santos Tezzari _____



DEPARTAMENTO DE LETRAS E LINGÜÍSTICA
SETOR DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO EM LINGÜÍSTICA

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS, para os devidos fins e de acordo com os assentamentos existentes neste setor, que o mestrando **Sérgio Nunes de Jesus** cumpriu todas as tarefas do *Curso de Pós-Graduação em Lingüística* a saber:

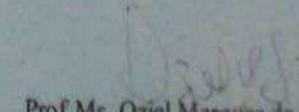
- a) disciplinas, seminários, atividades programadas, proficiência em línguas;
- b) publicação de artigo científico;
- c) apresentação de trabalho em evento científico;
- d) elaboração da Dissertação de Mestrado intitulada *:"Discurso Policial: a subjetividade em Boletins de Ocorrências";*
- e) defesa de Dissertação no dia 03 de julho de 2008, obtendo aprovação por *Banca Examinadora* regularmente aprovada pelo Colegiado, designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UNIR Campus de Guajará-Mirim e constituída dos seguintes membros: Dr^o Nair F. Gurgel do Amaral (orientadora), Dr. Celso Ferrarezi Junior, Dr^o Neusa do Santos Tezzari e Dr^o Iracema Gabler (suplente).

Este **CERTIFICADO DE MESTRE EM LINGÜÍSTICA** tem validade até a emissão do diploma.

Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Rondônia.

Guajará-Mirim, aos 03 de julho de 2008.


Prof. Dr. Anselmo Colares
Diretor do Campus de Guajará-Mirim


Prof. Ms. Oziel Marques da Silva
Chefe do Departamento de Letras e Lingüística

Prof. Ms. Oziel Marques da Silva
Chefe do Dep. 1 - Letras e Português
Portaria n.º 1072/07 de 11/09/2007

AGRADECIMENTOS

A DEUS – por ser o guia do meu destino...

As minhas mães – *Carmelita, Diva, Carmem e Joana* por me proporcionarem o acesso à educação como ponto de partida para uma vida melhor;

Ao meu colega – *Marinho Celestino de Souza Filho* nas aventuras acadêmicas durante o mestrado, (que sufoco nessa estrada – valeu a pena!);

Àquela com quem aprendi a prudência e a perspicácia de um pesquisador-aprendiz – professora *Dra. Nair F. Gurgel do Amaral*;

Um agradecimento especialíssimo ao professor *Celso Ferrarezi Junior* pelas sugestões aqui contidas e por eu ter aprendido como devemos ser perspicazes com a visão científica; e também a professora *Neusa dos Santos Tezzari* por me direcionar num horizonte que a língua(gem) ainda percorre.

Aos meus mestres que se eternizaram em suas “conferências-aula” – *Catherine Bárbara Kempf, Geralda de Lima V. Angenot, Iara Maria Teles, Jean-Pierre Angenot, Laércio Nora Barcelar e Maria Cristina Vitorino de França*; um muito obrigado;

Ao meu colega – professor *Jorge Luís de Freitas Lima* pelas sugestões durante o meu quebra-cabeça ao redigir essa dissertação;

Um grande obrigado ao Professor *Ismael Cury*/UNESC-RO – pela perspicácia e agudeza de um jurista, me indicando caminhos a seguir sem ferir as arestas das “facetas” jurídicas, pois quanto mais nos aprofundamos num contexto, menos nos tornamos capazes de conhecê-lo razoavelmente bem, isto posto; enquanto pesquisadores; um muito obrigado professor – aprendi muito com as “suas entrelinhas”;

E um agradecimento muito especial a minha ex-orientada - *Sirleni Paixão Santana*, por acreditar que seria possível trabalhar com um *CORPUS* “diferente” do convencional;

A minha ex-orientada, hoje, colega de profissão e atual agente policial do Município de Cacoal, *Marli Kemper* – por me encaminhar às pessoas certas quando precisei (na Delegacia), obrigado!;

Um grande obrigado a *José Carlos da Silva Barbosa* pelo grande auxílio e apoio à minha pesquisa durante o ano de 2004/2005 na (Delegacia do Município de Espigão D'Oeste/RO – onde começaram minhas inquietações científicas a partir dos Boletins de Ocorrência (BO's));

A Delegada de Polícia do Município de Cacoal, *Marcela Cristina Ozório* – pelas valiosas contribuições jurídicas constantes neste trabalho;

Ao Escrivão de Polícia do Município de Cacoal, *Giuliano Ricardo Lopes* – pelas sugestões sobre as narrativas nos BO's;

A professora e colega *Geane Valesca Klein* pelas observações que muito contribuíram a partir das nomenclaturas discursivas contidas ao longo do trabalho - obrigado!

DEDICATÓRIA

A minha mãe (Carmé) por me proporcionar à educação mesmo com dificuldades até o ensino superior e aos meus saudosos filhos, *Victor Augusto, Analua, Aglaia Leticia e Ariadne Isabela* – que sempre estarão presentes em minhas conquistas, mesmo que devagar e sempre...

A memória de meu *Pai* e minha *Avó*, que mesmo ausentes em corpo (*in memoriam*), sempre estiveram presentes em minhas decisões ao longo de minha vida e em meu coração; *Meu Pai*, mesmo sem tê-lo conhecido se faz presente em guiar meus caminhos; *Minha Avó*, que sempre me fez acreditar na presença do seu filho, que se fora cedo demais, deixando ainda duas vidas, dois laços e uma família para a vida encaminhar...

A professora *Elcy S. S. Silveira* – por sempre acreditar em mim desde a Graduação na Universidade do Estado da Bahia; *Campus* da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetitê/FFCLC; um muito obrigado estimada professora.

A *Noemi de Mello* por fazer parte de minha vida e acreditar que o possível é, e está sempre presente em nossas vidas com as graças do *Pai Celestial*.

*A descoberta consiste em ver o que todo mundo viu
e pensar o que ninguém pensou.*

(Albert Von Szent-Györgyi)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

I. CAMINHOS DA SUBJETIVIDADE

1.1	Perspectivas epistemológicas da linguagem	16
1.2	A lingüística da enunciação.	18
1.2.1	Michel Foucault e os pressupostos da enunciação.	22
1.2.2	A noção enunciativa.	25
1.3	Dialogismo, polifonia e heterogeneidade: perspectivas enunciativas.	27
1.3.1	Notas sobre o dialogismo.....	27
1.3.2	polifonia e perspectivas.	28
1.3.3	Heterogeneidade e o discurso do outro.....	28

II. DISCURSO E LINGUAGEM

2.1	Alguns pressupostos da Análise do Discurso Francesa (ADF).	30
2.2	Evidências do discurso.	34
2.2.1	O <i>corpus</i> do discurso.	35

III. A LINGUAGEM PERSUASIVA E A ARGUMENTAÇÃO NA LINGUAGEM

3.1	Auditório social e textualidade na linguagem e no discurso.	37
3.1.1	O auditório social e a relação comunicativa.	41
3.2	A comunicação e o discurso.	44
3.2.1	O discurso e a textualidade.	45
3.2.2	O discurso no texto.	47
3.3	Da análise ao texto.....	48

IV. A QUESTÃO IDEOLÓGICA E A SUBJETIVIDADE NA AD

4.1	O pragmatismo ideológico.....	50
4.1.1	A ideologia como abordagem socializadora.	52
4.2	Mikhail Bakhtin e a teorização ideológica marxista.....	57

V. DIREITO: PRINCÍPIOS DA NORMATIZAÇÃO CIENTÍFICA

DA LINGUAGEM

5.1	A visão interdisciplinar e suas balizas: entre o Direito e a Lingüística.	61
-----	--	----

VI. O MÉTODO

6.1	A natureza da pesquisa.	64
-----	------------------------------	----

6.2 Etapas da pesquisa.	64
VII. A CONCEPÇÃO E ANÁLISE NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA	
7.1 Os Boletins de Ocorrência (BO's): a língua(gem) comunicativa.	66
7.2 O discurso policial nos BO's.	68
7.2.1 Um prospecto sócio-lingüístico do discurso do escrivão nos BO's.....	71
7.2.2 A sistematização na língua(gem).	72
7.2.3 A paráfrase como constituição de uma abordagem pragmática.	73
VIII. A ANÁLISE DO PONTO DE VISTA LINGÜÍSTICO	
8.1 O discurso relatado.	75
8.2 O discurso referido.	83
IX. CONCLUSÃO	
9.1 A subjetividade em Boletins de Ocorrência.	98
IX. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
X. ANEXOS	

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido de acordo a premissa metodológica da pesquisa bibliográfica e, ao mesmo tempo, de campo, construindo assim um contexto dialético no estudo da língua escrita nos BO's, levando em consideração a descrição do *Corpus* e seus constituintes: as formas e os tipos de interação verbal; as formas das distintas enunciações, dos atos de fala/escrita isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala/escrita na vida e na criação ideológica que representam uma determinação pela interação verbal. Os resultados foram obtidos a partir da comparação dos BO's. Classificando-os para melhor compreensão em: ponto de vista *lingüístico* ou *relatado* e ponto de vista *discursivo* ou *referido*, que desencadeou as delimitações dos depoimentos transcritos/narrados por um (*sujeito*) sob uma perspectiva lingüístico-discursiva no Discurso Policial nos Boletins de Ocorrência no ato da escrita. Tendo em vista que os contextos narrativos serviram como base interdiscursiva na construção da presença/ausência de subjetividade nos BO's, pode ser percebida a constituição do sujeito pelo contexto/cenário/cultura e pensamento do indivíduo pluralizado em seu discurso; esse a partir da expressividade imposta no ato da escrita no *Corpus* dos Boletins de Ocorrência.

Palavras-chave: 1. Discurso 2. Discurso Policial. 3. Subjetividade.

ABSTRACT

The present work was developed agreed the methodological premise of the bibliographical research and, at the same time, of field, building like this a context dialectic in the study of the written language in the BO's, leading in consideration the description of the *Corpus* and his deputies: the forms and the kinds of verbal interaction; the forms of the distinct enunciations, of the acts of isolated speech, in narrow connection This is, the speech acts categories in the life and in the ideological creation that represent a determination by the verbal interaction. The results were obtained from the comparison of the BO's. Classifying them for better comprehension in: *linguistic* viewpoint or *related* and viewpoint *discursive* or *referred*, that triggered the demarcations of the statements transcribed/told by a (*subject*) under a perspective linguistic-discursive in the Police Talk in the Bulletins of Occurrence in the act of the written one. Having in mind that the narrative contexts served like base interdiscursive in the construction of the presence/absence of subjectivity in the BO's, can be perceived the constitution of the subject by the setting and thought of the individual pluralized in his talk; that from the imposed expressiveness in the act of the written one in the *Corpus* of the Bulletins of Occurrence.

Keywords: 1. Talk. 2. Police Talk. 2. Subjectivity.

APRESENTAÇÃO

O “conhecer” e o “pensar” subsistem no ser humano por sua capacidade e necessidade, pois como afirma Bacon (*apud* Ruiz), 1991 (p. 85), conhecer é poder. Nessa mesma ordem situa-se a linguagem que “[...] por sua vez, encerra o mito profundo na medida exata em que traduz os anseios da natureza humana e, por isso mesmo, a revela a seu modo”.

Nesse sentido, “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN, 1997, p. 33). A presente proposta de pesquisa é de extrema relevância, uma vez que é a partir do discurso que se evidencia a ‘construção da imagem’ do depoente nos Boletins de Ocorrência (BO’s) a qual se realiza a partir de sentidos que se constituem em valores morais e éticos do indivíduo. Da mesma forma ‘pensamento/verdade/linguagem’ e como transforma a cultura “tanto pelo meio da linguagem quanto por meio de gestos e ações” que a constituem. (CHAUÍ, 1997, p. 14).

Assim, considera-se importante visualizar o signo como um dispositivo ideológico

e todos os seus efeitos, ações, reações e novos signos que gera no meio social circundante aparecem na experiência exterior que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos, pois se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social (BAKHTIN, 1997, p. 34).

Para tanto, é importante levar em consideração que a área de interesse a ser investigada se constitui em função dos princípios da Análise do Discurso (AD), tendo como delimitação temática à pesquisa o *Discurso policial: a subjetividade em Boletins de Ocorrência* (BO’s). Assim, a escolha do problema, por sua vez, surge como base estrutural da comunicação escrita nos (BO’s) e por se tratar de um assunto pouco estudado a partir dessa visão discursiva, tornando-o relevante e adequado às propostas inter e extra-discursivas na abordagem da subjetividade do discurso nos (BO’s). Assim, a possibilidade de desenvolver um estudo em que as indagações poderão ser verificadas dentro das abordagens da problemática ao longo da pesquisa.

Essas abordagens servirão como base epistemológica aos contextos da cientificidade proposta na Análise do Discurso nos Boletins de Ocorrência (BO’s), a partir da subjetividade comunicativa na dimensão contextual.

INTRODUÇÃO

O homem, como um ser social, é regido por regras de interinfluência entre relações e modalidades de expressão da natureza do poder “axiológico-político-filosófico” na idéia do direito.

Dessa forma, “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto” BAKHTIN, (1997, p. 106). Assim, o contexto narrativo, por sua vez, a ser analisado terá como base os discursos transcritos nos BO’s.

Com isso, o aspecto ideológico é, ao mesmo tempo, persuasivo e dialético, pois aparecerão dentro do contexto da linguagem prismas de grande valor (como ser da linguagem), à medida que a linguagem se diversifica num dado momento do contexto discursivo, observando pontos relevantes do objeto de estudo; nesse caso, os BO’s. Para Bakhtin, 1997, (p. 112-3):

O mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc. Quanto mais aculturado for o indivíduo, mais o auditório em questão se aproximará do auditório médio da criação ideológica, mas em todo caso o interlocutor ideal não pode ultrapassar as fronteiras de uma classe e de uma época bem definidas.

Assim, o presente trabalho será desenvolvido de acordo com a metodologia da pesquisa bibliográfica e, pesquisa de campo, constituindo assim, um suporte dialético no estudo da língua (como elemento de enunciação escrita), levando em consideração o aporte dialético em Bakhtin, 1997, (p. 124) quando estabelece uma ordem metodológica para o estudo da língua como:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza; 2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que representam a uma determinação pela interação verbal; 3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual.

Nesse sentido, merecendo assim um destaque como base discursiva de critérios que facilitem a compreensão analítica nos BO’s como: analisar o discurso escrito nos BO’s, considerando – 1. a escolha vocabular feita pelo escritor (discurso policial); 2. as estratégias

discursivas da vítima (depoente) com vistas a sua defesa e acusação ao infrator; 3. o uso das dêixis como recursos argumentativos; e as marcas de subjetividade no Discurso policial e 4. a subjetividade em Boletins de Ocorrência como pressuposto do discurso (narrativo) analisado.

I. CAMINHOS DA SUBJETIVIDADE

1.1 Perspectivas epistemológicas da linguagem

Desde a organização do homem em sociedade, há necessidade de usar processos interativos que evoluíram e atingiram, ao mesmo tempo, uma evolução qualitativa da linguagem em sociedade. Observa-se, portanto, que a linguagem faz parte da vida social do homem e se perpetua na cultura. A língua, por sua vez, é considerada dentro desse processo cultural, como o elemento de maior relevância para a interação do homem com o meio, realizando-se, na ação verbal ou escrita; essa definida pelo signo do interlocutor e suas criações lingüísticas na sociedade.

Todavia, é importante ressaltar que, por trás de cada signo, há sempre uma ideologia a ser ‘manipulada-interpretada’ no ato da comunicação, construindo assim uma imagem cultural que o homem assume na identidade de ser o ‘sujeito’ da ação, não só apenas do objeto, como também da realidade do aparelho ideológico que se constitui a partir dos ‘sentidos’ do signo lingüístico. Nesse sentido, dispõe Ferrarezi Junior (2003) que “a palavra por si mesma não caracteriza muita coisa, pois ela delimita contextos diferenciados a partir da referência interna do falante”.

Assim, segundo Borges e Jesus (2005) “o código de uma palavra não é totalizador enquanto parece, pois depende da interpretação do interlocutor-leitor para que se realize”; pois as interpretações são diferenciadas a partir de cada indivíduo, o qual apenas percebe que fala uma língua quando tem um ‘sentimento internalizado’ de maneira psíquica do próprio falante.

Para Frege (1978, p. 36), o sinal é mais do que a ‘palavra’ propriamente dita, pois ela vem com cunho semântico delineado pelo discurso do falante. Sendo assim, pode-se evidenciar que a linguagem é a base de sustentação do homem, a qual para Charaudeau e Mainguenu (2007, p. 127-8) a delimitam como

[...] conjunto de representações que os interlocutores [...] podem ser ou não partilhados pelos participantes do processo comunicativo. [...] dada à abertura da interação, o contexto é ao mesmo tempo construído na e pela maneira como se desenvolve; definida de antemão, a situação é sem cessar redefinida pelo conjunto de acontecimentos discursivos. Em outros termos: a relação entre texto e contexto não é absolutamente unilateral, mas *dialética*: “O contexto delimita a linguagem ao mesmo tempo em que é ele próprio delimitado por ela. [...] O contexto não restringe simplesmente a linguagem, mas é também um produto do seu uso.” (DURANTIE GOODWIN, 1992, p. 30)

Para tanto, como instituição, ela, a língua não é absolutamente um ato; ela escapa a qualquer premeditação; é a parte social da linguagem, pois o indivíduo não pode sozinho, nem criá-la, nem modificá-la. Trata-se essencialmente do ato de se comunicar; pois, é abordado por Arrivé (2001, p. 31-3) que,

[...] nos dois sentidos da palavra: enxameia e se reproduz, originando incessantemente aplicações novas. Há que se tornar aqui, como ponto de partida de um itinerário inevitavelmente sinuoso, o Vocabulário da Psicanálise (1971) encontrando assim símbolos à introdução à psicanálise como: símbolo mnêmico (ego); simbólico (epistemológico); Simbolismo – sentido lato, sentido restrito; e, também sua distinção a partir dos símbolos freudianos como: símbolo mnêmico, símbolo de afeto, e as relações à terminologia inversa de Saussure que determina as acepções dos diferentes conceitos vizinhos e até mesmo idênticos a partir do signo proposto na linguagem.

Assim sendo, é relevante afirmar que a idéia do signo é, portanto, uma abstração. Em termos lingüísticos, diríamos que é uma categoria da *langue*, ou seja, do sistema lingüístico e não da *parole* da língua falada.

Logo, para Nöth (1995), no uso pragmático da língua falada ou escrita, em situações concretas, os símbolos adquirem ancoragem indicial. É essa ancoragem que irá ligar o signo aos objetos e as situações factuais do mundo.

Nesse sentido, é válido ressaltar que o sinal da fala é mais complexo que o sinal da escrita, uma vez que às intenções são mais implícitas, pois a quantidade de informações geradas dentro de um cenário particular, a palavra dependerá das formas que o falante dará a partir do seu sinal.

Ao considerar o sistema lingüístico a partir da língua, essa como consciência dos propósitos da comunicação, a língua adquire novos contextos e significações dependendo de como usar.

Todavia, segundo Bakhtin (1997), o signo é tão somente um elemento descodificado, o que evidencia que só o sinal possui identificação como conteúdo de um sistema mutável que pode ou não designar um dado objeto; pois na palavra sozinha o sinal é morto, só no cenário que haverá uma forma para compreendê-la.

Destarte, tais inferências constituem sua existência, pois, mesmo dentro de um contexto orientado, ela caracteriza-se de um signo correlato de um fato real; para Ferrarezi Junior (2003) “[...] a forma lingüística do signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica da compreensão da palavra num sentido particular”.

Se alguém cria um novo símbolo, ele o faz por meio de pensamento que envolve conceitos. Assim, para Nörth (1995),

[...] é apenas a partir de outros símbolos que um novo pode surgir [...] Um símbolo, uma vez existindo, espalha-se entre as pessoas. No uso e na prática, seu significado cresce [...] O símbolo pode, como a esfinge de Emerson, dizer ao homem: De teu olhar, sou a olhadela.

Essa evolução enigmática, segundo Orlandi (1994), nada mais é que o desenvolvimento dialógico. Este antecipa a idéia como decisão na evolução da linguagem do indivíduo e sua analogia criativa das palavras e sua cognição social.

Dessa forma, Bakhtin (1997) conceitua que “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto”. A linguagem-narrativa a ser analisada terá como base de ligação o contexto discursivo a ser analisado. A linguagem por certo, dará o ensejo particular nas análises semântico-pragmáticas do “como” essa procedência presentificará o valor discursivo do pensamento do depoente.

Todavia, para Orlandi (1994), “essas delimitações na cosmovisão do signo lingüístico é o indivíduo que a mantém viva nos diferentes moldes sociais, pela interlocução convencional da linguagem enunciada/enunciativa a partir da reflexão do subjetivismo”.

Com isso, o aspecto ideológico é, ao mesmo tempo, persuasivo e dialético, pois aparecerá dentro do contexto da linguagem um prisma de grande valor (como ser da linguagem), ou seja, uma realidade estrutural da visão do homem com o meio, à medida que se diversifica, pois segundo Brandão (1998, p. 11), “o mundo interior e a reflexão de cada indivíduo têm um auditório social próprio bem estabelecido, em cuja atmosfera se constroem suas deduções interiores, suas motivações, apreciações, etc.”.

1.2 A lingüística da Enunciação

Para Bakhtin (1997), “a língua pode ser conceituada por meio das normas sociais, uma vez que o sistema lingüístico apresenta posições conforme o desenvolvimento social”. O sistema de normas pode ser imutável segundo a consciência individual, mas analisando os fatores da língua de maneira geral. Assim, observa-se que as normas encontram-se em constantes mudanças decorrentes do fator social.

As normas lingüísticas ditadas pela sociedade são análogas e relacionam-se à consciência dos indivíduos que são contribuidores para as variações das normas. Essas normas diferem pela significação estabelecida por um determinado ambiente social.

Dizer que a língua, como sistema de normas imutáveis e incontestáveis, possui uma existência objetiva é cometer um grave erro. Mas exprime-se uma relação perfeitamente objetiva quando se diz que a língua constitui relativamente à consciência individual (...) de uma comunidade lingüística dada. (BAKHTIN, 1997, p. 91).

O sistema de normas da língua não pode ser fixo, pelo fato de que a língua é um sistema passível de mudanças. O homem realiza mudanças nas normas lingüísticas por meio de seus processos cognitivos, o que o leva a desviar-se das formas normativas inconscientemente. Mas, ao locutor, o que realmente importa não é o aspecto lingüístico e sim a significação que a nova forma adquire num dado contexto, ou seja, para o falante, não importa a estabilidade da forma lingüística, mas sim suas variações e flexibilidades.

Bakhtin (1997) diz ainda que, mesmo que o locutor leve em consideração o ponto de vista do receptor, a norma lingüística não se estabelece na comunicação, pois, assim como o locutor, o receptor também pode levar em consideração a flexibilidade e a variação da linguagem; tratando-se de decodificação, não importa a forma utilizada de maneira pura, mas sim o entendimento que se atinge dentro de um determinado contexto. Dessa maneira, o sinal pode ser identificado por todos os receptores de uma mesma maneira e o signo pode ser compreendido de muitas maneiras, sendo que uma pura “sinalidade” não possui finalidade definida para a lingüística e estando unida a sua identificação, ainda assim não constituem uma língua. Ela, por sua vez, é uma constante; a partir da sua praticidade não há um sentido real, mas sim um valor na multiplicidade da significação dessa língua pelos falantes nativos. No entanto, para que se possa perceber a forma fixa, é necessário utilizar as particularidades das normas lingüísticas e isso não acontece com os falantes por não conhecerem o caráter restritivo da mesma; esta irá sempre se apresentar de forma precisa aos locutores caso haja uma separação do que é abstrato e do que é vivencial, pois passará a se perder por completo os signos (significados) e restarão somente os sinais, deixando, portanto, o contexto sem significação.

Logo, é válido considerar que o sistema lingüístico é constituído por elementos abstratos que fazem parte do fator enunciativo. Esses elementos, para se confirmarem, devem ter um propósito teórico e prático com significação, para que não se tornem vagos e sim para gerar resoluções adequadas ao seu propósito de uso.

Assim, pode-se perceber que a enunciação se constitui no ato de produzir enunciados, que são as realizações lingüísticas concretas; esta, por sua vez, não tem função referencial e

sim auto-referencial por referir a si mesmo, ou seja, alguns fatos lingüísticos são somente entendidos diante da função do ato de enunciar.

Entre os enunciados, encontra-se o enunciado performativo que expressa ações nomeadas por eles mesmos, nos quais a realização da ação depende da enunciação da frase, e esta é parte da significação. Dessa maneira, alguns enunciados têm a característica de remeter a outros, pois contém subsídios que podem expressar e transmitir informações além do que as palavras da frase significam.

Nota-se, então, que o falante expressa algo de maneira direta; assim o enunciador de um texto trabalha com a significação e com os estratos dentro das frases e, conseqüentemente, dentro de um texto.

Tratando-se de enunciação monológica, pode se dizer que está inserida na comunicação verbal, não podendo ser transferida, sendo uma abstração natural que faz intermédio entre os atos da fala.

A enunciação monológica fechada constitui, de fato, uma abstração. A concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização primitiva. Na enunciação monológica isolada, os fios que ligam a palavra a toda a evolução histórica concreta foram cortados. (BAKHTIN, 1997, p. 103).

Nessa abordagem, torna-se difícil à separação entre o arcaico e o novo da língua, pois não se pode estudar a dualidade da língua separadamente, porque uma está interligada à outra e se houver o intuito de separá-las para o estudo, ocorrerá um desvio de conhecimento, pelo fato de que se restringirá a apenas uma época.

Em contraposição, os lingüistas destacam que a linguagem não é um fator totalmente natural do homem, mas sim a capacidade de construir uma língua julgando que o indivíduo poderia utilizar outros meios para se comunicar. Afirmam também que o aparelho vocal é classificado como uma questão secundária nos estudos da linguagem, mas isso não impede que o indivíduo decodifique os sons e signos contidos na fala, levando em consideração que a língua necessita do fator social para se desenvolver. Nesse sentido, a língua para Bakhtin é um fator social e a fala individual podendo realizar transformações no seu sistema; ele afirma também que a linguagem seja composta de partes de diferentes naturezas, enquanto a língua é composta de partes iguais.

Na realidade, a enunciação pode ser entendida como um produto do ato da fala, assim, mais precisamente, não pode ser considerada como uma atividade estritamente individual. Pelo contrário, a enunciação deve ser firmada como algo de natureza social.

Assim, o campo de observação da pesquisa lingüística não se reduz ao estudo de uma “política externa”, mas, sobretudo, ao estudo das relações encontradas no interior da enunciação monológica, ao passo que aquilo que a ela ultrapassa não mais se caracteriza como elemento constitutivo do estudo da ciência da linguagem; (isso depende do conceito de linguagem que se adota). A esse respeito dispõe Bakhtin (1997, p. 105) que “[...] A enunciação como um todo não existe para a lingüística”. Conseqüentemente, apenas subsistem os elementos do sistema, isto é, as formas lingüísticas isoladas. Somente elas podem suportar o choque da História.

Entretanto, para estudar a enunciação, faz-se necessário compreendê-la como um fenômeno lingüístico, incluindo propriamente a presença de um sujeito, sujeito este carregado de forma lingüística. Assim, a semantização deve ser tratada como algo relevante ao funcionamento da língua, de modo a conceber a língua como uma entidade carregada de subjetividade. Dessa maneira, a enunciação passa a ser compreendida como fonte de funcionamento da língua, ao mesmo tempo em que ela é afetada por sua exterioridade.

Assim defino enunciação como pôr-se a língua em funcionamento movimentada pelo interdiscurso, quando alguém ocupa aí uma posição de sujeito. E o interdiscurso, ao movimentar a língua, movimenta-se em conjunto, como memória. Isto faz com que toda a enunciação seja uma dispersão de posições de sujeito. Ocupar uma posição de sujeito identificar-se como sujeito é: sempre, estar dividido entre o que se supõe saber sobre si e o que é dito na enunciação. (RAJAGOPALAN *apud* GUIMARÃES 1996, p. 99).

Assim, para Guimarães (2005), o sentido de um enunciado são os efeitos de sua enunciação. Com isso, evidencia-se que “o sentido não é efeito da circunstância enunciativa, nem é só memória. O sentido são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições de sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento”.

Para se descobrir o sentido de uma frase é preciso situá-la em um determinado tempo/espço situacional. O sentido de uma frase, dentro do enunciado, representa a função da mesma numa dada situação de produção enunciativa do significado, pelo contexto lingüístico em que a mesma é produzida.

Sendo assim, percebe-se que, o sentido (funciona como uma imagem sensorial/material) que, para Saussure (1999, p. 80), é representada pelo (signo), ou seja, a

imagem acústica de representação conceitual arbitrária, enquanto o significado (opõe-se) a partir da substituição do (conceito e imagem acústica) pela sua dependência associativa do significante na arbitrariedade do signo no estudo enunciativo.

Para Koch (1987, p. 30), “a significação do enunciado é dada pela relação entre a linguagem e o mundo, constituindo, como já disse, o domínio da Semântica, o sentido é dado pela relação entre a linguagem e os homens, constituindo o campo da Pragmática”. Dessa forma, percebe-se que, tanto a Semântica quanto a Pragmática são importantes para a relação linguagem-homem e homem-linguagem.

Consoante a isso, há de se observar que, para que se descubra o sentido de determinada sentença, faz-se necessário verificar a intencionalidade e outros fatores da textualidade presente em cada palavra, uma vez, que a articulação das palavras dentro das frases que compõem o enunciado colabora pela configuração de sentidos diversos, ou seja, de acordo com o contexto e suas relações, toda palavra torna-se plurivalente e ocupa função diferenciada. Palmer (1976, p. 42), afirma que “o sentido está relacionado com o complexo sistema de relações que os próprios elementos lingüísticos (sobretudo as palavras) estabelecem entre si, diz apenas respeito às relações internas da língua”.

1.2.1 Michel Foucault e os pressupostos da enunciação

O pensador francês Michel Foucault construiu obra de relevância inegável, retratando temas como: o saber, o poder e a essência do sujeito. Os escritos de Foucault são muitos, com abordagens profundas e constituídas de maneira bastante singular pelo pensador.

Para Foucault, há dois enunciados distintos que são relativos aos grupos discursivos opostos e que, só é possível encontrar uma proposição de um único valor, obedecendo, portanto, a um único conjunto de leis de construção que oferece as mesmas possibilidades de utilização. Do contrário, podem existir formas proposicionais bem complexas e também proposições fragmentadas, tratando então de enunciados simples, completos e autônomos.

Porém, esses critérios que permitem definir a identidade da proposição distinguindo-os sob a sua unidade de construção ou caracterizando sua autonomia ou sua propriedade, não servem para perfazer a unidade singular de um enunciado.

Acerca das postulações de Foucault, dispõe Henry (1992, p. 106):

As relações entre frases, assim como as relações lógicas entre proposições, ainda que suscetíveis de serem descritas de maneira autônoma, só são concebíveis sobre um fundo de relações de coexistência entre enunciados, no interior do que ele chama de formações discursivas.

Por isso, toda vez que uma frase gramatical estiver isolada, pode haver a existência de um enunciado independente; entretanto, não se pode reconhecer a existência de um enunciado, quando a própria frase possibilita que se chegue ao seu nível de constituinte. Foucault (2004) relata que os enunciados não se restringem apenas às frases, mas que eles são também constituídos por símbolos que, por sua vez, possuem uma gramaticalidade, ou seja, são compostos por sentidos cujos significados são determinados por regras de sua lei de constituição; torna-se, então, possível dizer que existe um enunciado, cada vez que se reconhece e isola um ato de formulação. Assim, “[...] supor que a individualização dos enunciados depende dos mesmos critérios que a demarcação dos atos de formulação. Cada ato tomaria corpo em um enunciado e cada enunciado seria internamente habilitado por um destes atos. (Foucault, 2004, p. 94)

Partindo desse pressuposto, nota-se que os enunciados são isolados na sua totalidade, pois sua própria lei de constituição demarca este aspecto que cada ato que constitui um enunciado o tornaria por um todo e cada enunciado incorporaria um ato que designa o ato ilocutório, ou seja, o sentido que este produziu pelo próprio fato de ser um enunciado. Assim, o enunciado existe pelo ato de sua formulação e vice-versa, dentro de uma exata reciprocidade.

É necessário, portanto, mais de um enunciado para formar um texto como: juramento, prece, contrato, promessa, em que os enunciados (frases) como questão teórica sejam encontrados separadamente; sendo, assim, difícil contestar a esses, o *status* de enunciado, pois o contexto em geral remete a um ato ilocutório e não às frases separadamente, ou seja, o sentido é obtido por um todo e não fragmentado.

Alguns atos ilocutórios só podem ser considerados como acabados se estiverem dentro da sua unidade singular e se os enunciados estiverem articulados de maneira correta, numa seqüência lógica, uma vez que os atos ilocutórios são constituídos por uma série de enunciados que necessitam da construção textual de um enunciado.

Os enunciados não existem no sentido em que uma língua existe e nem há um conjunto de signos exclusivos para si, definidos por meio dos traços oposicionais e por suas

leis de utilização; a língua não se apresenta em sua totalidade e os signos que formam seus elementos são formas que se impõem aos enunciados.

Portanto, se não houvesse enunciado não existiria a língua, ou seja, os enunciados são “signos” que designam sentidos que, por sua vez, permitem ao indivíduo concretizar sua comunicação dentro do sistema lingüístico. Sendo assim, a língua só existe sob o título de sistema de construção dos enunciados, mas a língua e o enunciado não estão no mesmo nível de existência, pois não se pode afirmar que há enunciado como há língua, ou seja, a língua ocupa uma extensão muito maior que os enunciados. Os enunciados então, não existem nem do mesmo modo que a língua, apesar de serem constituídos por signos definidos na sua individualidade no meio de um dado sistema lingüístico, nem do mesmo modo que os objetos são apresentados à percepção.

Observam-se, nesse sentido, que os enunciados não são sintagmas, nem regras de construção e não obtêm forma canônica de sucessão e de permutação, mas sim o que faz com que existam signos e permite que sejam utilizados de forma singular, (por isso não se devem confundir os elementos de uma língua).

Um dado número de signos só se tornará enunciado se obtiver uma relação específica que se refira a ela mesma, sendo assim, um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento e a relação que mantém com o conteúdo que anuncia não será idêntica a um conjunto de regras de utilização, sendo, portanto, uma relação singular; é necessário definir qual é a mensagem do enunciado e qual é o seu espaço de correlação, para poder afirmar com exatidão se a proposição tem ou não um referente, mas esta relação entre a proposição e o referente não poderá servir de modelo e de lei para a relação entre o enunciado e o que se anuncia, esta separação da forma de relação aparece nas frases que não têm sentido, apesar de ter uma estrutura gramatical inteiramente correta.

Assim, para Foucault (1992, p. 106), “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele diz (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser o sujeito”.

É no núcleo de uma relação enunciativa estabilizada que se pode assinalar a relação de uma frase e seu sentido. Por mais simples que seja um enunciado, não obterá como correlato um indivíduo ou objeto singular e este correlato não é um estado de coisa ou uma relação sucessível que venha verificar a proposição, mas sim um conjunto que tem capacidade em

fazer com que tais objetos apareçam (domínios de objetos fictícios, dotados de propriedades arbitrárias) e que tais relações podem ser assinaladas (um domínio de objetos materiais que possuem certo número de propriedades físicas constatáveis), dentre outros domínios.

De modo geral, o enunciado utiliza-se de signos lingüísticos que compõem a língua para formar uma enunciação dentro de um determinado contexto, permitindo, assim, que o indivíduo concretize o processo de comunicação. Todavia, o enunciado não pode ser considerado como a totalidade do sistema lingüístico e sim como um conjunto de relações entre elementos lingüísticos, uma vez que este não possui uma estrutura como a língua.

1.2.2 A noção enunciativa

As noções sobre enunciado e enunciação ganham lugar de destaque nas mais diversas concepções dos estudos da linguagem. Na verdade, existem muitas possibilidades de leitura dos termos enunciado/enunciação; entretanto, esses termos só ostentam relevo quando relacionados a outros termos ou conceitos.

Por essas razões, Brait (2005) propõe elucidar algumas dessas teorias, uma vez que o entendimento dessas diferenças acarreta profundas conseqüências no estudo da linguagem. Assim, para Ducrot (1972, p. 291), há uma aproximação convincente entre a frase e o enunciado quando expõe que

[...] a “língua” pode ser, nas linhas anteriores, apresentada como um conjunto de frases ou enunciados, pois a própria noção de frase ou de enunciado é uma construção (não se observa uma frase, mas apenas uma ocorrência de frase) e alguns lingüistas esperam poder, a partir dela, contribuir para a explicação dos fatos da linguagem observados na vida cotidiana.

Dessa forma, é possível dizer que o que o lingüista pode tomar como observável é o enunciado, manifestação particular, e não a frase, uma vez que esta não passa de uma intervenção da gramática. Assim sendo, entende-se por enunciação, o acontecimento em que há o aparecimento histórico/momentâneo de um enunciado. Ademais, outros estudos foram desencadeados num intuito de se explicar à natureza do enunciado e, em muitos desses casos, o enunciado foi descrito como uma espécie de texto.

Além do trabalho realizado por Ducrot (1972), outros estudiosos se destacaram por desenvolver estudos referentes à linguagem que envolvesse enunciado/enunciação; dentre eles, vale destacar a presença de Bakhtin (1999), que, por sua vez, concebe a linguagem a

partir de um ponto de vista histórico, cultural e social, incluindo assim, os sujeitos e os discursos dela pertencentes.

Para Brait (2005), o que Bakhtin (1999) faz é instituir uma teoria “enunciativo-discursiva” da linguagem, propondo reflexões sobre enunciado e enunciação que não se encontram prontas e acabadas, mas que buscam sentido e vão sendo construídas ao longo das discussões.

Nesse sentido, os termos enunciado, enunciado concreto e enunciação estão intimamente relacionados à palavra, evento e discurso verbal, isso porque um enunciado existe a partir do momento em que se percebe uma situação extraverbal envolvida no verbal, situação esta que não deve ser compreendida como algo externo ao enunciado, mas sim como uma parte constitutiva do mesmo.

Nessa perspectiva, ao se falar em enunciado/enunciação, deve-se levar em conta algumas particularidades, tais como: locutor e interlocutor que se conheçam e que possuam contextos afins, em nível de esclarecimento, o ambiente, sentimentos, situações, de modo a interagir no processo comunicativo. Além disso, o enunciado concreto, acima mencionado, equivale aqui à idéia de palavra, texto e/ou discurso, podendo ser caracterizada apenas no processo de interação verbal. Como se pode observar nessa abordagem de Brait (1997, p. 97):

Essa “avaliação social”, conceito retomado em vários outros momentos do conjunto das obras do autor, reitera a idéia de particularidade da situação em que se dá um enunciado, envolvendo uma atividade que poderíamos traduzir como “competência avaliativa e interpretativa de sujeitos em processo interativo”, ou mais simplesmente, o julgamento da situação que interfere na organização do enunciado e que, justamente por isso, deixa no produto enunciado as marcas do processo de enunciação.

Nota-se, assim, que o estudo da enunciação acontece de forma significativa em Bakhtin, tratada sempre numa dimensão social e interativa, se ligando a enunciações anteriores e posteriores.

Em *Estética da Criação Verbal*, Bakhtin (2003) trata da questão enunciado/enunciado concreto/enunciação como forma de elucidar o conceito de gêneros do discurso. Acredita-se assim que o estudo do enunciado e dos gêneros são de grande importância para o campo da lingüística, visto que tais elementos agem diretamente com enunciados concretos. Logo, para Bakhtin (1997, p. 132), “Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação [...], mas também um acento de valor apreciativo, isto é, [...] um conteúdo objetivo [...] pela fala viva, [...] determinado”.

Nesse sentido, observa-se que o acento apreciativo, dependendo da entonação, dá um “traço” de novos sentidos a palavra – construindo assim ironias ao sentido evidenciado. Para tanto, tem-se a noção que

O estudo da natureza dos enunciados e dos gêneros discursivos é, segundo nos parece, de importância fundamental para superar as concepções simplificadas da vida do discurso, do chamado “fluxo discursivo”, da comunicação, etc., daquelas concepções que ainda dominam a nossa lingüística. Além do mais, o estudo do enunciado com unidade real da comunicação discursiva permitirá compreender de modo mais correto a natureza das unidades da língua (enquanto sistema) – as palavras e orações. (BAKHTIN, 2003, p. 269).

Em suma, pode-se dizer, sob a perspectiva bakhtiniana, que a enunciação implica marcadores culturais, sociais e históricos.

1.3 Dialogismo, polifonia e heterogeneidade: perspectivas enunciativas

1.3.1 Notas sobre o dialogismo

O conceito de dialogismo para Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 160) foi um conceito emprestado, pela Análise do discurso, ao Círculo de Bakhtin e que se refere às relações que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que os destinatários poderão produzir.

A percepção Bakhtiniana evidencia também que o “diálogo” é a troca de palavra – maneira pela qual é a forma mais natural da linguagem, pois segundo Brait (2001, p. 70-1) o percurso reflexivo de Bakhtin é o fato de ele procurar diferentes respostas para as mesmas perguntas [...] circunscritas à relação entre o “eu” e o “outro”, especificamente “como a aparência do mesmo emerge da realidade da diferença [...]. Podemos perceber a pluralidade dos sentidos que serão constituídos na linguagem a media que o diálogo é produzido.

Nessa perspectiva, Barros (2003, p. 2-3) aborda que o dialogismo decorre da interação verbal que se estabelece entre o enunciador e o enunciatário, no espaço do texto. [...] Essa relação se constitui pela correlação de subjetividade, que se observa no deslocamento do sujeito e suas vozes sociais que faz dele histórico e ideológico.

Assim, segundo (Bakhtin e Volochinov, 1977, p. 136 *apud* Charaudeau & Maingueneau, 2004, p. 161) a compreensão sobre a noção do dialogismo deve ser compreendida pela necessidade decorrente da comunicação humana e seu processo

enunciativo mais significativa da comunicação verbal e sua evolução num dado grupo social em processo de evolução.

1.3.2 Polifonia e perspectivas

A concepção da palavra “polifonia” tem como ponto de partida a base estrutural do texto. Esse, por sua vez que pode se fazer falar sob várias vozes ao longo do texto a partir dos sentidos que lhe são atribuídos.

Bakhtin trabalhou a noção de polifonia desde a década de 1920, em sua pesquisa sobre os “Problemas da poética de Dostoiévski”, instituindo a sua importância na linguagem, bem como no interesse direto da lingüística.

A polifonia para (Charaudeau & Maingueneau, 2004, p. 385) é associada ao nível do enunciado [...] que se dá de múltiplas formas. [...] originalmente, que reside na cisão do sujeito falante no nível próprio do enunciado.

Essas preocupações teóricas não são construídas sobre uma mesma perspectiva, pois, cada conceito busca uma nova base metodológica que possa aproximar um conceito às diversas modalidades que a linguagem institui como ponto de apoio à noção polifônica. Fiorin (2003, p. 29) aborda que a rica e multifacetada concepção do dialogismo em Bakhtin se opõe ao conceito redutor, pobre e, ao mesmo tempo, vago e impreciso de intertextualidade. Tais manifestações representam diferentes pontos, pois a visão de polifonia é mais restrita e menos abstrata a questão da linguagem. Onde para a análise do discurso, segundo (Charaudeau & Maingueneau, 2004, p. 388) é um fenômeno de *fala* e, nesse sentido, concreto. A polifonia *literária*, enfim, que permanece na tradição bakhtiniana, [...] que mantém autor, personagens, vozes anônimas (o “diz-se”), diferentes níveis estilísticos [...] um jogo entre várias vozes.

1.3.3 Heterogeneidade e o discurso do outro

Falar da heterogeneidade do discurso significa tomar conhecimento de um funcionamento que representa a relação do interior com o exterior. Assim, a Análise do Discurso propõe que a linguagem é heterogênea, uma vez que o discurso se constitui a partir do discurso do outro que, por sua vez, opera sobre outros discursos.

Na realidade, o discurso não existe senão pela relação com outros discursos; desse modo, a palavra significa muito mais do que aquilo que *a priori* representa; igualmente, por

detrás de uma simples palavra existem outras palavras, as do outro, alterando claramente o discurso.

A partir desse princípio, para Maingueneau (1997, p 75), a heterogeneidade pode ser tanto mostrada quanto constitutiva; assim sendo

[...] a primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda a heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, por meio do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva.

Nesse sentido, a heterogeneidade mostrada é aquela que se encontra acessível e que permite a aprendizagem e a identificação da *alteridade*. Por outro lado, a heterogeneidade constitutiva é aquela que não deixa marcas aparentes, o discurso de *outrem* se insere no texto de tal modo que não pode ser aprendido por meio de abordagens devidamente lingüísticas.

Bakhtin, ao explicar que o fundamento da discursividade, o modo de funcionamento da linguagem, é o dialogismo, mostra que a interação enunciativa tem caráter constitutivo. Em termos da Análise do Discurso, isso significa dizer que o discurso é constitutivamente heterogêneo. (FARACO *et al.* 2001, p. 131).

Assim, um discurso nunca pode ser considerado homogêneo, uma vez que se constituem sob diferentes seqüências textuais e sob outras fontes enunciativas, as do outro. Isso porque as relações dialógicas estão sempre presentes na linguagem, mostradas, sobretudo na polifonia que para Bakhtin (1997) a caracteriza pela associação do nível do enunciado a partir de uma marca lingüística, esta empregada na língua e nos discursos: direto, indireto e indireto livre.

II. DISCURSO E LINGUAGEM

2.1 Alguns pressupostos da Análise do Discurso Francesa (ADF)

Antes de tratarmos da Análise do Discurso Francesa (ADF), primeiramente, devemos levar em consideração as concepções adequadas sobre as *Ciências Humanas*. É preciso situar no campo, a autonomia da ADF.

A idéia do *homem social* como objeto de estudo científico surge somente no século XIX, quando tudo que se refere a este se torna modelo de análise dominante nas ciências humanas, pois durante muito tempo o homem esteve confinado aos estudos da Filosofia. Sem dúvida, o século XX foi o responsável pela explosão dessas ciências nas quais novos fatores sociais surgiram com a necessidade de criar bases para serem compreendidas e, ao mesmo tempo, explicadas.

Nesta perspectiva, as ciências humanas desenvolvem um estudo em que o principal objeto de estudo é o homem. Igualmente, objetivam o *status* de ciência e, dessa forma, procuram compreender e explicar a realidade social para poder dominá-la, da mesma forma que as ciências naturais buscavam dominar a natureza. Assim, as ciências humanas buscam se legitimar como ciências e para isso se constituem a partir do *positivismo*, quer dizer, um saber científico pautado no empirismo, na objetividade, na experimentação, na validade, nas leis e na previsão.

Dentro desse princípio, as ciências humanas desenvolvem um conhecimento positivo da realidade, pressupondo a relação mantida entre o sujeito e o objeto. Com efeito, pode-se dizer que (Marques, 2003, p. 12) “o homem e os fatos sociais tornam-se objetos, coisas, passíveis de controle e intervenção”, ou seja, o sujeito e o objeto são concebidos como fatores dicotômicos, em que o homem e seu comportamento constituem objetos de estudos que podem ser dominados e manipulados.

No entanto, o modelo do positivismo tornou-se insatisfatório para explicar o homem e a sociedade contemporâneos, isto porque as ciências humanas introduziram em seu campo de estudo o *estruturalismo lingüístico*, que provocou a exclusão do sujeito da história, em busca de um conhecimento único e verdadeiro. Assim, evidenciando que intetizar a noção de sujeito, significa desconsiderar a existência da história; assim, o real e a verdade se anulam e tudo passa a ser visto como uma máquina ausente de ação.

Segundo Marques (2003) foi exatamente neste momento em que as ciências humanas estavam tomadas pelo estruturalismo que surge, na França, a escola de ADF, que considera o

conceito de *estrutura* impróprio para explicar o homem como produtor de textos. Com isso, pode-se dizer que o homem é subjetivo e sensível; há uma relação dialética entre o sujeito e o objeto, em que o sujeito é o criador e, ao mesmo tempo, o conhecedor da realidade.

Além disso, não existe uma ciência pura, desprovida de ideologias, existe sim, uma intersecção entre ciência e ideologia, em que se prefiguram pontos de vista distintos, relacionados a pontos de vista de classes. Esse pressuposto nos leva a novos paradigmas sobre a ação social, incluindo nele a subjetividade e destituindo dele os discursos homogêneos.

A ADF, por sua vez, se caracteriza como um dos métodos para se analisar discursos, procurando neles os sentidos prováveis, levando em consideração o *sujeito*, sua *história*, a *ideologia* e o *contexto social* no qual este sujeito encontra-se inserido. Para muitos estudiosos, a ADF procura preencher lacunas deixadas pela análise da língua e das proposições, considerando o discurso como um quadro que relaciona o lingüístico com o social. Entretanto, para outros, a ADF procura responder a uma série de questões levantadas pelas ciências sociais. Para Geraldi (*apud* Marques, 2003), fazer AD equivale a pensar as leituras objetivas de um texto, retirando dele seus significados sem se deixar influenciar pela subjetividade; assim respondendo às questões que se relacionam diretamente às/pelas ciências sociais.

Assim, a ADF pode ser considerada uma tradição intelectual de origem européia, cujo pai Michel Pêcheux, e seus colaboradores, no fim dos anos 1960, buscam a reconstrução histórica do sujeito ao associar a reflexão do texto com a história. Nessa direção, a AD emerge como um projeto fértil e relevante que merece críticas daqueles que defendem um posicionamento renovador na atualidade. Para isso, é preciso repensar o enraizamento lacano-althusseriano, na tentativa de construir um novo modelo de análise discursiva que leve em consideração as mudanças sofridas pelas ciências sociais nestes quase trinta anos, bem como a historicidade humana.

A escola francesa resgata a interdisciplinaridade em Análise do Discurso (AD), ao passo que, tanto o *marxismo*, quanto a *lingüística* e a *psicanálise* fazem parte dos estudos discursivos: o marxismo, em Althusser, pela relação da ideologia com as condições sociais da produção do discurso e da história; a lingüística, pelo conceito de estrutura e pelas análises dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e por fim, a psicanálise (lacaniana) a partir da descoberta do Inconsciente, tendo em mente uma teoria do Sujeito (da subjetividade).

A fim de enfatizar a teoria da AD ao nível dos fundamentos, é necessário atentarmos, antes de tudo, às transformações sofridas pela mesma ao longo de seu percurso histórico. Para

explicar esse desenvolvimento, é preciso observar a evolução de determinadas concepções teóricas nas três principais épocas/fases da AD.

É na primeira época/fase da AD, no final dos anos 1960, que se encontram o pilar da teoria de Pêcheux. Segundo Marques (2003) pode-se dizer que a (AD-1) tinha como objetivo trabalhar a homogeneidade enunciativa, concebendo o *corpus* fechado e constituído por seqüências que eram analisadas, privilegiando-se as identidades parafrásticas.

Pêcheux, baseado no positivismo de Althusser, propõe uma ruptura no campo ideológico das ciências sociais, ou seja, uma *análise automática do discurso*, pois, segundo ele, a ideologia constitui um obstáculo à produção científica, o que de fato não permite às ciências sociais *status* de prática científica. O que significa dizer que a atividade científica é uma prática teórica, uma “reprodução metódica” do objeto, em que os instrumentos são reinventados e transformados, o que permite experimentar um novo discurso teórico. Assim, podemos perceber que, nas ciências sociais; a adaptação para a AD foi trabalhosa, pois seus contextos não estavam (em primeiro momento) condizentes com os elementos propostos pela AD.

Diante dessa problemática, Pêcheux procura transformar a prática das ciências sociais em uma prática científica numa concepção mecanicista da natureza. Apesar de reivindicar a realidade histórica e o estudo da sociedade, Pêcheux não superou os modelos teóricos positivista, dominantes nas ciências sociais, segundo o qual o sujeito e o objeto não eram tratados de forma dialética no processo do conhecimento. Assim, sendo contrário ao seu modelo, buscou delimitar uma forma de conhecimento único e, ao mesmo tempo, verdadeiro.

Nesse sentido, Pêcheux procurou trabalhar com a questão da constituição do sentido em conformidade a do sujeito. Portanto, o sujeito como um efeito ideológico elementar, ou seja, que se constitui a partir da ideologia e nunca fora dela. Assim sendo, todo e qualquer indivíduo é ou já foi interpelado pela ideologia, transformando-se em sujeito. Logo, o sujeito não é subjetivo, o que designa uma teoria *não-subjetiva da subjetividade*, evidenciando assim que as ideologias são forças materiais constituídas dos sujeitos por meio de um processo não subjetivo.

Para tanto, nessa primeira fase, Pêcheux definia o assujeitamento ideológico que consiste em fazer com que cada indivíduo, inconscientemente, seja levado a ocupar seu lugar na sociedade, identificando-se aos grupos ou classes sociais. Observa-se, então, um *sujeito* dominado pela formação discursiva, que determina o que pode e deve ser dito.

Em vista disso, pode-se definir o discurso como um conjunto de enunciados comuns a si mesmo, diferentes de outros. Dentro desse princípio, Marques (2003, p. 54) evidencia que

“[...] o que está contido num discurso está excluído de outro. O discurso é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada que assujeita os enunciadores e se desenvolve sobre uma base que é uma concepção de língua estável e homogênea”.

Partindo desse pressuposto, pode-se concluir que Análise Automática do Discurso (AAD), tem o propósito de ser uma máquina para produzir tipologias que reduzam os discursos, em que cada discurso está submetido a regras específicas.

Em se tratando da Análise do Discurso da segunda época/fase (AD-2), pode-se dizer que esta surge justamente no contexto em que as forças desiguais entre processos discursivos tornam-se objeto da AD. Aparece novamente a noção de Formação Discursiva (FD) iniciada por Foucault e inserida por Pêcheux na Análise do Discurso, propondo uma formação ideológica em que se determinasse *o que pode e deve ser dito*.

Igualmente, na (AD-2) é introduzida a noção de interdiscurso, cuja formação discursiva relaciona-se ao seu exterior, com elementos que vêm de outro lugar, sendo específico dessa formação. Desse modo, não se percebem inovações; a diferença é constituída no fato que, nessa segunda fase, torna-se possível trabalhar as influências desiguais no interior do próprio texto, ao passo que antes, isso era percebido por meio de uma justaposição e contraste no contexto da linguagem.

Entretanto, mais uma vez, há o fechamento da maquinaria da (FD), de forma que o sujeito continua sendo visto como uma função; como efeito de assujeitamento. Portanto, na perspectiva da (AD-2), para Marques (2003), a questão do sujeito da enunciação deve ser posta em termos da ilusão do ‘ego-eu’, a saber, a problemática do assujeitamento, em que o sujeito desconhece as causas que o determinam.

Com isso, a Análise do Discurso da terceira época/fase (AD-3) encontra-se na problemática da heterogeneidade enunciativa, pautada, sobretudo, nos trabalhos de Bakhtin e Lacan. Em vista disso, a heterogeneidade discursiva concebe o encontro de elementos distintos numa unidade discursiva; trata-se, portanto, de instalar no interior de uma enunciação, outras enunciações, ou seja, conjuminar várias vozes no mesmo contexto enunciativo.

Tais considerações, por sua vez, levam a classificar que o discurso é um campo dividido, produzido por um sujeito que divide seu espaço com o *outro*. Sendo assim, o *outro* é incorporado pelo sujeito e pelo seu discurso no processo de constituição dos mesmos. Dessa maneira, a heterogeneidade emerge fundamentada em duas teorias que irão corresponder à visão dialógica de Bakhtin, em que a alteridade ultrapassa o texto e o sujeito; e a segunda, por

sua vez, fundamenta-se na análise do inconsciente, constituído da visão da psicanálise, abordada por Freud/Lacan.

Nota-se, por conseguinte que, na (AD-3), a linguagem heterogênea é um sujeito dividido, revelado por meio de formas constitutivas e mostradas. A heterogeneidade levará em consideração o interdiscurso e o inconsciente, caracterizando-se por apresentar no discurso marcas do outro que podem vir ou não numa seqüência discursiva.

Assim, Marques (2003, p. 60), nesse contexto, afirma que:

Como formas marcadas da heterogeneidade mostrada, têm-se os discursos direto ou indireto, de citação, negação, aspas, de notas explicativas, etc. Nas formas não marcadas, o sujeito e discurso são colocados diante da incerteza com relação à referência ao outro. Dessa forma, elas estão bem próximas da heterogeneidade constitutiva.

Sendo assim, pode-se perceber que, na terceira época/fase, os enunciados presentes em cada discurso, carregam em si outros discursos, que podem ou não vir explícitos. Desse modo, o discurso de um sujeito se constitui a partir da interação com o outro.

Nessas perspectivas, os questionamentos apontam que a Análise do Discurso Francesa (ADF), independentemente da época/fase, considera o sujeito como *assujeitado* pelos outros discursos; assim, por mais que se tenha abandonado a metodologia de maquinaria estrutural instituída pela AD, não se abandonou à noção de assujeitamento. E nos mostra ainda que a neutralidade científica não passa de uma ilusão, apoiada numa pretensão de leitura objetiva determinante no texto.

2.2 Evidências do Discurso

O discurso é um suporte abstrato que sustenta os vários textos (concretos) que circulam em uma sociedade. Quando se observa um discurso, é evidente que se deve perceber todo o contexto histórico e ideológico.

O sujeito, para a Análise do Discurso (AD), pode ser considerado multifacetado no que diz respeito à sua incompletude e ao desejo de ser completo; entre a sua dispersão e a vocação totalizante do locutor em busca da unidade e da coerência textual; entre o caráter polifônico da linguagem e a estratégia monofonizante de um locutor marcado pela ilusão, origem do sentido; assujeitado; movendo-se entre o espaço discursivo de *UM* e do *OUTRO*.

O homem, por sua vez, depende do *OUTRO* para existir; de acordo com Bakhtin (2002) “o homem só pode perceber a si mesmo por aquilo que o outro percebe dele”, é por

aquilo que falam de mim que formam a primeira imagem de mim mesmo, ou seja, pode-se perceber que os indivíduos são seres assujeitados pela recepção do seu discurso em contato com o *outro*. Assim, Bakhtin (2002, p. 146) constitui os seguintes questionamentos: Como, na realidade, aprendemos o discurso de outrem? Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência, que se exprime por meio do discurso interior?

Com isso, percebe-se que ninguém aprende o discurso de ninguém, ele nos corrompe; quando percebemos, já estamos influenciados pelo discurso do *Outro*, é algo sem controle. Assim sendo, para Fernandes (2005, p. 28), “[...] o discurso tem existência na exterioridade do lingüístico, no social, é marcado sócio-histórica-ideologicamente”.

Nessa perspectiva, Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 457) delimitam a noção de sujeito a partir que algumas abordagens como: “O sujeito do discurso é uma noção para precisar o estatuto, o lugar e a posição do sujeito”, ou seja, caracteriza sua noção a partir do (falante ou do locutor); aborda também que para Pêcheux (1975, p. 228) “o sujeito do discurso não se pertence, ele se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina”; ou seja, pela interpelação do indivíduo em seu sujeito de seu discurso; e, finaliza com Ducrot (1984) especificando que o “sujeito é e pode ser denominado de pragmática integrada, ao qual devemos distinguir, no sujeito que produz o ato da linguagem, um ser empírico exterior a todo ato de linguagem, um ser de discurso (o locutor)”; esse por sua vez, é o responsável pelo (enunciado) determinado pelo ponto de vista.

Nesse sentido, enquanto evidências discursivas podem-se perceber que o sujeito é “sobre-determinado” em partes e condicionado às ordens diversas em suas escolhas no momento da focalização do discurso.

2.2.1 O *corpus* do Discurso

Como vimos, a linguagem é o meio de interação social e transmissora de ideologias; neste sentido não basta discutir apenas a oposição língua e fala para se compreender a linguagem e os fenômenos a ela relacionados; é preciso se deslocar para outro nível, o do discurso, que, Brandão (1998, p. 11) considera como “ponto de articulação dos processos ideológicos”.

Estudar a linguagem do ponto de vista do discurso é ir além da mera transmissão de pensamentos ou apenas comunicação social; a linguagem como discurso é meio para a interação, assim como produto social; ela não é neutra e sim depositária e disseminadora do

pensamento ideológico; esse, por sua vez, é abordado sob uma perspectiva ideológica conforme Brandão (2004, p. 11):

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção [...].

O discurso é que sustenta as várias ideologias presentes na sociedade; essas ideologias representam a visão de mundo de uma determinada camada social, como a sociedade é constituída de várias classes. Há diversas ideologias em confronto nela e a linguagem é impregnada e orientada conforme as ideologias existentes.

Conseqüentemente, entendemos que o discurso compreende a formação de sentido no ato da comunicação, local este onde podemos perceber o sujeito que fala e perceber, assim, as relações do enunciado e o contexto social em que foi produzido.

Para tanto, as condições que propiciam a produção de um discurso são conhecidas por formações ideológicas; percebemos, assim, que uma sociedade é composta por várias dessas formações, que correspondem a formações discursivas.

O discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica, por isso, ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente à determinada formação discursiva. Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente. (PÊCHEUX, 1990, p. 18 *apud* GREGOLIN, 1995, p. 18).

Portanto, o discurso é onde se produz o sentido, a língua efetiva esse sentido e a fala os concretiza. Por ser tanto lingüístico como histórico, analisar o discurso requer domínio, pois não basta conhecer apenas a linguagem, mas também entender como ela se comporta na interação social no momento em que é utilizada para comunicar algo, os meios e os instrumentos que se fazem presentes neste ato, ou seja, compreender o que Ducrot (1982) chama de o “*dito como o não dito*”.

Como já foi abordado anteriormente, a Análise do Discurso não se depreende em entender o sentido, nesse contexto, pode-se dizer que sentido para Frege *apud* Ferrarezi Junior (2003, p. 69) “é a idéia compartilhada sobre o referente, isto é, uma concepção geral que permite o entendimento dos significados das frases entre os falantes”; levando em

consideração, é claro, sua materialidade histórica e lingüística. Nessa perspectiva, a própria língua funciona ideologicamente, estando, pois, suscetível à interpretação.

Todo enunciado, dirá M. Pêcheux (idem), é lingüisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Ele é sempre suscetível de ser/tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos. (ORLANDI, 2005, p. 59)

Tendo isso em conta, devem-se considerar, num nível de análise, alguns critérios preponderantes; a constituição do *corpus* segue critérios teóricos e se interessa por práticas discursivas estabelecidas em naturezas diferentes. Dessa forma, Orlandi (2005, p. 63) propõe que “a construção do *corpus* e a análise estão intimamente ligadas. Decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas”.

Nesse sentido, a análise é um processo que se inicia no exato momento em que se estabelece o *corpus* e que se organiza o discurso. Segundo Orlandi (2005, p. 64), se encontra aí a necessidade de que a teoria intervenha a todo o momento para “reger” a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação.

Com isso, torna-se evidente que o interessante para Análise do Discurso não são as marcas, mas sim sua materialidade, ou seja, a língua e a sua realização com efeitos e sentidos. Conseqüentemente, também não se remete à regra, mas ao funcionamento da língua, bem como seus processos de produção.

III. A LINGUAGEM PERSUASIVA E A ARGUMENTAÇÃO NA LINGUAGEM

3.1 Auditório social e textualidade na linguagem e no discurso

Constantemente, utilizamos argumentos em nossa vida e, às vezes, fazemos isso inconscientemente. Os argumentos não são utilizados aleatoriamente, mas sua utilização segue padrões lógicos que são determinados pelas circunstâncias da persuasão.

É importante, contudo, ressaltar a diferença entre convencimento e persuasão, uma vez que, dependendo da intenção, persuadir e convencer pode ter importâncias diversas. Se a preocupação daquele que deseja transmitir a mensagem é com o resultado, persuadir é mais importante do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação, mas para aquele que está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais importante do que *persuadir*.

Para explicar de uma forma mais eficiente o modo de produção do convencimento, diremos que o significado de uma mensagem persuasiva se obtém mediante um delicado processo de subordinação dos campos fáticos e conotativos aos condicionamentos ideológicos do sistema global das significações sociais, isto é, do plano simbólico. Assim, caracteriza Soto (2001, p. 71) que “a primeira coisa que se deve ter em mente ao falar sobre processo de convencimento e argumentação é a própria persuasão”.

É impossível que exista comunicação sem uma linguagem, qualquer que seja ela. É por meio da linguagem que a comunicação se dá. E linguagem não é apenas a língua, mas também a “linguagem do corpo”, o espaço marcado entre os corpos que são diferentes, segundo as sociedades e os grupos sociais. Se a língua serve para “contar coisas” e descrever ações, podemos dizer que não é preciso apenas compreender a língua, mas é necessário compreender as ações que a língua descreve. Essas ações não podem ser compreendidas se não somos membros do mesmo grupo social, se não somos capazes de decodificar essas ações “dos outros” e “para os outros”.

Para que possa haver persuasão, o emissor da mensagem deve manipular um conjunto completo de crenças, representações e valores, com a finalidade de provocar o conjunto de relações associativas que determinam a aceitação, por parte do receptor, dos pontos de vista do emissor.

A ambigüidade se faz presente nos raciocínios, cujas formulações contenham termos ou frases, onde os significados mudam de maneira mais ou menos sutil durante a

argumentação e, por conseguinte, induzem a concordar com determinadas afirmações, fato que, caso não houvesse o sentido dúbio, não seria possível.

O uso de termos ou expressões ambíguas será persuasivo na medida em que, apoiando-se na incerteza significativa, se crie um efeito de adequação entre crenças aceitas e as afirmações sobre as quais se pretende produzir convencimento. Podemos partir do princípio de que a persuasão e o discurso são elementos que diferem apenas teoricamente, pois na prática funcionam como um todo indivisível.

Para melhor entendimento do discurso persuasivo, propõe-se a análise de alguns elementos: distância, exclusividade do sujeito que fala, modalização, uso do imperativo e da paráfrase e tensão; o falante domina e não permite a abertura de questionamentos; transparência, clareza de mensagem veiculada.

Nota-se que a teoria da argumentação tem como objeto o estudo das técnicas discursivas que visam provocar ou/a aumentarem a adesão da mente às teses que se apresentam ao assentimento, bem como examina as condições que permitem a uma argumentação começar e se desenvolver, assim como os efeitos produzidos por esta. Assim, segundo Soto (2001, p. 72), “o juiz se vale da Teoria da Argumentação, que é capaz de se adaptar mais facilmente à realidade jurídica atual, conferindo aos operadores do direito um instrumento útil e eficaz”.

Durante séculos, quando a busca da solução justa era o valor central que o juiz deveria levar em conta e os critérios do justo eram comuns ao direito, à moral e à religião, o Direito se caracterizava principalmente pela competência atribuída a certos órgãos para legislar e a outros para julgar e administrar, assim como pelos procedimentos que deviam ser observados em cada caso. A argumentação jurídica era ainda menos específica porque não havia necessidade de motivar as sentenças, as fontes do direito eram imprecisas, o sistema do Direito era pouco elaborado e as decisões da justiça quase não eram levadas ao conhecimento público.

Assim, para Soto (2001, p. 73),

Um texto qualquer que seja sua forma ou fim possui um entrelaçamento de palavras formadoras de enunciados que, por sua vez, associado a outros enunciados, possui o fim de transmitir uma mensagem. Assim é a sentença, pois através de seus enunciados (fatos, fundamentos e dispositivo) cumpre a sua finalidade, ou seja, transmite a mensagem, qual seja, a decisão.

Dentre esses princípios, no que diz respeito à argumentação, pode-se observar que a retórica foi definida por Aristóteles como a arte de procurar, em qualquer situação, os meios

de persuasão disponíveis; esta definição pode ser evidenciada por dois conceitos básicos; a primeira é que a retórica procura persuadir por meio do discurso. Quando recorremos à experiência para obter a adesão a uma afirmação, não se trata de retórica.

É verdade que, para obter a adesão ao enunciado de um fato, a experiência é insuficiente sem um acordo prévio sobre o sentido das palavras utilizadas no enunciado. Assim, para se discutir sobre o sentido das palavras, para conseguir um acordo a este respeito, será indispensável recorrer à retórica no sentido amplo, que engloba tanto a dialética quanto às técnicas próprias do debate e da controvérsia.

Já na segunda evidência, concerne à demonstração e às relações da lógica formal com a retórica. A prova demonstrativa, aquela que é analisada pela lógica formal, é mais persuasiva, é convincente, desde que se admita a verdade das premissas de parte. De fato, admitimos preliminarmente que os fatos e as verdades são sempre compatíveis e duas proposições evidentes não podem afirmar teses contraditórias. Quando se trata de aderir a uma tese ou a um valor, a intensidade da adesão é sempre a adesão de um ou mais espíritos aos quais nos dirigimos, ou seja, de um auditório.

A noção de auditório é central na retórica, pois um discurso só pode ser eficaz se é adaptado ao auditório que se quer persuadir ou convencer.

A argumentação ganha em importância quando o acordo se baseia em valores e hierarquias que não contam com a facilidade da comprovação baseada na experiência. Para mostrar que uma posição vale mais que a outra, o orador precisa argumentar. Em primeiro lugar, parte de “lugares comuns” que gozam da aceitação de todos. Lugares comuns seriam afirmações muito gerais, referentes ao que se presume valer em qualquer domínio como, por exemplo, o acordo da superioridade dos homens diante dos animais; da superioridade dos valores das pessoas sobre os valores das coisas e assim sucessivamente.

Não se pode dizer que exista um argumento jurídico propriamente dito, como meio lingüístico que busca a persuasão, todo tipo de argumento pode ser utilizado no discurso forense. Entretanto, há argumentos criados e fomentados com maior intensidade no discurso judiciário, seja por se relacionarem ao trabalho probatório, seja por se fundamentarem em princípios judiciários, da interpretação da norma. (RODRIGUEZ, 2003, p.137).

O discurso jurídico, por exemplo, há de pautar-se necessariamente nos seus dogmas, extraídos das leis, da doutrina e da jurisprudência. Cabe a quem argumentar, conhecer os valores dominantes na sociedade, suas tradições e sua história reconhecidas, bem como as conseqüências sociais e econômicas desta ou daquela posição.

3.1.1 O auditório social e a relação comunicativa

A questão da linguagem abrange todo o universo, pois falamos de animais, plantas, das coisas, dos seres, da realidade e assim usamos a palavra, com as quais julgamos designar uma realidade que abarca universalmente pela ‘palavra dada’, pois é por meio delas que detectamos um problema e procuramos resolvê-los, envolvendo na linguagem – a realidade e o pensamento.

A comunicação, por sua vez, manifesta-se de maneira expansiva, pois é carregada de enunciados, possibilitando a interpretação do ouvinte. É preciso, no entanto, relacionar as situações de cada sentido da fala para que este ‘ato’ seja direto e compreensivo quando realizado por meio das formas e materialidades lingüísticas – como: tempos, modos verbais, expressões e tipos variados de entonação no ato da fala. Para que a fala alcance os objetivos desejados, necessário se faz que o interlocutor¹ seja capaz de captar a intenção do discurso; caso contrário, não será possível a comunicação indireta, pois é importante que o interlocutor reconheça a força da elocução produzida pelo locutor para que se concretize como ação comunicativa.

O sujeito tem um projeto de fala que não depende só de sua intenção, mas depende de “outro”, o qual desempenha um papel crucial: Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para outro através do outro e com ajuda do outro. (BAKHTIN, 1997).

Isso significa que o locutor precisa lançar mão de alguns recursos para se fazer entender; trata-se da necessidade do entendimento, de garantir a compreensão dos enunciados.

Para tanto, deve-se observar também que o papel do interlocutor designa uma posição representativa no diálogo. Pois, a troca verbalizada na oralidade representará não só o tempo, como também o sujeito do discurso.

Segundo Fernandes (2005, p. 22-3)

Analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto. [...] Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em

¹No sentido comum, o interlocutor é a pessoa que dialoga, discute, conversa com outro. Mais precisamente, designa, do ponto de vista daquele que fala, a pessoa que, em uma troca verbal oral, representa ao mesmo tempo o destinatário do sujeito falante e aquele que tem o direito tomar a palavra em seu turno, a responder, replicar ao locutor que o precedeu.

interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam.

Nessa perspectiva, o “sujeito-leitor” se presentifica na história e retoma o “já-dito”, esse impregnado em seu pensamento. Pois, a visão de si aparece na fonte do sentido, que exerce uma transparência nas intenções dos interlocutores sobre o sujeito da ideologia; este instituído por Mazière (2007, p. 64) como “a praga do assujeitamento” – paralelo a uma autocrítica da “desidentificação” [...] reconhecendo a oposição à identificação do falante [...] e reintroduz com isso o que ele pretende denunciar.

Nesse contexto, o processo de “afirmação” se caracteriza pela relação do sujeito como o outro e o que se “enuncia” como discurso. Já a evidência do ato de “informar” vai além. Seu objeto se caracteriza na comunicação. Pois a comunicação pode ser considerada como o encaminhamento sem ou com distorções de um discurso.

Para Bounoux (1999, p. 73), [...] todas as palavras cujo sentido flutua fora de contexto, e particularmente na escrita, logo que a enunciação se afasta do enunciado. Se o pronome “Eu” é transparente na maior parte de nossas conversas, torna-se opaco na literatura. [...] Assim, tais conceitos operantes, se manifestam na adoção do “informar” como constituinte teórico do presente trabalho, tendo o processo de enunciação como escopo.

Segundo Bakhtin (1997), a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados, pois sua natureza é social; o diálogo é a relação que ocorre entre os interlocutores, em uma ação histórica compartilhada socialmente, isto é, que se realiza em um tempo e local específico, mas sempre mutável, devido às variações do texto.

Bounoux (1999, p. 74) qualifica que

Os esforços empregados para desqualificar a enunciação de um adversário permitem sublinhar uma simetria importante nos nossos jogos argumentativos, sejam eles interpessoais ou midiáticos: enquanto um enunciado pode ser verdadeiro ou falso, e depende em todo caso do debate, uma enunciação é automaticamente verdadeira, quer dizer, real. O enunciado estabelece uma distância e introduz uma relação (adequada ou não) entre o signo e a realidade que ele descreve, enquanto a enunciação não é separada de si mesma: pura manifestação de uma atitude ou de um fato, ela constitui um acontecimento ou um estado. Pode-se não apreciá-la, não se pode recusar-lhe que exista.

Nesse sentido, o processo de comunicação integra-se com a relação da mensagem, visando qual o objetivo a ser atingindo, o qual será direcionado a quem se fala, a partir da sua organização informa e, ao mesmo tempo, persuadi o outro.

A mensagem torna-se o pensamento, a idéia, a atitude, a imagem, ou outra informação com a qual o emissor/locutor tem a intenção de convencer o interlocutor do seu discurso, esse

dentro de uma abordagem específica no ato da fala, pois, segundo Bakhtin (1997) tudo se reduz ao diálogo, à contraposição dialógica central. Tudo é meio, o diálogo é o fim. Uma só voz nada termina, nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida.

Para Charaudeau & Maingueneau, 2004, p. 163), [...] o diálogo é uma fala que circula e se troca [...] é igualmente revelador de uma tendência muito geral de assimilar a comunicação à troca diádica (face a face), considerado como a forma prototípica de toda troca comunicativa. Com isso, a concepção de diálogo se solidifica pela idéia de relatividade da autoria individual e, conseqüentemente, o destaque ao caráter coletivo, social da produção das idéias contidas no auditório do locutor/interlocutor.

A idéia de diálogo, por sua vez, agrega-se a um outro elemento que não se refere apenas à fala em voz alta, mas um discurso interior, do que se emanam as várias e inesgotáveis enunciações, que são determinadas pela situação de enunciação do auditório social de cada locutor/interlocutor.

Bakhtin (1997) evidencia que

A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação.

Assim sendo, pode-se dizer que as formas invariáveis no discurso da vida cotidiana respondem por um discurso social que as consolidam, ou seja, possuem um auditório organizado que mantém a sua permanência, refletindo assim, a composição do grupo social. Dessa forma, esses contextos dão origem a uma série de enunciações fechadas que têm significados próprios que apontam todos para a mesma direção. Na realidade, os contextos possíveis de uma única palavra ou mesma palavra são freqüentemente opostos; e o exemplo clássico disso são as réplicas de um diálogo formal.

Todavia, a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação de cada indivíduo.

Sendo assim, ao analisar quaisquer aspectos pertinentes ao homem, faz-se necessário refletir acerca da *Atividade Mental*, esta, por sua vez, é transfigurada da interdependência de caráter, segundo Karl Marx (1986). Isto posto, Bakhtin (1997) a caracteriza como uma atividade diferenciada pela acepção da ideologia, tendo esta uma evolução da consciência a partir das proporções de firmeza e estabilidade da orientação social. Esta organização

diferencia-se da coletividade uma vez que esta é distinta e complexa a seu mundo ideológico concreto, pois tomar consciência coletivamente é melhor que individualmente – estado resignado a partir da(o) influência/determinista(mo) histórica(o). Com isso, pode-se observar também que a *Consciência/Ideologia* é influenciada pela realização de um dado material (gesto – palavra – grito), sendo que a consciência para Bakhtin (1992) é uma ficção. Não obstante, afirma também que não passa de uma construção ideológica incorreta criada sob aspectos concretos da expressão social.

Ainda nessa convicção, Bakhtin (1997, p. 92) afirma que

A consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como de um sistema de formas normativas. Tal sistema é uma mera abstração, produzida com dificuldade por procedimentos cognitivos bem determinados. O sistema lingüístico é o produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não se procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação.

A consciência, recorrente, permanece fechada e limitada pela expressão sólida da ideologia como (arte – ciência – filosofia), linguagens estas pertinentes às abordagens que podem ser instituídas como um fato social e não como ato individual interior, em que o *dever ser* é e se manifesta da sua ideologia histórica.

Assim, é importante considerar que o locutor se prevalece dos enunciados dos seus sentidos por necessidades e legitimações na construção dos contextos pelas condições de situações que a forma lingüística permita sob o ponto de vista desse locutor.

Por isso, é válido dizer que os *Sistemas Ideológicos* se constituem da ideologia cotidiana, exercendo influências a partir da moral social – da ciência – da arte – da religião transparecendo uma forte tendência nos produtos ideológicos, estes submetidos à visão crítica do indivíduo em seu cotidiano. Observa-se que, na obra literária, a construção desta em seu contexto aberto (na estética – na universalidade – na atemporalidade), ou seja, nela em si.

3.2 A comunicação e o discurso

É sabido afirmar que é na linguagem que está centrado todo o processo evolutivo do homem, pois é por meio da comunicação que toda a evolução pela qual o homem passou e passa ocorre. Essa linguagem pode ser analisada por dois aspectos, um verbal e outro não-verbal.

No entanto, cada uma delas estabelece a comunicação a qual o enunciador pretendia ao compor o enunciado.

Neste contexto, a fala é utilizada para o locutor como objeto de sua necessidade na construção do discurso; para ele, o importante é que o signo utilizado seja adequado para que haja comunicação.

Para Bounoux (1999, p. 14) [...] À sua maneira, a “comunicação” prolonga a filosofia recolocando as grandes questões sobre a verdade, o real, a coesão social, o imaginário, a possibilidade do ensino, da justiça, do consenso, do belo [...], (fortalecidos [...] na semiologia e n pragmática). Assim sendo, averiguamos com isso que o ato da fala não pode ser tido como individual, mas sim de natureza social.

Estabelecidas as diretrizes de comunicação, pode-se constatar que, se a pretensão inicial é estabelecer conexão total entre locutor – mensagem – receptor, este somente é possível mediante o discurso, uma vez que é por meio do discurso que se dá o real processo de comunicação, seja ela estabelecida por meio da linguagem falada ou escrita.

Por sua vez, o discurso de mundo, isto é, o discurso de outrem, constitui-se mais que o tema do discurso central, isto é quando se está discursando, tornando-o assim não superficiais ou desconexos, mas centralizados entre o todo e o assunto proposto.

3.2.1 O discurso e a textualidade

A lingüística do texto começou a se desenvolver na década de 1960 como um novo ramo da lingüística, chamada Lingüística Textual, visando estudar não mais a palavra ou a frase, mas sim o *texto*, visto que é nesse que se encontra, de modo particular, a forma mais precisa de manifestação da linguagem.

Entretanto, é relevante salientar que há uma diversidade de concepções quando se fala em *texto* na Lingüística Textual, existindo, dessa maneira, um número diverso de denominações dadas à disciplina pelos autores das mais variadas correntes que, a saber, apresentam-se de forma desorientada e diversificada. O que de fato pode ser notado na observação realizada por Fávero e Koch (1994, p. 12):

Tem-se, assim, além de análise transfática e gramática de texto, outras denominações tais como Textologia (Harweg), Teoria de Texto (Schmidt), Translingüística (Barthes), Hipersintaxe (Palek), Teoria da Estrutura do Texto – Estrutura do mundo (Petöfi) etc.

Um texto pode ser definido de duas maneiras; a primeira diz respeito à organização e/ou estruturação e a segunda corresponde à comunicação. Quanto à organização, pode-se

dizer que é aquilo que faz com que o texto seja revestido de sentido, tomando-o como *objeto de significação*. Em se tratando da segunda, nota-se que é aquela que concebe um texto como sendo *objeto de comunicação*, mantida na relação destinador e destinatário. Segundo Barros (2002, p. 7), a descrição atribuída ao texto como organização recebe o nome de *análise interna ou estrutural do texto*, ao passo que, do ponto de vista da comunicação, a descrição é chamada de *análise externa do texto*.

Uma vez que procuramos estudar os processos lingüísticos, encontramos formas apropriadas de conceber o texto bem como a Lingüística Textual.

Assim, desenvolver teorias e pesquisas sobre gêneros textuais² nos ajudam a compreender melhor os espaços sociais em meio à comunicação. Nesse sentido, os gêneros se concentram e são refeitos a cada nova ação de um indivíduo que, por sua vez, é capaz de criar novos espaços de enunciação individual por meio de espaços discursivos e ordenados.

Entretanto, é imprescindível realizar sempre novos estudos sobre os diferentes gêneros textuais, segundo Meurer e Motta-Roth (2002, p. 28),

(...) que desenvolvam instrumentos teóricos e práticos para demonstrar que, por meio de textos orais e escritos, criamos representações que refletem, constroem e/ou desafiam nossos conhecimentos e crenças, e cooperam para o estabelecimento de relações sociais e identitárias.

Dessa maneira, os gêneros textuais são representações sociais que significam, sobretudo, a compreensão da linguagem por meio do discurso que os indivíduos produzem e reproduzem nas relações sociais.

Ainda no que se refere ao estudo do texto, Discini (2003, p. 36) diz que [...] o percurso gerativo, que reconstrói o sentido dos textos, aumentando a inteligibilidade deles, pode também ser instrumento para a reconstrução do sentido de uma totalidade de textos, aumentando a inteligibilidade de um texto.

O estilo nos textos por sua vez é carregado de sentido, compreendendo assim, a uma construção do discurso, criado a partir de uma norma social.

Em suma, para Gadet (1997, p. 283), “descrever ou ler textos são operações naturais sobre as palavras, os enunciados, as seqüências, as configurações que as compõem”, ou seja, consiste em considerar os enunciados e sua organização, visando obter alguns elementos lexicais, semânticos e frásticos definindo, contudo a linha de coerência.

²Segundo MEURER, José Luiz e MOTTA-ROTH, Desirée. *Gêneros textuais*. Bauru/SP: EDUSC, 2002. p. 18. São textos de qualquer natureza, literário ou não, oral ou escrito, caracterizado e reconhecido por função específica e organização retórica mais típica ou menos típica, e pelo(s) contexto(s) onde é utilizado.

3.2.2 O discurso no texto

Os termos *texto e discurso* possuem diferentes concepções e, por isso, acabam sendo empregados ora como sinônimos, ora para determinar categorias distintas. Quanto a essa confusão, pode-se dizer que uma das causas é o fato de que, em determinadas línguas, utilizava-se apenas o termo *texto* para designar entidades diferentes, provocando eventualmente uma situação de ambigüidade, situação esta responsável pela criação de dois termos próprios.

Para van Dijk (2002, p. 24), “o discurso é a unidade passível de observação, aquela que se interpreta quando se vê ou se ouve uma enunciação, ao passo que *texto* é a unidade teoricamente reconstruída, subjacente ao discurso”. Sem dúvida, o estudo do discurso tornou-se relevante na medida em que os estudos lingüísticos deixaram de se ater tão-somente à análise gramatical de sistemas lingüísticos abstratos e ideais, passando a valorizar, sobretudo, o emprego da língua como objeto central das teorias lingüísticas.

Assim, van Dijk (2002, p. 24) especifica que o discurso pode ser analisado partindo não apenas de uma “base textual na memória, mas também, ao mesmo tempo, a ativação, atualização e outros usos do chamado modelo situacional na memória episódica”, ou seja, a partir da representação das situações em que o texto se baseia.

Para os estudiosos da análise do discurso o termo *discurso* abrange tanto os enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva como os processos de produção.

Para os lingüistas que seguem a linha de Hjelmslev, o *texto* equivale a todo e qualquer processo discursivo. É nesta linha que se pode afirmar que uma das aptidões específicas do ser humano é a da *textualidade*, ou seja, a capacidade de criar textos, verbais e não-verbais. Essa capacidade textual é, portanto, a-linear e, no caso do discurso, verbaliza-se linearmente. (FÁVERO & KOCH, 1994, p. 24-5).

É válido concluir, portanto, que o discurso é uma atividade comunicativa que se dá entre o locutor e o interlocutor a partir de um número (i)limitado de enunciados produzidos numa dada situação. Trata-se, contudo, de uma manifestação lingüística realizada por meio de textos e suas modalidades interdiscursivas.

Desse modo, o texto pode ser entendido como uma passagem falada/escrita responsável por determinar um todo de sentido.

3.3 Da análise ao texto

A noção de interpretação possui uma relação de base com a materialidade da linguagem, que, não obstante, apresenta diferentes perspectivas, garantindo, dessa forma, a relação com o sentido nas diversas linguagens.

Para Orlandi (2001, p. 63) “esta ligação material se faz pela relação comum à língua”, ou seja, compreender o lugar da interpretação consiste em elucidar a relação material entre a ideologia e o inconsciente que aqui se limita à língua.

A Análise do Discurso por sua vez, pode ser percebida a partir de alguns conceitos viáveis ao seu estudo, como: estudo da linguagem pelos locutores que constituem a análise do texto em um dado contexto; sobretudo, pode-se identificá-la também na abordagem conversacional representada como fundamento hierárquico de textos conversacionais.

É válido perceber também que para Fernandes (2005, p.13),

[...] a Análise do Discurso, não se focaliza o indivíduo falante, compreendido como sujeito empírico, ou seja como alguém que tem existência individualizada do mundo. Importa o sujeito inserido em uma conjuntura social, tomado em um lugar social, histórica e ideologicamente marcado; um sujeito que não é homogêneo, e sim heterogêneo, constituído por um conjunto de diferentes vozes.

Cabe, portanto, à Análise do Discurso visualizar o texto não como o que ele quer dizer, mas, sobretudo, como ele funciona, dessa forma, a *opacidade* do texto. A análise do discurso, segundo Orlandi (2005, p. 21), “[...] ocupa assim esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão”. Isto significa que a Análise do Discurso se apresenta como uma *teoria da interpretação*, questionando em seu corpus os processos referentes à interpretação.

Pode-se dizer que o intuito crucial da Análise do Discurso é descrever o funcionamento do texto, isto é, consiste notoriamente em explicar o processo de produção de sentido de um texto. A esse respeito Orlandi (2005, p. 23) explicita que

[...] em seu trabalho, o analista de discurso deve *mostrar* os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização da discursividade. Há necessidade, na análise de discurso, de uma passagem da noção de “função” A de “funcionamento” (sendo que esta nos permite encontrar as regularidades) e da construção de um dispositivo analítico baseado na noção de efeito metafórico.

Assim, o analista do discurso, adotando e considerando o funcionamento discursivo, trabalhar tanto com aquilo que as partes significam como com as regras de um modo geral. O texto por sua vez se constitui do objeto da análise do discurso, trata-se, portanto, da unidade a ser analisada. Observado, no caminho discursivo, o texto assume caráter simbólico que, a saber, se abrirá a diversas possibilidades de leituras, resultando, com isso, no processo de textualização no discurso.

IV. A QUESTÃO IDEOLÓGICA E SUBJETIVA NA AD

4.1 O pragmatismo ideológico

A palavra ideologia é um termo que foi criado por *Destutt de Tracy* no final do século XVIII. Para ele, tratava-se da criação de idéias humanas. Essas idéias designavam sua principal ambição que, para Chauí (1997, p. 22) é “a de pensar e fundar cientificamente a ordem social”.

Atualmente, essa palavra caracteriza dois significados relevantes, são eles: para Comte (*apud* Chauí 1997, p. 26), “a ideologia continua sendo aquela atividade filosófico-científica que estuda a formação das idéias a partir da observação das relações entre o corpo humano e o meio ambiente, tomando como ponto de partida as sensações”; por outro lado, esse termo passa a significar, também, o conjunto de idéias de uma época, tanto como opinião geral quanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores dessa época.

Toda ideologia é produto das inter-relações sociais; sendo assim, possui razões determinantes para seu surgimento e, por conseguinte, sua conservação. Por ser considerada como a “produção das idéias” por determinada sociedade/comunidade/grupo, a ideologia se configura como processo histórico, ou seja, para se concretizar, necessita perpassar pelos aspectos e fatos concernentes à história do povo.

Pode-se dizer, assim, que a linguagem é trabalhada paralelamente com a ideologia, isso porque não existe a possibilidade de separar uma da outra. Segundo Konder (2002), a linguagem é um dos campos de observação mais propício para analisar os fenômenos ideológicos.

Os indivíduos não percebem que, no momento em que usam a linguagem, algumas questões são evidenciadas. Para Konder (2002, p. 151) “[...] palavras, as inflexões, o modo de construir as frases, cada uma dessas coisas tem sua própria história. Tanto em sua gênese como em seu emprego, os termos da linguagem põem a nu os valores das sociedades que os criaram e os mantêm vivos”. Dessa forma, pode-se dizer que a ideologia está presente na estruturação e no sistema de funcionamento da linguagem.

Konder (2002) acredita que a linguagem vai surgindo em decorrência da realidade. É por essa razão que a formação discursiva nunca está pronta, está em constante transformação pela infinitude do real. Assim, a linguagem mostra seu caráter inovador, pois é a partir da

realidade constituída que se pode confrontar com a realidade que ainda não foi criada, mas que está em andamento.

Nessa perspectiva, a ideologia pode ser vista de forma positiva ou negativa. Mesmo havendo contradições, a presença do fenômeno ideológico de Marx é bem marcante. Pode-se perceber que alguns estudiosos possuem direta e indiretamente características do marxismo.

A função da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas dar-lhes à aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos. Indivisão: apesar da divisão social das classes, somos levados a crer que somos todos iguais porque participamos da idéia de “humanidade”, ou da idéia de “nação” e “pátria”, ou da idéia de “raça”, etc. (CHAUI, 1997, p. 174).

Não obstante, é sabido que a ideologia tem a função de deformação segundo a teoria de Marx que prioriza a imaginação em detrimento da realidade. Sob esse prisma, a ideologia é um fator negativo por mascarar a realidade.

Assim, a ideologia pode ser positiva quando age como mediadora na integração social. A ideologia é vista de forma mais ampla e é estabelecida segundo Brandão (1998, p. 27) por “uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica”. Com isso, percebe-se a relação direta entre linguagem e ideologia, ao passo que não se tem como analisar uma excluindo a outra, pois é utilizando a linguagem que a ideologia se concretiza.

Observa-se, o conceito de ideologia em Žižek (1996), o qual se refere a um conjunto de idéias que se coordenam entre si e ao conjunto de representações que dominam o intelecto do homem ou um grupo social. Para Marx (*apud* Žižek, 1996), a ideologia forma-se a partir de uma montagem que é imaginária; é a partir de elementos que estão fora de uma história que a ideologia se constitui. E isso acarreta um sentido negativo, pois a ideologia não tem história, ela passa a ser nada porque não se sabe qual é a sua origem.

Pode-se dizer, assim, que a ideologia não tem história própria, mas, a partir do momento que ela representa o reflexo invertido da história real, há história na ideologia.

Žižek (1996, p. 126) apresenta duas teses em relação à ideologia. A primeira diz que *a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*. Para esclarecer melhor essa tese, explica com a abstração, ou seja, Deus e justiça, por exemplo, são abstratos, mesmo assim, as pessoas acreditam em ambos por meio da imaginação e essa imaginação faz parte da realidade.

Por oportuno Žižek (1996, p. 126) cita que:

[...] mesmo admitindo que elas não correspondam à realidade, isto é, que constituem uma ilusão, admitimos que elas efetivamente se refiram à realidade, e que só precisam ser “interpretadas” para que se descubra à realidade do mundo que está por trás dessa representação imaginária desse mundo (ideologia = *ilusão/alusão*). (grifo do autor)

No que concerne à segunda tese de Žižek (1996, p. 128), pode-se dizer que *a ideologia tem uma existência material*. A ideologia se torna material, por exemplo, nos Aparelhos Ideológicos de Estado. A ideologia está presente em cada aparelho e com a prática dessas instituições, a ideologia passa a ter sua existência materializada.

Constata-se, dessa maneira, que a função da ideologia é a integração social, pois é ela quem vai garantir que os acontecimentos históricos não sejam esquecidos. Cada indivíduo precisa ter seu próprio contexto histórico para fazer parte de um grupo dentro da sociedade.

Portanto, a ideologia tem o caráter operatório por ser o ponto de partida dos nossos pensamentos, ou seja, é a partir dela que pensamos. Ela não funciona como um tema que estimula um pensamento. Segundo Brandão (1998), a ideologia procura conservar sua base, mostrando-se resistente à mudanças. Isso pode ser visto de forma negativa, pois a ideologia opera a partir do estreitamento das possibilidades de interpretação dos acontecimentos. Afetada pelo seu caráter esquematizador, ela se sedimenta enquanto os fatos e as situações se transformam. Sedimentação esta que pode levar, de acordo com Brandão (1998, p. 25) ao “enclausuramento ideológico e até mesmo à cegueira ideológica”.

4.1.1 A ideologia como abordagem socializadora

Karl Heinrich Marx concebe o que se conhece hoje como ideologia, o produto histórico – conhecimento dialético e materialista da realidade social – e inseparável, entre homem e natureza, em que um está intimamente relacionado a outro. Esta relação, por sua vez, é que condicionará um ao outro mutuamente para a produção ideológica e consciente da sociedade.

Para Marx (1986), “a forma inicial da consciência é, portanto, a alienação”. Ocorre porque há uma divisão social entre trabalho material (braçal) e trabalho espiritual (intelectual) em que um sobrepõe o outro fazendo com que haja uma constante luta entre as classes sociais

superiores contra as inferiores; ou seja, aqueles que não têm condições de se firmarem socialmente e, que por isso, são subordinados aos que detêm o poder.

Diante disso, percebe-se que, como conjunto de idéias que se materializam na ação dominadora de determinada classe social sobre uma outra menos favorecida, a ideologia marxista reflete uma carga de significados, algumas vezes pejorativos, carregados de negatividade, uma vez que há sempre um hiato entre o dominador – que, por meio de regras e normativas, obriga o sujeito a assujeitar-se no seguimento e na concretização de determinado jogo de interesses que beneficiará somente o idealizador da jogada. Dessa forma, percebe que a ideologia em Marx é conceituada por alguns princípios que se tornam relevantes por expressarem, principalmente, as relações de produção material, conforme afirma Chauí (*apud* Brandão, 2004, p. 21):

É um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas idéias passem a ser idéias de todos. Para isso eliminam-se as contradições entre força de produção, relações sociais e consciência, resultantes da divisão social do trabalho material e intelectual.

Portanto, entende-se que, para que a classe dominada perceba as intenções existentes no discurso da classe dominante, faz-se necessária uma abertura de consciência em massa, a fim de suplantarem tais ideais e fazer aflorar os seus e, por conseguinte, da maioria excluída, fazendo valer seus direitos de cidadão livre, material e intelectualmente.

Segundo Brandão (1998), a ideologia em Marx e Engels possui um sentido negativo por acreditarem que a produção das idéias não tem relação com as condições sociais e históricas em que são produzidas, ou seja, a concepção de Marx tem como base apenas o que diz respeito à realidade. Toda história vivida por um indivíduo, por exemplo, não é relevante para identificar a ideologia. Marx e Engels (*apud* Brandão, 1998, p. 20), afirmam que:

[...] a produção de idéias, de concepções e da consciência liga-se, a princípio, diretamente e intimamente à atividade material e ao comércio material dos homens, como uma linguagem da vida real. Conseqüentemente, a observação empírica tem de mostrar empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação a ligação entre a estrutura e política e a produção.

Dessa forma, a ideologia é caracterizada pela inversão das regras normais, isto é, o efeito da ideologia tem como ponto de partida as idéias até que se alcance a realidade. Sendo que o natural deve acontecer da realidade para as idéias, pois a realidade é um fato que existe independente das idéias, estas vão ser constituídas a partir do que já existe. Chauí (*apud*

Brandão, 1998, p. 20), acredita que é dessa forma que nasce a ideologia na concepção de Marx:

[...] a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. E, sem perceber, exprimem essa desvinculação ou separação através de suas idéias.

Há certa separação entre o trabalho intelectual e o trabalho material que remete a uma noção de dominação e dominado, respectivamente.

A sociedade passa a ser dividida em classes, nas quais as pessoas que têm o poder dominam todas as outras. De certa maneira, pode-se dizer que a ideologia é o instrumento responsável pela dominação por pequeno número de pessoas que possuem determinadas idéias. Estas passam a ser, conseqüentemente, as idéias de todos.

A ideologia em Marx é considerada negativa por representar apenas a ideologia da classe dominante, que impõe suas idéias e exclui as idéias das classes dominadas. É segundo Marx (*apud* Konder, 2002, p. 31), “o próprio homem quem cria essa divisão entre dominador e dominado, por criarem, por exemplo, o Estado que acaba sendo a democracia da não-liberdade, a consumação da alienação”. O homem não percebe que, elegendo outras pessoas para representá-lo, está submetendo-se aos ideais que pertencem a outros, ou seja, a ideologia torna-se alienada.

Konder (2002, p. 35), aponta a importância do trabalho para a vida dos seres humanos, mas esse trabalho não é produtivo quando há pressão por parte dos dominantes:

O trabalho é a primeira atividade do ser humano como ser humano. É pelo trabalho que passa a existir a contraposição sujeito/objeto. Por sua própria natureza, o trabalho humano se distingue da atividade dos animais. Os animais também produzem, mas o que os guia é o instinto, são as necessidades naturais mais imediatas; os homens, contudo, podem produzir mesmo em condição nas quais não estão pressionados por necessidades físicas imediatas (e, de fato, assegura Marx, só produzem *humanamente* quando estão liberados dessas pressões).

É com o trabalho que o homem modifica a si mesmo e o mundo, mas o trabalho virou sinônimo de atividade desagradável e de sofrimento para a classe trabalhadora. Isso aconteceu pela ambição do homem que é voltada unicamente para o dinheiro, que é um grande transformador do bem para o mal. A conseqüência dessa situação é a fragmentação da comunidade humana, em outras palavras, é a distorção ideológica, pois os homens passam a ter interesses diferenciados.

A tese fundamental de Marx sobre a linguagem é a de que esta é essencialmente e não apenas contingentemente ou secundariamente um fenômeno social. A concepção de linguagem de Marx é inseparável de sua concepção materialista da história; o que significa que a linguagem não é a consciência (e vice-versa), uma não se reduz a outra. Porém, as duas se implicam mutuamente, uma não pode ser pensada sem a outra. Daí que a linguagem, assim como a consciência, é de natureza essencialmente social.

Uma outra tendência dentro do pensamento lingüístico marxista é a de tomar o discurso como o lugar por excelência de realização da ideologia. Portanto, tem-se que a linguagem é considerada constitutiva da ideologia. É na instância do discurso, no sentido da linguagem elaborada, que a ideologia se manifesta.

Conforme Koch (1987, p. 19):

Qualquer discurso é necessariamente mais ou menos ideológico. Isso significa que ele desenvolve de modo mais ou menos explícito alguma espécie de projeto social ou que remete a ele e pode, em última instância, ser a ele reconduzido. A teoria marxista encara a linguagem como um fenômeno puramente histórico, diferentemente das posições sistêmicas, estaticistas, para as quais a língua é uma totalidade abstrata, intemporal, inerte, em que as partes ocupam uma posição fixa e vazia num todo inalterável.

É por esta razão que se pode afirmar que é a partir da atividade humana que a situação de comunicação se estabelece na argumentação. Esta por sua vez, não deve ser tratada como o ato do convencimento, mas sim na ruptura da essência retórica, pois o raciocínio ou a opinião de outros envolve e, ao mesmo tempo implica na relação de comunicação. Diferente da retórica que ao utilizar meios do caráter persuasivo, testifica essa ruptura do gênero.

Breton (2003, p. 27-8) afirma que

Apesar de tudo, muitos autores têm dificuldade sob este ponto de vista, dificuldade que não se resolve necessariamente ao se buscarem os exemplos no “fundo atemporal” da cultura clássica. A teoria da argumentação se renova também através dos exemplos que ela escolhe para tratar. Também nós escolheremos nossos exemplos tanto no conjunto clássico quanto na atualidade política e social. E como finalmente há argumentação somente no debate democrático, será nele que buscaremos a maioria dos casos analisados.

O ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui um ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. Sabe-se que a linguagem é o meio pelo qual o homem interage socialmente. Ora, a linguagem é a materialização do pensamento que se

concretiza a partir do discurso. Diante disso, é importante considerar que todo discurso é dotado de intencionalidade, por mais “oculta” que ela pareça estar.

Os estudos realizados por Karl Marx são de grande importância para os estudos lingüísticos realizados por Bakhtin, pois, para Marx, a forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são e aquilo de que os indivíduos são dependente(s), portanto, das condições materiais da sua produção, da produção de idéias, de representações e da consciência direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real.

A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, que existe, portanto, também primeiro para mim mesmo e, exatamente como consciência, a linguagem só aparece com a carência, com a necessidade dos intercâmbios entre os homens. (Marx & Engels, 1986. p. 26)

Para Bakhtin (*apud* Brait, 2005, p. 65), “a linguagem é concebida de um ponto de vista histórico, cultural e social que inclui, para efeito de compreensão e análise a comunicação efetiva e os sujeitos nela envolvidos”.

Ainda para Marx, o Ser dos homens é o seu processo da vida real, não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.

Com isso, Marx encara o homem como um ser histórico diretamente ligado à sua época geográfica e socialmente capaz de reagir pela atividade consciente sobre o mundo em que vive, e isso está ligado ao trabalho e a uma ação consciente do sujeito que interpreta a realidade (teoria) e procura transformá-la criativamente em benefício do homem. É uma atividade concreta que tende a modificar a realidade objetiva e, em alterando-a, transformarem-se a si mesmos em realidade que pode ser modificada pela linguagem, pois para Marx e Engels (1986), “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada”.

Assim, o homem sempre está em busca de transformar a realidade, e essa transformação é sempre intencional e subjetiva, por isso a linguagem humana é vista como um lugar de conflito onde os desejos se desarmam sobre uma máscara, camufla-se para não mostrar a sua materialidade.

4.2 Mikhail Bakhtin e a teorização ideológica marxista

É notório observar que Bakhtin (1997), apoiado na teoria marxista, acredita e concebe a ideologia como produto sócio-natural que faz parte de uma realidade sógnica, ou seja, tudo o que é formado por um conjunto de signos e que possui um significado, constitui-se uma ideologia e faz parte de uma realidade ideológica. Bakhtin (1997, p. 32), ainda a esse respeito, aborda que “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos e são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico”.

Nesse contexto, os mais recentes estudos sobre a Filosofia da Linguagem apontam que a ideologia é inerente a todo signo, uma vez que cada signo contextualizado num tempo/espço determinado está carregado de significados que, por sua vez, materializar-se-ão em símbolos³ ideológicos que farão parte de uma outra realidade; segundo Bakhtin (1997, p. 32), “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc.”.

Outrossim, essa realidade será distorcida de acordo com o grau de compreensão de cada sujeito, bem como fatores como: compreensão, entendimento e adesão acerca de determinado ponto de vista, observando preceitos e valores incutidos nas palavras que configuram o seu próprio discurso, uma vez que cada palavra funciona de maneira distinta e singular dentro do enunciado discursivo denominando-a, segundo Bakhtin (1997), como um fenômeno ideológico por natureza.

Dessa forma, percebe-se que a palavra representa, para o discurso, o elemento chave, ao passo que fundamenta sua importância atuando dentro do contexto discursivo, pois até mesmo os gestos e olhares são traduzidos por meio de palavras.

Bakhtin (*apud* Konder, 2002), também evidencia a divisão existente dentro da sociedade. A classe dominada é praticamente obrigada a excluir sua própria cultura em detrimento da cultura da classe dominante. Isso porque a cultura popular tem seus próprios elementos responsáveis pelos pensamentos críticos.

Conquanto a burguesia não quer que os trabalhadores se manifestem porque sabe que a cultura é um meio de transformação. Onde, para Konder (2002, p. 113) “o ser humano poderia

³Notação de uma relação constante numa cultura dada, entre dois elementos, procede por meio do estabelecimento de uma convenção.

reconhecer o movimento que ultrapassa as fronteiras da individualidade, a força da sua dinâmica como existência inacabada, como criatura em constante movimento e transformação”.

A burguesia não quer que seus subalternos passem por um processo de transformação e que tenham pensamentos ideológicos. É por esse motivo que passam a impor limites nas manifestações culturais da população.

Nessa perspectiva, Konder (2002, p. 114) acredita que,

[...] a teoria da linguagem elaborada por Bakhtin é a base da sua concepção do homem e da sua atitude em face da questão da ideologia. A linguagem é um ato social, pois quando o sujeito a usa precisa necessariamente de outro e também, de um contexto que já foi dito para a formação de novos enunciados.

As questões concernentes ao estudo da ideologia apresentam posição de destaque no que confere aos trabalhos realizados por Bakhtin. Logo se vê que os termos ideologia, ideologias e ideológico, não possuem sentido limitado e negativo nos textos do Círculo de Bakhtin, é apontado por Faraco (2003, p. 46), “com o sentido de ‘mascaramento do real’, comum em algumas vertentes marxistas”. Assim, para inverter a compreensão que se tinha de ideologia, construída entre idéias instáveis, Bakhtin (*apud* Faraco, 2003), decide incorporar ao estudo da mesma, o estudo da linguagem, a saber; por meio do método marxista.

A linguagem passa, então, a formar signos que expressam certas ideologias. Essa situação faz com que a filosofia da linguagem apresente alguns problemas que são completamente resolvidos com o marxismo. A esse respeito, Bakhtin (1997, p. 31) diz que:

[...] as bases de uma teoria marxista da criação ideológica – as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc. – estão estreitamente ligadas aos problemas de filosofia da linguagem. Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signo não existe ideologia.* (grifo do autor)

Isso significa que um objeto fora de um contexto não possui ideologia, pois esse objeto não tem nenhuma significação que não seja a normal. Portanto, qualquer objeto, independentemente de sua função, pode se tornar um signo, este passa a ter um valor simbólico e, conseqüentemente, deixa de ser um objeto para ser um signo ideológico.

Para Bakhtin, (1997, p. 32):

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico.

Pode ser atribuído ao signo um número variado de significações, isso vai depender do objetivo que se quer alcançar com o uso do signo; este representa ideais que podem seguir a realidade ou não.

A partir desses preceitos, Bakhtin (1997) discute como acontece a relação do indivíduo com a ideologia, chegando à conclusão, sobretudo, de que a ideologia é nada mais nada menos que o sistema social e mundial construído a partir de trocas e interações realizadas por determinados grupos. O sujeito é, portanto, uma consequência revelada pelas forças sociais.

Dessa maneira, para Brait (2005, p. 176) é que “se poderá falar do modo de pensar e de ser de um determinado indivíduo ou de determinado grupo social organizado e de sua linha ideológica, pois que ele vai apresentar um núcleo central relativamente sólido e durável de sua orientação social”, que, por sua vez, corresponde ao resultado de suas interações sociais, de um sistema sempre atual.

V. DIREITO: PRINCÍPIOS DA NORMATIZAÇÃO CIENTÍFICA DA LINGUAGEM

Reconhecendo a especificidade do Direito, admitido como sistema normativo social, pode-se dizer que este, embora não tenha encontrado ainda certo dinamismo para satisfazer a sociedade moderna, possui determinados pensamentos e preceitos que acabam proporcionando a este campo um aumento em seu prestígio, bem como uma maior obediência dos cidadãos à ordem jurídica, isto no que diz respeito ao fato de poder se tornar defeso às críticas.

A esse respeito, Raffo (1983, p. 7) delimita que:

A ciência jurídica *conhece juridicamente* a conduta com os conceitos normativos – norma. Mas a norma deverá primeiro, ser conhecida (ou “sabida”) para poder, depois, ser utilizada na conceituação da conduta. Ela será assim, primeiro *objeto* de um conhecimento (ou saber), para depois ser a base conceitual para a compreensão jurídica do fenômeno de conduta. Por esta razão, a norma pode ser vista como objeto do conhecimento e, também, como conceito na dinâmica do conhecimento jurídico.

Nesse sentido, muitos questionamentos são feitos com relação à questão do objeto do Direito, pois, durante muito tempo, acreditava-se que as normas tidas como positivas eram ditadas por um poder superior e que se tratava de um poder não-humano. Assim, o legislador apenas recebia as normas e as validava. Temos, assim como este, outros pensamentos que influenciam o Direito, uma vez que é visto por Camargo (1982, p. 73) “como meio de controle social, não o único, mas o mais típico está aberto à influência de pensamentos e conceitos irrealis”.

Entretanto, muitos desses preceitos não podem ser aceitos como científicos, limitando-se apenas como não-reais. A saber, de acordo com o Dicionário Jurídico (2005, p. 117-8), pode-se dizer que Direito são as:

Ciências das normas obrigatórias que disciplinam as relações dos homens em sociedade; conjuntos das normas jurídicas vigentes em um país; complexo de normas não formuladas que regem o comportamento humano; lei natural; conjunto de conhecimentos relativos a essa ciência ou que tem implicações com ela, ministrados nas respectivas faculdades.

Entende-se, portanto, o Direito como forma de ciência vigente numa sociedade moderna e que interage com essa sociedade a fim de disciplinar o comportamento humano.

Nessa perspectiva, deve ser vista como ciência que exerce uma postura interdisciplinar com a linguagem, o que de fato significa retomar, como garantia de reflexão aos seus debates, a questão da pertinência e do comprometimento social.

5.1 A visão interdisciplinar e suas balizas: entre o Direito e a Lingüística

As questões envolvendo as abordagens sobre a língua e o seu valor como linguagem, sempre foram motivos de questionamento, bem como atribuições que dizem respeito à consciência do sujeito.

Nesse sentido, o *discurso escrito* se fundamenta como parte integrante da discussão ideológica em grande escala: (uma resposta – alguma coisa – um refutamento – uma confirmação – a antecipação de uma resposta – as objeções potenciais – procura de um apoio etc.).

Assim sendo, a enunciação tem seu significado corrente na comunicação verbal ininterrupta ao cotidiano, à literatura, ao conhecimento, à política e a outros contextos no psiquismo individual dos falantes na língua escrita e ao mesmo tempo falada.

Assim, observa-se que:

Não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. (FOUCAULT *apud* GREGOLIN & BARONAS, 2001).

É válido considerar que esses limites fazem parte da língua e que se sustentam de certa forma, dos contextos preestabelecidos pelo discurso.

O problema da interdisciplinaridade surgiu de advogados que, atuando mais freqüentemente na área criminal, passaram a observar que determinadas interações que aconteciam no meio judicial não eram decorrentes somente do Direito. Assim, começaram a se atentar para a “palavra”, visto que esta constitui matéria-prima do Direito. Nesse sentido, os advogados detiveram-se em palavras usadas mais freqüentemente em situações jurídicas, sobretudo em palavras orais que, a saber, eram materializadas e passavam a ser o único meio de se analisar as situações afins.

A palavra é fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja

ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN, 1997, p. 36).

Nesse sentido, os advogados podem ser classificados na *Redução a Termo*, cuja relevância é maior no Direito do que em outras áreas. Com isso, constata-se que, muitas vezes, o discurso do depoente acaba não sendo em parte registrado ou, quando é, se diferencia do que de fato havia sido dito. E isso vai desde um simples registro na delegacia, frente a um escrivão, até o momento do interrogatório realizado pelo juiz.

Diante dessa problemática, os advogados passaram a acreditar que se tratava de questionamentos que poderiam ter soluções plausíveis para a área do Direito, mas que tais soluções não dependiam apenas da área jurídica e sim de uma inter-relação com outras áreas, sobretudo, a Lingüística.

Assim, como diz Bezerra (1998, p. 24), em *Análise do Discurso*: uma linguagem do poder judiciário; “a idéia de pesquisa ‘técnica e científica’ foi, a cada dia, se desenvolvendo em direção a uma interdisciplinaridade que tem como interface a palavra oral e escrita, matéria-prima do Direito, e objeto de estudo da Lingüística”.

Observa-se, desse modo que, numa “Tomada de Depoimento”, devem ser levados em consideração alguns procedimentos, dentre os quais é possível destacar os procedimentos do interrogatório que, por sua vez, dizem respeito à maneira de se perguntar; afinal, determinadas perguntas possuem o que pode ser chamado de “ciladas”, ou seja, uma força influenciadora, de modo que a própria pergunta prepare a eventual resposta. Assim, de acordo a perspectiva lingüística, no que concerne à questão argumentativa, saber perguntar significa concretizar um papel, ora desafiador e dominar a própria linguagem.

Acerca do exposto, Gonçalves (2002, p. 46) aborda que:

Outra conseqüência desse domínio é a relação de poder que dele surge. O domínio da linguagem resulta numa certa hierarquização de posição social, pois as classes inferiores submetem-se às ordens da classe superior, havendo, então, uma inter-relação que protege o grupo dominante e exclui os que não dominam o código da linguagem.

Agora, em se tratando do “Termo de Qualificação e Interrogatório”, pode-se dizer que este corresponde a um documento escrito, produzido a partir das declarações e respostas do acusado, ditadas pelo juiz ao escrivão, ou seja, trata-se de uma prova objetiva dos fatos.

Igualmente vista na perspectiva da Lingüística, a “Tomada de Depoimento” concerne a um evento lingüístico que obtém como resultado final à produção de um texto escrito. É, pois, com isso, que se busca a reflexão sobre o evento jurídico ocorrido, embora esse evento

possa se impregnar de impressões organizadas pelo intérprete, de modo a implicar nas particularidades e expressões do discurso original.

Com base nessas evidências, percebe-se que as palavras estão cheias de intencionalidades; e chegar ao significado da linguagem não é tarefa difícil. Desse modo, atribui-se ao de analista do discurso à capacidade de compreender e analisar as frases que carregam, implicitamente, os mecanismos de manipulação ou de subjetividades. Assim, na elaboração do discurso, o signo lingüístico ganha papel preponderante, visto que o modo de manuseá-lo poderá determinar as direções que o discurso irá tomar, inclusive de seu maior ou menor grau de persuasão.

Assim, a palavra pode ser dita e repetida tanto por quem a diz quanto por quem a ouve. Pode ser mesmo mal-dita e mal-ouvida, dando origem a outras palavras. Novas situações e novos objetos exigem palavras novas, novos vocabulário que é convencionado e estruturado pelo grupo que cria e recria uma língua comum a determinada sociedade.

Dessa forma, além de a linguagem ser o significado do objeto, ela é o veículo pela qual o homem transporta, de seu interior, suas emoções e as concretiza em palavras oral ou escrita. Tais emoções podem vir carregadas de dramaticidade, isso faz com que o receptor seja atraído com mais facilidade e, conseqüentemente, consiga implantar a idéia correspondente, são os chamados “discursos interiores”.

VI. O MÉTODO

6.1 A natureza da pesquisa

A metodologia adotada na implementação do referido trabalho foi qualitativa, uma vez que, os dados coletados na pesquisa bibliográfica e, ao mesmo tempo de campo, constituíram-se, na base dialética/dialógica no estudo da língua, levando em consideração os seguintes contextos:

I - As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza, onde o modo como o que se diz é dito, mostrando a que título o enunciado é proferido, enfatizando que o discurso é complexo e multifacetado.

II - As formas das distintas enunciações, dos atos da fala isoladas, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos da fala na vida e na criação ideológica que representa a interação verbal, onde por intermédio da enunciação o interlocutor visará um objetivo, esse objetivo influenciará na análise discursiva dos Boletins de Ocorrência, onde Flores (2005, p.107-8), coloca que, “a teoria enunciativa busca dizer algo sobre aquele que enuncia”, sendo, a enunciação, “ato individual de apropriação da língua e discurso”.

III - A partir disso, exames das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual, levando em conta as condições de produção, (tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores e as relações sociais⁴, (grifo nosso)).

Outrossim, os contextos discursivos que serão analisados ao longo do projeto servirão como base expressiva na construção da análise dos Boletins de Ocorrência/depoimentos (escrito) uma vez que, concerne em sua ideologia uma diversidade persuasiva de sinais que se constituirão pelo contexto/cenário/cultura/linguagem e pensamento do indivíduo).

6.2 Etapas da pesquisa

Assim sendo, as etapas que nortearão a seguinte pesquisa terão os seguintes procedimentos:

I - Coletar Boletins de Ocorrência (delegacia);

II - Leituras sobre o tema (assunto) escolhido;

⁴ BAKHTIN (1997), *apud* JESUS (2008).

- III - Redação de resenhas sobre as leituras realizadas;
- IV - Organização dos capítulos referentes ao referencial teórico;
- VI - Seleção dos boletins para análise;
- VII - Composição do arquivo de análise;
- VIII - Análise dos Boletins de Ocorrência;

O presente trabalho constituiu-se em três (3) Delegacias, a saber: nos municípios de Espigão d'Oeste; Pimenta Bueno e Cacoal. Para tanto, foi instituído como objeto de estudo os Boletins de Ocorrência (BO's) que, inicialmente foi dividido para análise em dois momentos: os que predominavam o "Discurso Relatado" em primeira instância e, no segundo momento, o "Discurso Referido", ambos a partir da noção discursiva pelo caráter da "Subjetividade".

Essa escolha foi delimitada pela curiosidade que permeia a linguagem do Discurso Policial no processo enunciativo. Onde o ato da comunicação possui peculiaridades que norteiam sentidos e significados lingüísticos e discursivos que acrescentam múltiplas considerações ao processo analítico, tanto na ciência da linguagem como nas sociais; estas as práticas discursivas humanas.

Foram escolhidos inicialmente, divididos entre as três (3) delegacias pesquisadas, cento e vinte (120) BO's; e delimitados como objetos de estudos apenas as dez (10) mais expressivas para as análises do referido trabalho; sendo quatro (4) BO's do Discurso Relatado e seis (6) BO's do Discurso Referido que compuseram o *Corpus* da análise da subjetividade constituída na comunicação dos Boletins de Ocorrência.

A necessidade em estudar um *Corpus* diferente aos convencionais se deu pela acepção de dialogismo que o homem se constitui, enquanto homem na/e pela linguagem. Mas a linguagem não existe por si só, ela é integrada a vida humana, ligada a um contexto. Ela é viva, ativa, dinâmica e evolutiva, porque, vivo, ativo, dinâmico e evolutivo é próprio homem. Ela se realiza na interação verbal estabelecida entre "Eu" e o "Outro", ou numa interação escrita, sendo ambas realizadas na situação concreta, dentro do contexto, a ser analisado a partir de uma dada narrativa – nesse caso os Boletins de Ocorrência. Privilégio instituído à comunicação que se realiza no ato enunciativo e se concretiza na análise da enunciação.

7. A CONCEPÇÃO E ANÁLISE NOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA

7.1 Os Boletins de Ocorrência (BO's): a lingua(gem) comunicativa

É lícito afirmar que qualquer documento escrito, seja ele científico ou literário, apresenta uma linguagem consideravelmente distinta. Isso acontece porque cada palavra será analisada tendo em vista a necessidade de sentidos a ela atribuída em determinados contextos e situações.

Dessa maneira, é válido observar que todo e qualquer documento escrito ou falado causa um efeito comunicativo, ou seja, pela sistematização discursiva do conjunto de palavras organizadas que, por sua vez, acabam gerando um sentido no interlocutor⁵ (o Escrivão de Polícia) ao descrever os enunciados para os BO's.

A esse despeito, torna-se evidente que

Todo discurso tem por base um acordo mínimo entre discursante e seu interlocutor. Para que exista argumentação efetiva, é necessário que alguém se disponha a discursar e, por óbvio, outra pessoa coloque-se na disposição de escutar. (RODRÍGUEZ, 2003, p.116).

Nessa perspectiva, analisar a linguagem comunicativa dos BO's, bem como seu papel dentro do contexto ao qual está inserido, significa mostrar que esse tipo de documento, usado especificamente pelo departamento policial em seu dia a dia, apresenta em seu conteúdo um teor comunicativo ausente da expressividade oral (gestos, mímicas, olhares, outros), relacionados à oralidade.

Assim sendo, acredita-se que a linguagem utilizada nos BO's tem a característica de informar ao interlocutor, a partir de um relatório, algo foi praticado, de forma ilícita.

Todavia, é por meio da argumentação e da persuasão que se tenta convencer o receptor do contrário. No entanto, vale ressaltar que os BO's não têm o compromisso de convencer, pois, uma vez descritivos, trata-se de documentos informativos.

Percebe-se, assim, que todo e qualquer ato inerente à linguagem carrega em si indícios de subjetividade⁶, isto é, quando um sujeito fala, ele se deixa influenciar por outros discursos,

⁵Pessoa que dialoga, discute, conversa com um outro. [...], pois cada locutor que toma a palavra é, pois, interlocutor do precedente, e os dois se instituem, assim, em interlocutores.

⁶Presença do falante em seu discurso manifestada em suas ações.

outros pontos de vista que, a saber, não são relativamente seus. Nesse sentido, a Língua deve ser vista como instrumento mediador, por meio da qual se representa a subjetividade.

Assim, mesmo se o próprio do discurso e do sujeito é a sua incompletude, sua dispersão, e que um texto seja heterogêneo, pois pode ser afetada por distintas formações discursivas, diferente posição do sujeito, ele é regido pela força do imaginário da unidade discursiva, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com outras, na sua constituição. (ORLANDI, 2005, p. 74).

Nesse sentido, na língua ocorre por meio da enunciação que, por sua vez, serve de palco para as relações de um “eu” e de um “outro”. Nessa perspectiva pode-se dizer que os BO’s se constituem a partir de uma linguagem própria, com diferenciais e técnicas vocabulares. Não obstante, trata-se de uma particularidade preponderante à comunicação escrita do departamento policial.

Entretanto, nota-se que, dependendo do contexto no qual está inserido, muito desses vocábulos possuem significados diferentes dos vocábulos utilizados por falantes comuns.

Assim sendo, o que se evidencia é que para se ter um entendimento devido e satisfatório da linguagem escrita utilizada pelo departamento policial, torna-se necessário conhecer os inúmeros diferenciais específicos à escrita policial, para que, dessa maneira, não haja um entendimento precipitado e/ou falso acerca do conteúdo narrativo/descritivo dos documentos policiais.

Contudo, ao analisar os BO’s, deve-se sempre levar em consideração a questão comunicativa, uma vez que esta deve ser a mais convincente possível. Porém, é preciso atentar ao fato de que, embora convincente, a interpretação não deve ser prejudicial a nenhuma das partes envolvidas, sob pena de se incorrer num erro.

Entende-se assim que todo falante, no momento de sua comunicação oral, pode trazer consigo palavras diversificadas que, não obstante, podem direcionar o interlocutor a diferentes formas de interpretação, tendo em vista que, para chegar à formulação de seu discurso, o sujeito passou por um processo de reformulação dos discursos de outrem.

Dessa forma, faz-se necessário um estudo relevante acerca dos dados que estão sendo levantados, para assim, ter um julgamento mais justo e preciso dos argumentos apresentados

pela *parte envolvida*, a fim de que se possa, desse modo, enunciar o sujeito falante (depoente) e seu interlocutor (escrivão) como ouvinte do discurso proferido⁷.

7.2 O discurso policial nos BO's

Para o Direito Penal, são consideradas valorativas, pelos advogados o reconhecer dos valores sociais que tratam da mesma forma as normas jurídicas, uma vez que tutela os princípios na/ para sociedade, garantindo-se como ciência cultural ao estudar o “dever ser”; todavia, é o Direito Processual Penal o responsável pela efetivação do que foi determinado pelas leis penais. Este determina as Organizações propícias a examinar e a julgar os casos de desobediência às normas estabelecidas pelo Direito Penal. Existem no Brasil três Organizações responsáveis pelos trabalhos de exame, apuração e julgamento de infrações penais, sendo elas: o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Polícia.

Dessa maneira, cabe ao Judiciário julgar as infrações às regras, dizendo se houve ou não, em maior ou menor grau, infrações penais. Não obstante, compete ao Ministério Público à tomada de iniciativas, no que diz respeito à provocação da ação penal, ou seja, a realização dos Processos Judiciais. Os promotores instigam o pronunciamento judicial por meio da *denúncia* e por meio da *queixa*, tendo em vista que se trata de relatos de ocorrências criminais que apresentam os infratores e as provas em questão.

Cabe à terceira Organização a missão preliminar, pois, para que o Poder Judiciário e o Ministério Público possam realizar a sua função, faz-se necessário que a Polícia desempenhe a sua parte de forma significativa. Nessa medida, a polícia se apresenta como a organização responsável pela apuração de casos concretos de infrações penais e também de fatos considerados como não normais. Para isso, a Organização Policial fornece ao Ministério Público os elementos necessários à organização dos relatos criminais, ou seja, a *queixa-crime*⁸ e a *denúncia*⁹, uma vez que são eles, os policiais, que possuem atribuições e recursos para o contato inicial com os criminosos.

Pode-se dizer que os policiais têm o conhecimento de ocorrências criminosas e todos os seus trabalhos são devidamente registrados e possuem modelos processuais próprios. A

⁷ É válido ressaltar que não foi permitida a gravação do discurso do (depoente) em nenhuma das Delegacias de Espigão do Oeste, Pimenta Bueno e Cacoal; pois seria necessária autorização dos depoentes que não aconteceram.

⁸ Petição inicial da ação penal privada. Não se deve confundir a queixa-crime com a notícia do crime, que é a comunicação de um fato criminoso à autoridade policial.

⁹ Peça jurídica inaugural de qualquer ação penal de atribuição do Ministério Público; comunicação que uma das partes contratantes faz a outra no sentido de que tem o contrato por findo.

partir de um conjunto concatenado de ocorrências, a saber: os BO's, os policiais registram as informações criminosas cometidas pelos infratores e sofridas pelas vítimas. Ocorrências estas que recebe o nome de Inquérito Policial.

A polícia que organiza o inquérito policial é chamada de Polícia Repressiva ou Judiciária; trata-se da polícia responsável por desvendar crimes que não puderam ser evitados, colher provas concretas, transmiti-las às autoridades competentes e buscar infratores e seus respectivos cúmplices como forma de direcionar os autores dos crimes e levá-los aos tribunais. Vale ressaltar os trabalhos realizados na elaboração do inquérito policial, ao passo que as partes executam suas tarefas para a constituição das atribuições como um todo, temos: autoridade policial (delegado), o escrivão, o perito e o agente policial.

Em se tratando do perito, nota-se que a este compete o trabalho de auxiliar, atuando nas situações de infrações penais, verificando vestígios e realizando exames de corpo de delito. E por último, observa-se que ao policial, normalmente, o primeiro a entrar em contato com as ocorrências criminosas, cabe a responsabilidade de informar a autoridade policial do fato ocorrido, de cuidar dos locais dos crimes e ainda de anotar as referências criminais, isto é, colher informações das vítimas e testemunhas, num intuito de esclarecer os fatos acontecidos.

No entanto, nem sempre a polícia se depara com casos de fácil resolução; muitas vezes, se encontra em condições nada favoráveis, cujos casos são complexos e de difícil percepção. Esses casos exigem um esforço e um cuidado minucioso para que possam ser esclarecidas as circunstâncias e a autoria dos crimes. Esses trabalhos de busca, indagação e exame recebem o nome de investigação policial que, por sua vez, exige dos policiais árduos e precisos trabalhos de cunho à investigação¹⁰ de um fato.

Assim, para que o trabalho policial aconteça de forma satisfatória, faz-se necessário o conhecimento deste, no que condiz às suas atribuições, bem como a dos demais policiais, para que, assim, possam trabalhar juntos, visando o mesmo fim. Necessita também conhecer os elementos envolvidos na composição do inquérito policial, pois, assim, se tornará mais capacitado na realização de seu trabalho, quer dizer, não se exige do profissional, em particular, habilitações dos demais envolvidos no inquérito. Se ele tiver noção do objetivo pretendido pelo conjunto, estará em melhores condições para executar a sua missão.

No que concerne às provas, pode-se dizer que se tratam dos elementos empregados na constituição do inquérito policial, elementos estes que elucidam os atos e os fatos condizentes às ocorrências, transmitindo a elas condição de certeza e lucidez. É válido afirmar que

¹⁰ Conjunto de diligências e atos desenvolvidos no sentido de investigar algum fato ou situação de direito. Pode ser policial, judicial, administrativo, etc.

existem numerosas e variadas provas, sendo elas: subjetivas ou informativas, objetivas ou materiais e complementares.

As provas *subjetivas* são as provas que transmitem informações e cujas fontes serão as pessoas que participaram diretas ou indiretamente, dos acontecimentos. As provas objetivas são as provas materiais, tendo como base concreta os vestígios que mediam a realização dos crimes, a saber, recursos utilizados pelos criminosos.

Partindo dessas premissas, pode-se dizer que o discurso policial nos BO's acontece de forma *direta*, *indireta* ou ainda *indireta livre*, dependendo da *intenção* do escrivão ao *relatar* os *fatos*, pretendendo descrever enfaticamente a fala da comunicante e/ou vítima, caracterizando a sua subjetividade em relação ao fato, ou ainda uma mistura da voz do escrivão com a voz de quem enuncia os fatos ocorridos.

Nessa ordem, nota-se nos BO's um discurso de natureza heterogênea, uma vez que o discurso do *eu* se mistura com o discurso do *outro*, dentro do contexto enunciativo, podendo se caracterizar tanto como um discurso referido, como ainda, um discurso relatado.

Nessa medida, o escrivão ressalta em seu discurso a presença da vítima e/ou comunicante, do agente/infrator e das testemunhas, enfatizando o cenário, o pensamento e a linguagem do sujeito enunciador. Pode-se perceber também que o escrivão utiliza meios lingüísticos argumentativos, como forma de acusar o infrator e defender a vítima nas situações vividas. Dessa maneira, o discurso policial aparece encoberto de vozes, ao passo que trabalha com elementos próprios do cenário cultural do (depoente), ficando latente, assim, a sua perspectiva com relação às convenções sociais da realidade vigente.

O enunciador representa, de certa forma, frente ao "locutor" o que o personagem representa para o autor em uma ficção. Os "enunciadores" são seres cujas vozes estão presentes na enunciação sem que se lhes possa, entretanto, atribuir palavras precisas, efetivamente, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista. Ou seja, o "locutor" pode pôr em cena, em seu próprio enunciado, posições diversas da sua. (MAINGUENEAU, 1997, p. 77)

Outra característica presente nos Boletins de Ocorrências é a *ambigüidade*, uma vez que existem no discurso do escrivão alguns termos que acabam impedindo o entendimento único com relação àquilo que se diz, causando, assim, uma ruptura acerca do acontecido. Tal característica consiste em apontar dúvidas no que corresponde à culpa dos fatos.

Portanto, observar a linguagem policial nos BO's, significa, antes de tudo, evidenciar um discurso que se constitui a partir de outro discurso e que não possui um método em sua

constituição, tendo em vista que pode apresentar diversas linguagens na constituição do discurso como um todo.

7.2.1 Um prospecto sócio-lingüístico do discurso do escrivão nos BO's

Sabe-se que o *discurso relatado* corresponde ao discurso representado a partir de um outro discurso.

Nesse sentido, podem-se evidenciar claramente nos BO's num dado texto de interferências e alterações do discurso de *outro*. Para tanto, é válido observar que para Indursky (1997, p. 198), o “discurso relatado é apenas o sintoma da natureza essencialmente heterogênea de qualquer discurso”.

Do ponto de vista da Análise do Discurso e das teorias da enunciação, a expressão *discurso referido* ou *discurso reportado* corresponde a um discurso que inclui outro discurso. Segundo Almeida (1993, p. 25) “[...] todas as formas em que o fenômeno da *citação* pode dar”. Pode-se dizer assim que, no discurso referido temos a linguagem sendo mobilizada para reportar a própria linguagem, indicando, dessa forma, que a fala não se caracteriza como um ato de um sujeito isolado, pelo contrário, trata-se do que podemos chamar de uma réplica, ou seja, a fala a partir de outras falas.

Partindo desse pressuposto, a temática do discurso referido relaciona-se diretamente ao *interdiscurso*¹¹ e à *heterogeneidade*¹² do enunciador ao sujeito da linguagem. Assim sendo, o discurso referido corresponde a uma enunciação passada, anterior a enunciação que se cita.

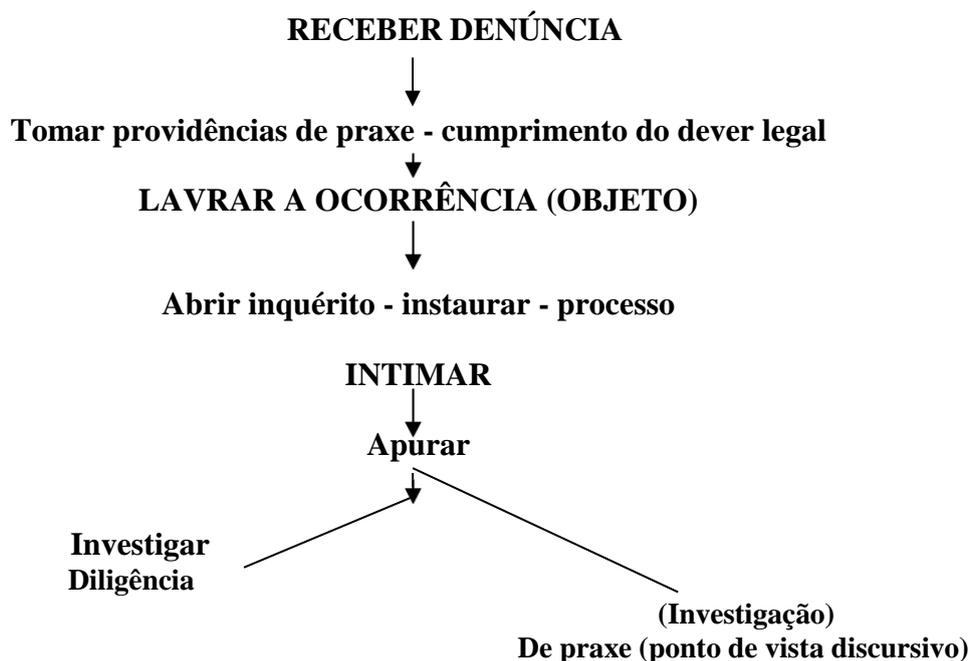
Em seu Esboço de uma teoria polifônica da enunciação (1987) Ducrot propõe-se a contestar a tese segundo a qual na base de cada enunciado subjaz um único autor. De acordo com ele, a lingüística moderna procura manter como princípio a unicidade de um sujeito com competência psicofisiológica. Somado a isso vê o sujeito como a origem dos atos ilocutórios produzidos por intermédio do enunciado (...). (FLORES E TEIXEIRA, 2005, p. 64).

Nesse sentido, a análise dos BO's procederá de forma concisa, num intuito de verificar a presença de subjetividade; esta que para Benveniste (1989) se manifesta da capacidade do locutor de se posicionar como sujeito na/pela linguagem, fundamentada da consciência de si por parte do interlocutor/escrivão.

¹¹ Relação do discurso com outros discursos, pois a representação “interior” e “exterior” se caracteriza em universos independentes para cada discurso.

¹² Se manifesta na presença de discursos “outros”, isto é, atribuíveis a uma outra fonte enunciativa, caracterizada por Authier-Revuz (1982).

Para isso, observe o esquema a seguir:



A análise buscará evidenciar quem se caracteriza como o sujeito recebedor da denúncia, se o próprio escrivão (referido) ou se um policial (relato) responsável por transferir a ocorrência ao escrivão.

7.2.2 A sistematização na lingua(gem)

É válido observar que, quando se fala em *'paráfrase'*, deve-se evidenciar a sua importância a partir da conservação das idéias originais de um texto sem modificá-la em sentidos ou significados que não possam estabelecer relações ao exposto no contexto.

Deve-se observar, nesse sentido, que a paráfrase torna-se sistema que pode ser encontrado ou definido em alguma relação na lingua(gem), esta preestabelecida na existência da "anáfora". Ou seja, quando há termos (palavras) que se entrecruzam em repetições retóricas num *dado* discurso.

Nessa perspectiva, Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 36) delimitam que "[...] a anáfora pode pertencer às cadeias de referência, coesão textual e da progressão temática [...] recobrando as relações de simetria aos fenômenos do uso corrente da língua [...]". Assim, pode-se ter como base duas concepções abordadas por Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 36-7) quando delimitam que a concepção textual da anáfora depende da interpretação

referencial, esta a partir do contexto e sua estrutura lexical e sintática das “expressões relacionadas”.

É válido ressaltar que a anáfora também pode ser caracterizada pela concepção cognitiva, a passagem de uma *dado* seqüência de enunciados pode ser identificada e, ao mesmo tempo apoiadas em ‘textos e discursos’ numa estrutura léxico-semântica que permitirá uma aceitação pragmática a partir da posição referencial nas regras semânticas e sintáticas na construção das frases; as quais para Benveniste (*apud* Charaudeau & Maingueneau, 2004) o emprego anafórico de uma expressão se estabelece a seu emprego *dêitico*¹³ a uns fenômenos textuais, relacionados aos fatores cognitivos determinados ao contexto de uma expressão.

Com isso, pode-se perceber que a *paráfrase* bem como a *anáfora*¹⁴ estão diretamente ligadas ao elemento *dêitico textual*, pois as relações sistêmicas existentes entre esses paradigmas podem ser definidas pelas referências intermediárias do seu sentido inicial e obrigatório a partir da situação enunciativa que pode ser “*indireta* ou *opaca*”, a identificação referencial não será imediata e, sim, pelos indicadores espaciais no contexto dum *dado* discurso estabelecido pelo locutor ao interlocutor no ato da enunciação.

A *paráfrase*, nesse sentido contextual, pode exigir uma contigüidade a partir dos elementos semânticos preestabelecidos entre os léxicos anafóricos e dêíticos que os aproxima como sistematização pragmática enunciativa. Logo, se caracteriza pela presença das relações na concepção da *paráfrase* que é designada pela noção paradigmática e a marca de heterogeneidade mostrada no discurso e constituída na designação da anáfora, referência, co-referência, e designação estrutural do discurso.

7.2.3 A *paráfrase* como constituição de uma abordagem pragmática

A *paráfrase* constitui-se na transferência de novas idéias a partir de uma transcrição na qual o locutor possa estabelecer a relação intertextual no discurso. No entanto, pode-se esclarecer também a opinião do interlocutor como agente da interpretação interdiscursiva numa abordagem do texto, pois, deve-se observar, nesse princípio, que a leitura e análise de um *dado* texto requer o que, em grande parte, os lingüistas chamam de ‘*leitura vertical*’ e ‘*leitura horizontal*’ ou seja, no primeiro momento, o leitor faz um breve levantamento dos

¹³ Terminologia evidenciada por Ducrot & Schaeffer, 1995, p. 310 *apud* Charaudeau & Maingueneau, 2004 para designar os tipos de referência identificados na enunciação da expressão ao tipo de anáfora empregado em seu contexto.

¹⁴ É a relação interpretativa de um enunciado ou da seqüência de enunciados de um texto.

referenciais que o texto traz para uma compreensão base e no segundo plano, uma leitura rápida com a finalidade da percepção do assunto geral, a fim de analisar o próximo contexto dessas idéias-grifo; que tornam uma certa '*identidade dada*' como referência do texto-base.

Assim sendo, o enunciado manterá a reiteração e ênfase na compreensão, assegurando, por conseguinte, o que foi *dito* anteriormente, designando, assim, uma acessibilidade nos esclarecimentos enunciativos do texto proferido.

A língua por sua vez, permite abordagens de termos que permitem uma equivalência semântica considerada como sinônimo e paráfrase. Todavia, as seqüências que podem ser produzidas com o mesmo sentido equivalente não serão as mesmas para seus interlocutores-sujeitos num *dado* texto-base.

Para melhor caracterizar a conceituação bem como a estrutura lingüística acerca desse, é crucial observar as bases no processo da comunicação nos BO's e os fenômenos semânticos que os tornam parte do que conhecemos como subjetividade em sua heterogeneidade no ato ilocucional. Pois, a partir das abordagens especificadas nos capítulos anteriores, veremos, no próximo, como se manifesta a noção subjetiva e suas manifestações nos BO's, esses tendo como princípio a interlocução do (escrivão) ao relatar o depoimento do depoente (locutor).

VIII. A ANÁLISE DO PONTO DE VISTA LINGÜÍSTICO

8.1 O discurso relatado

1ª. Análise

BO 902/2003

As 23:45 horas do dia 04.09.2003, compareceu nesta DP a PM nos apresentando o BOP n° 538, cujo teor transcrevo: Segundo a **vítima** a mesma é casada com o agente, que diariamente este se embriaga ambos discutem, entram em vias de fato, mas desta vez o agente de posse de uma faca desfriou vários golpes, a vítima no intuito de se defender, acabou sendo lesionada no dedo polegar esquerdo e o punho direito, após o fato o agente tomou rumo ignorado e a vítima com mais 03 crianças missiaram na casa das testemunhas de onde acionaram a polícia militar, que a conduziu ao pronto socorro para os primeiros socorros, posteriormente a mesma foi entregue aos cuidados das testemunhas. (sic)

Nota-se, no BO 902, que o discurso relatado se manifesta a partir do “depoente” ao indicar nos enunciados, referências que possam indicar elementos da subjetividade na interlocução dos fatos da narrativa como: **vítima** que se caracteriza (depoente), a qual a 3ª. pessoa do singular, nesse caso, (ele-ela = VÍTIMA), há um entrecruzamento da subjetividade no ato da comunicação entre o interlocutor (escrivão) que se manifesta na narrativa do depoente.

Nesse sentido, Fiorin (2005, p. 59-60), aborda que,

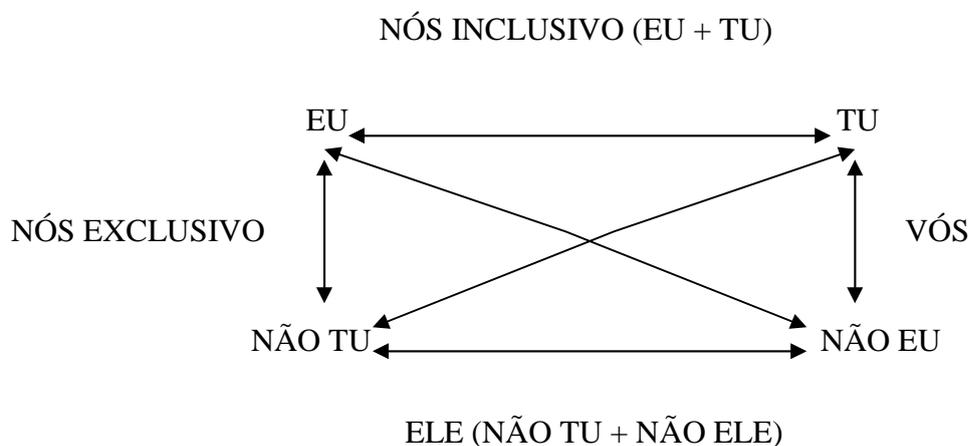
(...) o “eu” e o “tu” são cada vez únicos, enquanto o ele pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum (nas línguas como, por exemplo, o francês, em que a expressão impessoal se constrói com um pronomes de terceira pessoa). Depois, “eu” e “tu” são reversíveis na situação de enunciação. No entanto, não é possível a reversibilidade com o “ele”. A terceira pessoa é a única com que qualquer coisa é predicada verbalmente.

Assim, é válido considerar que a escolha vocabular transcrita pelo escrivão permite abordar uma característica que o “nome” possa se transferir de “sujeito gramatical” para “sujeito do discurso”, onde seus efeitos de sentido podem desempenhar peculiaridades dessa construção discursiva ao longo do Boletim de Ocorrência.

Essa categoria enunciativa é relacionada para Benveniste *apud* Fiorin como a da personalidade, em que se opõe pessoa (eu-tu) e não-pessoa (ele-ela), ou seja, actantes da enunciação e actantes do enunciado; da subjetividade, em que se contrapõem “eu” vs “tu”;

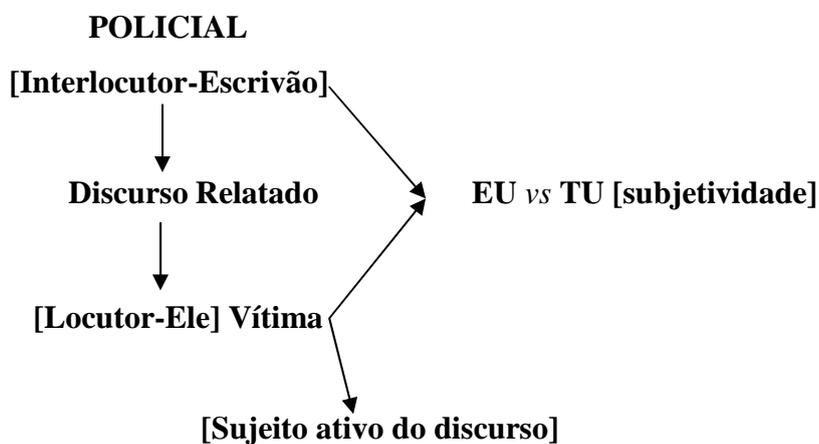
sendo a primeira pessoa subjetiva que será constituída a partir da segunda, pessoa não-subjetiva.

Para melhor clareza, nessa constituição das pessoas, Fiorin (2005, p. 60) explica no seguinte esquema abaixo:



Para tanto, essas formas distintas no BO acima, correspondem a um discurso indireto livre, pois no contexto são apresentadas sem que se perceba necessariamente quem as proferiu no processo comunicativo.

Para isso, observe o fluxograma a seguir:



Trata-se assim de um *discurso outro*, isto é, segundo a vítima (locutor), ou seja, um discurso dependente de um outro discurso: “segundo a vítima a mesma é casada com o agente”, percebe-se, nesse sentido, uma afirmação modalizada, uma vez que se evidencia uma marca deixada pelo sujeito “vítima” a seu enunciado.

Nesta perspectiva, temos uma modalização que recai sobre o conteúdo da afirmação ora da vítima-locutor, ora do policial-interlocutor.

Assim, temos um discurso primeiro, o da vítima e, a seguir um discurso outro, o proferido pelo policial, logo depois, evidencia-se um terceiro discurso que é o do escrivão e, por último, o discurso interpretante.

Nesse sentido, para Possenti (2002, p. 64) torna-se “visível o discurso do outro, mas também é visível o trabalho do eu”, ou seja, a presença do outro não apaga a presença do eu no discurso, todavia um discurso nunca é oriundo de um eu, mas sim de um outro discurso.

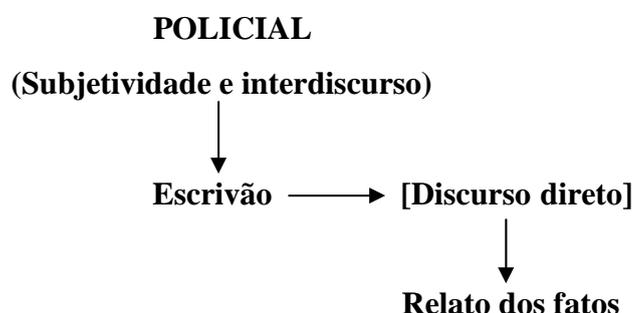
Pode-se dizer que o enunciado do escrivão possui marcas de subjetividade suas com relação ao enunciado trazido pela policial que esteve no local. E estas marcas de subjetividade existem na medida em que o policial-escrivão (interlocutor) relata o discurso do “outro”.

2ª. Análise

BO 185/2003

As 15:50 horas do dia 16.02.2003, foi apresentado nesta DP o BOP n° 124/03, cujo teor transcrevo: Por solicitação da central de operação, esta viatura deslocou-se até o quartel da PM onde encontrou a vítima em pranto, dizendo que foi ameaçada pelo agente na boate casal 20; Segundo a mesma o agente correu atrás dela com uma faca; Deslocamos até o referido local onde localizamos o agente na abordagem não encontramos a referida faca. (sic)

Observa-se, no BO acima, a presença de subjetividade por parte do escrivão, uma vez que a linguagem trabalhada especifica a presença subjetiva dum discurso relatado, a partir da constituição textual nos BO's, a partir de uma perspectiva discursiva, ou seja, narra os acontecimentos dos fatos. Veja:



Assim, pode-se dizer que o relato é feito por um dos policiais solicitados ao quartel, o que pode ser notado, sobretudo quando se diz: “*por solicitação da central de operação, esta viatura deslocou-se*”, percebe-se que o uso do pronome demonstrativo “esta”, indicador de proximidade, deixa latente a relação de presença de quem relata os fatos na viatura.

Portanto, o que o escrivão faz é primeiramente situar o BO como um discurso relatado e, em seguida, apresentá-lo tal qual ele é, sem a intervenção da subjetividade.

Trata-se, assim, de um discurso direto (sem aspas), representado pela fala do policial que relata os fatos numa circunstância que é gradativa, determinando assim, passo a passo, a atuação da viatura: “*Deslocamos até o referido local*”, percebe-se que o verbo “*deslocar*” na primeira pessoa do plural (nós) determina um sujeito desinencial, em que nós deslocamos, assim quem narra também se desloca.

Nesse sentido, o policial (locutor) do enunciado transcrito pode ser encarado como o sujeito da enunciação, uma vez que “ele” poderia omitir fatos, caso o “agente” fosse irmão do policial e ter dito que não encontrou a (faca) para proteger o irmão. Assim, além da vivência, é preciso estar inserido nas ações dos enunciados em cada contexto.

Segundo Flores e Teixeira (2005, p. 106)

[...], todo e qualquer fenômeno lingüístico carrega em si à potencialidade de um estudo em termos de enunciação, já que sua existência depende do sujeito que enuncia. O Objeto da lingüística da enunciação é todo o mecanismo lingüístico cuja realização integra o seu próprio sentido e que se auto-referencia no uso.

Pode-se dizer que a vítima [depoente], a mulher, é, ao mesmo tempo, [agente e paciente], ou seja, o “eu” e o “tu” como marca inclusa da enunciação com duas vozes – para Bakhtin o enunciado deixa ouvir diferentes vozes orientadas para o objeto no interior de um mesmo contexto [...] não havendo, assim, textos monológicos.

O agente, por sua vez, pode ser analisado numa perspectiva pragmática, isto é, é ele quem *comete as ações* em relação à vítima [depoente] que, segundo ela, a ameaçou correndo atrás dela com uma faca.

3ª. Análise

BO 130/2003

As 11:00 horas do dia 01.02.2003 compareceu nesta DP o Agente de Polícia Richardson Palácio, nos comunicando que a senhora Enedita Dutra Jochem, suicidou-se, jogando-se num poço existente no local do fato. A perícia Técnica compareceu no local. (sic)

Ao observar o BO 130, percebe-se que o discurso caracteriza-se por uma *mistura de vozes*, temos a *voz do policial* e a *voz do escrivão* que se entrecruzam num discurso direto e ainda num indireto livre, uma vez que o narrador, no caso, o escrivão, relata os fatos a partir

do exposto pelo policial, ou seja, o discurso do outro. Nesse sentido, o escrivão traduz o discurso do policial, remetendo a ele operações distintas.

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que o ato da enunciação caracteriza-se sobre o emprego de uma palavra, vista como emprestada de um exterior, o que pode ser evidenciado no momento em que o escrivão transcreve que o policial compareceu “*nos comunicando*”, assim o relato pode ser tanto o do próprio policial quanto o do escrivão, pois não há uma marca definidora do sujeito da enunciação.

No primeiro momento, o escrivão enuncia a presença do policial, caracterizando-se como narrador dos fatos e, na última linha, nota-se um discurso direto, pois é o próprio escrivão quem fala.

Ver o esquema que se segue:



Portanto, o escrivão parte de um discurso de outrem, do policial; todavia, é a sua subjetividade que está em voga, uma vez que depende dele a organização e o emprego de determinadas expressões, ao passo que é a partir dessa escolha que se evidencia o sentido acerca do enunciado.

Não obstante, a escolha por expressões na voz reflexiva permite ao escrivão determinar uma ação realizada e sofrida pela senhora: “*suicidou-se, jogando-se*”, dando uma maior ênfase ao termo suicídio como “referencial e, ao mesmo tempo, “circunstancial” ainda que lhe permita tratar dos fatos de forma rápida e objetiva sem se estender no enunciado.

Segundo Koch (2003, p. 12) “Em síntese: a par daquilo que efetivamente é dito, há o *modo como* o que se diz é *dito*: a enunciação deixa *marcas* que indicam, “mostram” a que título o enunciado é proferido”.

A forma como o escrivão nos apresenta o fato por meio do BO, viabiliza um entendimento de que a senhora possuía total controle daquilo que pretendia fazer, não permitindo ao interlocutor imaginar que se tratava de um acidente. Dessa maneira, a

subjetividade do escrivão existe na medida em que organiza o seu enunciado visando um entendimento preciso acerca dos fatos.

O que o escrivão possivelmente realiza é uma paráfrase da mensagem transmitida pelo policial; trata-se de uma retomada do já-dito realizada a partir de palavras diferentes. Entretanto, essa paráfrase produz novos sentidos e acaba, de certo modo, modificando um sentido mesmo do texto, pois, por mais que se conserve o conteúdo, a paráfrase é realizada a partir do entendimento do sujeito com relação àquilo que lhe foi transmitido.

Trata-se, assim, de um longo caminho em que o escrivão toma as falas do policial, reformulando as mesmas e registrando-as sob o seu olhar. Assim, perde-se, antes de tudo, a emoção, uma vez que esta não é registrada no mundo da paráfrase.

Observe em Gabler (2001, p. 236), que

A tomada da palavra num depoimento por si só já representa um jogo lingüístico gerador de polêmicas. A paráfrase daí resultante tem características próprias uma vez que se constitui de elementos específicos: o momento em que as três autoridades distintamente interrogam o réu, cada um cumprindo, dentro do seu ritual, o seu papel social, traz para o seio do documento toda a bagagem cultural e ideológica tanto do depoente quanto do inquiridor e principalmente deixam à mostra o Poder do Estado.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que o escrivão apresenta *subjetividade* em seu discurso, uma vez que não aborda a ocorrência, utilizando as *mesmas palavras* do policial; pelo contrário, incide a mensagem por meio de *palavras que foram escolhidas e combinadas por ele mesmo*, evidenciada pela Análise do Discurso como Formação Discursiva, ou seja, aquela que controla o que pode e deve ser dito num dado discurso; num intuito de representar o que, de fato, pretendia.

4ª. Análise

BO 945/2003

As 19:00 horas do dia 13/09/2003, foi apresentado o BOP, nº 559/03, com o seguinte relato: conforme a vítima que é PM, o mesmo encontrava-se na rua Bahia em frente à Joalheria Karine joia, quando o infrator juntamente com outro elemento em ao nota a presença do policial vio a provoca-lo fazendo, manobra perigosa empinando com a sua moto e não satisfeito, fez gestos obsceno para o mesmo e em seguida evadiu-se do local tomando rumo ignorado. (sic)

Tendo em vista o BO apresentado acima, percebe-se que se trata de um discurso relatado em que algumas marcas permitem ao leitor evidenciar a subjetividade da vítima que é policial. Nesse sentido, o policial é o [locutor] dos fatos e o escrivão o [interlocutor] do discurso.

Assim sendo, o *escrito primeiro* possui todas as marcas de subjetividades desse sujeito que sofre a ação de ser provocado pelo [infrator-manobrista] da motocicleta e ainda realiza a ação de escrever o BO; dessa forma, suas ações se medem nas próprias experiências, uma vez que ele mesmo relata os fatos acontecidos.

Tomando como ponto de partida essa abordagem, pode-se dizer que o discurso se firma numa perspectiva ideológica policial, uma vez que as ações do infrator são julgadas como perigosas a partir da concepção do policial, tendo em vista, é claro, sua função de mediador social. Assim, a vítima fala numa perspectiva que privilegia os policiais, o que nos leva a crer que, independentemente da vítima, sendo esta qualquer outro policial, ainda assim as atitudes do infrator seriam vistas por este ângulo.

É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito da literalidade, à ilusão do conteúdo, a construção da evidência dos sentidos, a impressão de sentido já-lá. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade. (ORLANDI, 2005, p. 22).

Dá poder dizer que o que se leva em consideração neste BO é a moral ofendida do policial e não os riscos sofridos pelo infrator e os riscos que este poderá causar à sociedade; atentando nesse ponto, ao respeito que se deve ter para com os policiais, bem como o medo que estes inserem no âmbito social.

Agora, em se tratando do escrivão, nota-se a presença de uma *subjetividade parcial*, ou seja, o uso das aspas, uma vez que a linguagem utilizada por ele é uma linguagem que denota o acontecido a partir dos preceitos do policial, sendo este a própria vítima.

Assim, quando diz: “*conforme a vítima que é PM*”, o escrivão deixa claro que o parecer seguinte não é seu, mas sim da vítima [depoente]; nesse sentido, ele se ausenta dos acontecimentos, deixando evidente a abordagem do policial.

Observe no esquema abaixo:



O escrivão trata de transcrever o BO apresentado pelo policial, atestando a ele valor significativo. Ele retrata os fatos a partir de um discurso indireto, em que se aspectualiza os fatos, atribuindo a ele caráter temporal, uma vez que relata o acontecimento numa perspectiva de terminatividade, ou seja, como um fato já concretizado.

É possível dizer assim que, por mais que o escrivão queira enfatizar sua ausência no discurso, neste ele ainda deixa marcas de subjetividade, pois a partir do momento em que temporaliza os fatos num passado remoto ele trata de “congelar” a presença do policial e atenuar a sua, apresentando o “policial” como o sujeito da enunciação. Com isso, podemos perceber pelas circunstâncias de sua posição como autoridade, a presença de um sujeito assujeitado – isso por se manifestar seu compromisso consciente e a sua intenção em significar os contextos.

Nesse contexto, percebe-se a locução indireta do PM quando diz: “*e não satisfeito*”, - é como se o [PM] estivesse indignado com a situação vivida por ele; corresponde a uma marca de subjetividade emotiva, ora, pois, evidenciada a partir das ações realizadas pelo infrator. Há, portanto, uma tentativa de supervalorização dos policiais em contrapartida ao infrator do delito.

Outra característica importante a ser evidenciada neste BO é com relação à ambigüidade promovida neste jogo de palavras: “*empinando com a sua moto*”. Nesse sentido, subtende-se tanto a moto do próprio infrator, como ainda do policial; ocasionando um duplo sentido naquilo que realmente se pretende enunciar, pois não se tem a noção se as palavras foram do [PM] ou do [Escrivão].

8.2 O discurso referido

1ª. Análise

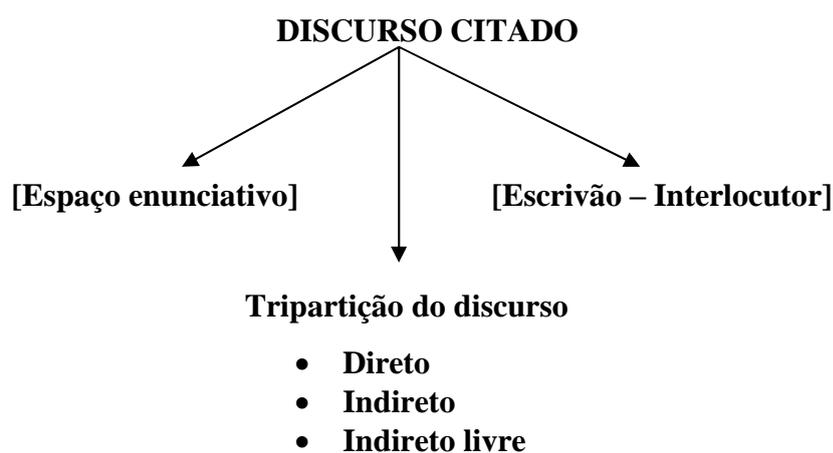
BO 183/2003

As 09:30 horas do dia 16/02/03, compareceu nesta DP a vítima acima qualificada nos comunicando que seu ex-marido com o qual conviveu durante oito anos, sendo que durante esse tempo a vítima foi injuriada constantemente, porém, no último mês de janeiro no dia 08, a mesma resolveu sair de casa e levou seus filhos. No entanto, o infrator tem ameaçado-a de morte além de afirmar que após matá-la se suicidará. Dado e passado nesta cidade de Espigão do Oeste /RO, aos Vinte e cinco (25) de Março (03) do ano de Dois Mil e Três (2003). (sic)

Observa-se, no BO acima, a presença de um discurso citante e de um discurso citado; o primeiro corresponde ao discurso atual no qual se encerra a voz do enunciador e o segundo, por sua vez, diz respeito ao discurso marcado por uma enunciação passada.

Nesse sentido, quando se diz “*compareceu nesta DP a vítima acima qualificada nos comunicando*” nota-se a fala do sujeito citante, o enunciador, determinada, sobretudo, pelo pronome pessoal oblíquo átono “nos”, conquanto no fragmento: “*seu ex-marido com o qual conviveu durante oito anos*” pode-se evidenciar a presença de outras vozes inseridas no discurso, no caso a vítima, assim qualificada.

A esse respeito, pode-se observar no esquema abaixo:



Desse princípio, a respeito do discurso citado e suas representações no discurso Rosier (1999, p. 125) *apud* Charaudeau & Maingueneau (2004, p. 174) classificam que

[...] a Colocação em relação de discursos, um dos quais cria um espaço enunciativo particular, enquanto o outro é colocado à distância e atribuído a uma outra fonte, de maneira unívoca ou não [...] nas múltiplas formas de alusão a discursos já proferidos. Sendo o primado do interdiscurso um dos postulados de um grande número de analistas do discurso, para muitos a problemática do discurso citado abre constantemente para o conjunto dos fenômenos de polifonia e de heterogeneidade.

É importante evidenciar que o discurso predominante é o citado, isto é, ele aparece transformado pela enunciação do sujeito citante; assim, não há um compromisso do escrivão-interlocutor em preservar a fala do depoente - o discurso citado. Isso se torna claro na retomada em que o escrivão faz do discurso, veja: “*sendo que durante esse tempo à vítima foi injuriada constantemente*” - para que isso aconteça, o enunciador faz uso de conectivos como: (que, durante, esse e constantemente), utilizados num intuito de encaixar a fala do sujeito da enunciação na letra do discurso do citante ao discurso citado.

Constatam-se, ainda, algumas reflexões próprias do discurso referido, uma vez que estas envolvem, no âmbito do discurso, a teoria interdiscursiva e a teoria polifônica da enunciação, tendo em vista que o sentido dos enunciados pode ser analisado a partir da inserção de várias vozes, observe: “*a vítima foi injuriada constantemente, **porém**, no último mês de janeiro no dia 08, a mesma resolveu sair de casa e levou seus filhos*”, percebe-se que, o uso de “**porém**” menciona a presença de uma outra voz, aquela que sustentaria a afirmativa da vítima não sair de casa.

Existem algumas estratégias *condicionais* presentes no BO, ou seja, ameaça à vítima persuadindo-a a voltar para casa; trata-se assim, de um elemento sinalizador de um efeito totalmente afirmativo de que a vida prevalecerá, caso ela volte para casa.

O uso do contexto: “*e levou seus filhos*” causa no BO um efeito ambíguo com relação à posição do infrator frente aos fatos ocorridos, pois não se sabe se ele mataria a esposa e se suicidaria, pelo fato de a esposa ter saído de casa ou seria por ter levado consigo seus filhos, os filhos do casal, sobre o quais ele (infrator) também teria direito.

Sendo assim, nota-se um relativo teor de subjetividade por parte do escrivão [interlocutor] do discurso que, por sua vez, faz uso de algumas *escolhas vocabulares* para firmar aquilo que se pretende enunciar no contexto do BO, como suporte do interdiscurso; este que se manifesta no interior de um universo de outros discursos com o objetivo de abrir caminhos à interpretação do texto; observam-se, assim, as seguintes premissas: “*durante oito anos*”, “*durante esse tempo*”, “*constantemente*”, percebe-se que todas essas expressões empregadas pelo escrivão correspondem, necessariamente, ao tempo em que a vítima sofreu

as injúrias do marido. Para tanto, o uso constante da temporalidade causando uma marca discursiva que caracterizará o seu locutor no ato da escrita.

Desse modo, o que se tenciona é exatamente ressaltar o fato de que, por muito tempo, a vítima sofreu injúrias nas mãos do infrator, visando, sobretudo, a defesa da vítima (depoente) e a acusação do infrator, a fim de sustentar a verdade presente no discurso citado, bem como no discurso citante.

Outra questão a ser mencionada é quanto ao emprego da palavra “*injurizada*”, uma vez que tal utilização não remete claramente àquilo que o infrator realizava com a vítima [depoente]; trata-se tão somente de mostrar a condição em que esta ficava, ‘injurizada’.

Um fator indicador da busca do escrivão em defender, por meio de um jogo de palavras, a depoente, em detrimento do infrator é ele ressaltar a condição da vítima (*injurizada*) e não a ação do infrator (*injuriar*), direcionando, portanto, o foco do discurso na vítima, bem como em seu estado.

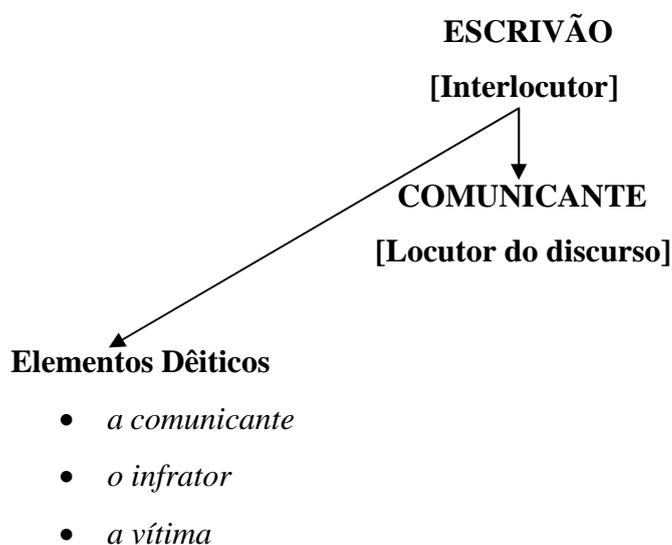
2ª. Análise

BO 900/2003

As 10:00 horas do dia 04.09.2003, compareceu nesta Delegacia de Polícia a comunicante, nos comunicando que o infrator na data do fato, aproveitando-se que sua filha menor (vítima) estava sozinha bolinou as partes íntimas da mesma chegando a romper o hímem. (sic)

Observa-se, no BO acima, uma redundância quanto ao emprego do termo “*comunicar*”, utilizado duas vezes pelo escrivão, uma após a outra; no primeiro momento, emprega-se o termo, referindo-se ao *depoente* (comunicante) e, logo em seguida, o termo é empregado tendo em vista o conteúdo daquilo que se enuncia, a saber, os atos cometidos pelo infrator.

Acerca disso, pode-se observar o esquema a seguir:



Nota-se a presença de alguns elementos *dêiticos* que, para Ilari & Geraldi (1998, p. 66) são “[...] palavras que mostram [...] realizam o fenômeno da dêixis (ato de mostrar), que é um dos traços que distinguem a linguagem humana das linguagens artificiais, tornado-a apropriada para o uso de situações correntes”; e tratam de elementos utilizados no discurso referido, marcando os sujeitos no processo enunciativo, bem como as circunstâncias de tempo e de espaço que ostentam o ato da enunciação.

Assim, quando o escritor utiliza os artigos “*a e o*”, indicadores do gênero dos sujeitos presentes no interior do enunciado, ele trata de determinar a existência de uma depoente que é mulher e de um infrator que é homem: “*a comunicante*” e “*o infrator*”; percebemos que há uma predileção por parte do escritor em definir ao invés de indefinir os sujeitos dos processos enunciativos, o que poderia ser efetivado por meio de artigos indefinidos: “*uma e um*”.

Evidenciam-se ainda no BO as circunstâncias de *espaço* e de tempo, marcadas, sobretudo, pelas expressões: “*na data do fato*” e “*estava sozinha*”. Para tanto, Fiorin (2004, p. 284) diz que

Se as situações de narração e de interlocução forem distintas, do ponto de vista espacial, os dêiticos de espaço devem sofrer transformações. Se o aqui/aí e este/esse da interlocução não forem idênticos aos da narração, tornam-se as formas ali/lá e aquele.

Assim, a expressão “na data do fato” nos remete ao espaço em que as vias de fato aconteciam, não obstante ao enunciar “*estava sozinha*”, os sujeitos expressam a noção de *temporalidade*, determinada, especialmente, pelo uso do verbo no pretérito perfeito, indicando um verdadeiro tempo, uma vez que sua significação se determina pela relação de oposição que mantém com o presente.

Em se tratando da *escolha vocabular*¹⁵ feita pelo escrivão, pode-se dizer que este, por meio de algumas estratégias discursivas, sugere no BO a idéia de que o infrator já tinha a intenção de se aproveitar da vítima, ao passo que o uso do termo “*aproveitando-se*” representa uma intenção contida nos desejos do infrator e que veio a aflorar em meio ao ambiente que lhe era propício.

É importante salientar, também, a *carga ideológica* constituinte das falas isoladas, uma vez que dizer: “*romper o hímem*” representa articular valores interiorizados pela sociedade, tendo em vista que as palavras estão sempre carregadas de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. Nesse sentido, ao dizer que o infrator rompeu o hímem da menina, o [Escrivão-interlocutor] expõe a realidade cultural de uma determinada comunidade, bem como a questão da virgindade – nesse sentido, o [Escrivão] “compra” a vontade da depoente ao descrever indiretamente o desejo do discurso do depoente.

Outra característica presente no BO é a especificação dada ao elemento nominalizador “*filha*”, ao passo que o escrivão, num intuito de limitar as interpretações, trata de adjetivar a palavra filha por meio do termo “*menor*”, com isso, ele sustenta a culpa do infrator e ainda opera contra alterações de sentido, pois poderia se concluir, caso o substantivo não fosse adjetivado, que a vítima, na verdade, estava de comum acordo para que as vias de fato acontecessem.

Logo, percebe-se certa ambigüidade na transcrição do discurso no BO quando se refere a: “*sua filha menor (vítima)*”, observe que se pode entender tanto que a vítima é filha do infrator como ainda que seja filha somente da comunicante, isto se dá pela proximidade existente entre o sujeito “infrator” e o *pronome possessivo* “*sua*”, ambigüidade provocada, portanto pela ordem das palavras.

Constata-se no BO 900 a presença de um discurso referido que remete à reflexão, estando, pois, evidenciada pela presença de várias vozes: “*aproveitando-se que sua filha menor (vítima) estava sozinha*”, ou seja, nota-se a presença de uma segunda voz, a saber,

¹⁵ É válido salientar que essa escolha será estritamente a partir da transcrição do [Escrivão-Interlocutor] do discurso proferido por/pelo/a [depoente] no ato da comunicação do BO, não sendo possível a sua gravação que seria relevante, uma vez que, em se tratando de pesquisa de campo, a presente pesquisa necessitaria de “provas contundentes” às análises propostas.

aquela que compreenderia a afirmativa de que, “se a filha não estivesse sozinha”, isso não teria acontecido.

Portanto, nota-se a *subjetividade* quanto ao discurso do [escrivão-interlocutor], uma vez que este trata de relatar os fatos a partir de *um jogo de sentidos* influenciados pelo *contexto cultural*, bem como por elementos ideológicos que se solidificam no interior de outras vozes.

Assim, como ele faz no uso do eufemismo com a palavra *bolinar*, (*romper o hímem*), visando, por meio desse termo, indicar que o infrator não apenas mexia superficialmente, sustenta a idéia da intencionalidade de se aproveitar da vítima.

3ª. Análise

BO 865/2003

As 10:40 hs do dia 25-08-03 compareceu a comunicante e vítima nos informando que no último dia 22-08-03 no local acima citado o infrator sem autorização da vítima que é mãe pegou um dos filhos do casal que esta separado sendo o filho menor e até o presente momento não devolveu a vítima. (sic)

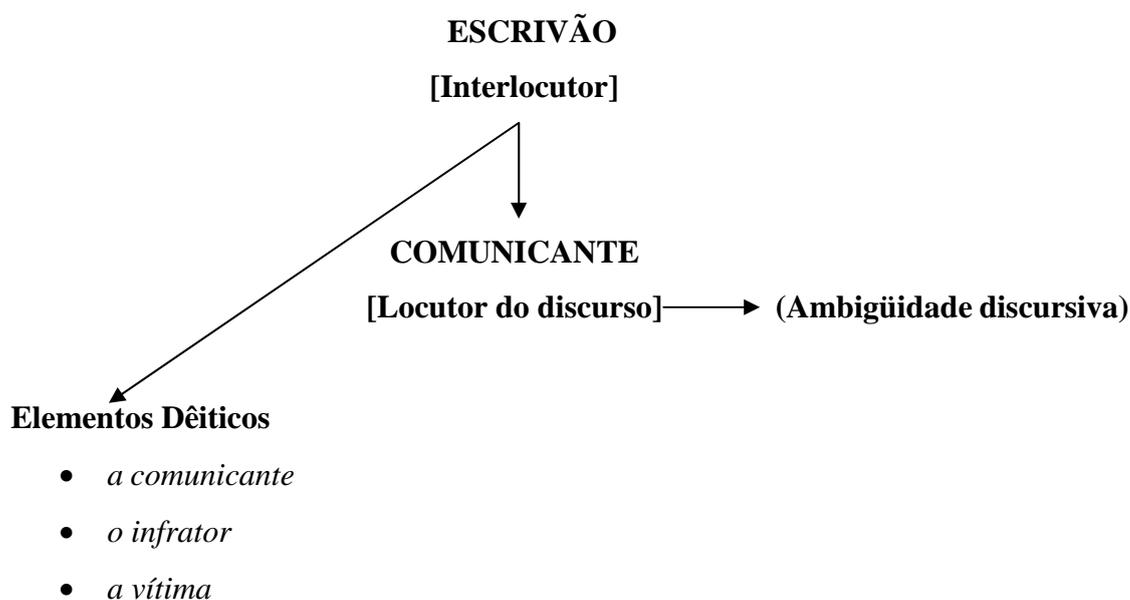
Nota-se, no BO acima, a intenção do escrivão em se ausentar do discurso enunciativo, isto é, ele trata de empregar o pronome “*nos*” como determinante de uma situação em que se fala para a DP e não apenas para o escrivão: “*nos informando que*”; com essa medida, há uma variação de situação, bem como de função. Assim, pode notar que o escrivão é o ‘responsável’ pela ‘*tradução parafrásica do texto relatado*’. A utilização da linguagem informal relatada para a linguagem formal é a sua responsabilidade no ato da comunicação escrita.

Observa-se, nessa abordagem, que a ocorrência policial terá um caráter da ‘*linguagem particularizada*’ por meio das transcrições comunicativas do [Escrivão-interlocutor]; este devendo ter conhecimento de habilidades de interdiscurso, na oralidade e na escrita – isentando-se, assim, de um compromisso no ato de enunciar o discurso outro.

Sendo assim, o escrivão-interlocutor, ao relatar o BO, determina a descrição de um discurso citado que não especifica uma marca subjetiva de ser o ‘seu’ – ou seja, o ‘eu’ dêitico. Para Lahud (1979, p. 102) “[...] a marca de adesão do sujeito que fala, a maneira como deve ser entendido aquilo que se diz; em suma, o que Austin denomina o “valor” do enunciado [...] correspondendo ao “sentido” e a “referência” dos filósofos”.

É evidente que essa contribuição exposta por Lahud tem um caráter estritamente semântico, pois os “sentidos” serão efetivados a partir das ‘falas’ dos ‘sujeitos’; determinando, assim, condições na produção do discurso em sua atividade na oralidade, bem como na escrita que pode se estabelecer pelo que Lahud (1979, p. 103) chama de “ilusão descritiva”, que se manifesta pela problemática semântica, esta abordada por Austin por seus estudos sobre o “valor dos enunciados” no contexto.

Veja o esquema:



Embora o escritor articule os fatos por meio de um discurso indireto, ele se preocupa tão somente em traduzir o relato da vítima, sem nada a ele acrescentar. Nesse sentido, temos um discurso citante, a saber, o relato atual do escritor que se sobrepõe ao discurso citado pela comunicante/vítima. Todavia, não se percebe o ponto de vista do escritor acerca dos fatos expressos.

Entretanto, o subjetivismo individualista apóia-se também sobre a enunciação monológica como ponto de partida da sua reflexão sobre a língua. É verdade que seus representantes não abordaram a enunciação monológica do ponto de vista do filólogo de compreensão passiva, mas, sim de dentro, do ponto de vista da pessoa, exprimindo-se. (BAKHTIN, 1997, p. 110).

Pode-se evidenciar no BO que o sujeito que comunica os fatos é o mesmo que os vive, ou seja, a *comunicante e a vítima* são respectivamente a mesma pessoa. Assim, tenciona-se mostrar que os fatos realmente são verdadeiros e precisos, uma vez que estão sendo descritos pela mesma pessoa que os vivenciou e não por terceiros, a saber, testemunhas.

Assim, a situação acaba por confirmar uma seqüência lógica e coerente do conteúdo expresso, em que não se tem um olhar de fora, mas sim de dentro do acontecimento. Essa situação, por sua vez, determina a força de quem fala, portanto, a veracidade da vítima e a culpa do infrator.

Igualmente, nota-se certa ambigüidade com relação ao emprego de algumas palavras: “*pegou um dos filhos do casal que está separado*”, verifique que se pode entender tanto que o casal está separado, bem como que o filho que o infrator pegou está separado. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a ordem das palavras determina necessariamente a compreensão do BO, uma vez que há uma quebra no sentido do texto, ficando sempre uma dúvida com relação ao todo enunciativo.

Outra característica a ser abordada é a maneira como o filho é tratado pelos pais, percebemos que o que, necessariamente, está em jogo não é o bem estar do filho e sim a rixa existente entre os pais. Vemos, assim, que o filho é tratado como um objeto a ser disputado, ou seja, quem estiver com ele (filho) nas mãos será o vencedor dessa desagradável luta. Observe: “*pegou um dos filhos do casal*”, notamos que a intenção do infrator era de realmente provocar a vítima, pois o casal possuía mais de um filho e apenas um foi levado por ele, o que nos leva a crer que o que o infrator (pai) pretendia era provocar a ex-esposa (vítima) e locutora do discurso do BO.

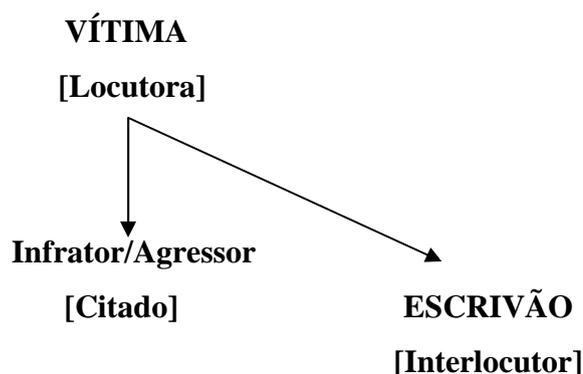
4ª. Análise

BO 378/2003

As 16:02 horas do dia 09/04/03, compareceu nesta DP a vítima acima qualificada nos comunicando que no sábado passado seu marido “ZONGA” agrediu com murros e pontapés na presença de seus filhos e a ofendeu com palavras de baixo calão; sendo que isso vem acontecendo há alguns anos e desta vez a vítima resolveu sair de casa pois além de tudo a ameaçou de morte. Dado e passado nesta cidade de Espigão do Oeste/RO, aos Dez (10) de abril (04) do ano de Dois Mil e Três (2003). (sic)

Tendo em vista o BO acima, pode-se dizer que o escrivão realiza um discurso em que há a presença de subjetividade, mesmo estando num papel de *citante* de um discurso *citado* pela vítima, onde há o elemento coesivo “pois” acentuando esse discurso, bem como o “dêitico”, transportado pelo pronome demonstrativo no texto.

Dentro desse pressuposto, ver esquema abaixo:



Determinadas expressões entre aspas pode indicar que, embora o escrivão use em sua enunciação aquela palavra ou expressão, estas são provenientes do discurso de outro, marcando, assim, a presença de outras vozes no interior do contexto enunciativo.

O escrivão coloca a palavra “ZONGA” entre aspas, sinalizando a presença de uma outra voz, pois denuncia que ele, o [Escrivão-interlocutor] não é falante desta variedade, bem como sua não-coincidência com tal modo de dizer, a qual se caracteriza como uma “escolha vocabular” que, neste caso, o enunciador, no momento em que usa a palavra entre aspas, trata de mostrar que não adere a esta palavra, mas sim de um “nome próprio” que se desconhece nessa relação de sentido no BO.

Assim sendo, Almeida, Rezende e Chaia (1993, p. 44) sintetizam que:

[...] neste caso, um distanciamento crítico do enunciador em relação ao dizer do outro, onde tal elemento ocorre naturalmente, não aspeado. Esse recurso da escrita corresponde, na linguagem oral, a uma operação de destaque do elemento distanciado através de uma anotação diferenciada.

Nota-se, nesse sentido, o emprego de algumas palavras que tratam de enfatizar a culpa do infrator: “agrediu com murros e pontapés”, “ofendeu com palavras de baixo calão” assim, as palavras “agrediu” e “ofendeu” determinam as ações cometidas pelo sujeito infrator em relação à vítima. Nessa perspectiva, o infrator se caracteriza como um *sujeito pragmático*, ou seja, aquele que realiza as ações de agredir e ofender a vítima que, por sua vez, se caracteriza como um indivíduo passional, quer dizer, o sujeito que *sofre as ações*.

Igualmente, evidencia-se no BO o uso do condicional que funciona para pôr em jogo um *enunciado outro* que, de uma forma ou de outra, determina a presença de outras vozes no discurso referido. Assim, quando se diz: “pois além de tudo a ameaçou de morte” percebe-se,

que a vítima que vinha há muito tempo sofrendo agressões, continuaria se expondo a essa situação caso o esposo (infrator) não a ameaçasse de morte.

Portanto, o símbolo *morte* determina as ações da vítima e o seu despertar para uma vida melhor, ausente de agressões e ofensas. Nota-se, assim, uma outra voz, a saber, aquela que sustenta a afirmativa do agressor não ameaçá-la de morte e a esposa, desse modo, não sair de casa.

5ª. Análise

BO 170/2003

Declara a *comunicante* que no dia 12-12-2002 o *infrator* (*Sirineu*) foi até a casa da *vítima* acompanhado de outros elementos e também com bebidas alcoólicas, estando na casa da *vítima*, “Que é tia do Sirineu” induziu a vítima a ingerir bebidas alcoólicas e quando *a mesma* já estava inconsciente praticou relações sexuais com *a vítima* e evadiu-se do local deixando todos da casa embriagados, alguns dias após o cunhado Valdir que é Pai do Sirineu, sabendo da História acontecida tentou seduzir *a vítima* a tomar bebidas alcoólicas para depois dar uma saída? (cantada) e após alguns dias seu outro cunhado Antonio foi até a casa da *vítima* tentando manter relações sexuais com a “*Vítima*” da qual não conseguiu por que *a vítima* correu. Na data de 18-12-02 *a vítima* estava indo para a casa de a sua irmã ajudá-la em algumas obrigações domésticas quando (02) dois elementos desconhecidos abordaram a vítima e sua irmã na rua, convidando-as para tomar uma cerveja no Skinão, o qual o convite foi aceito e após algumas cervejas o desconhecido levou-a em seu carro para um local escuro onde também manteve relações sexuais com *a vítima*. E na data de 31-12-2003 *o marido da vítima* chegou de viagem e descobriu os fatos, após conversar com *a vítima a mesma* “*vítima*” disse que não sabe por que aconteceu isso, pois não se lembra de nada, alegando que não está bem da cabeça. (sic)

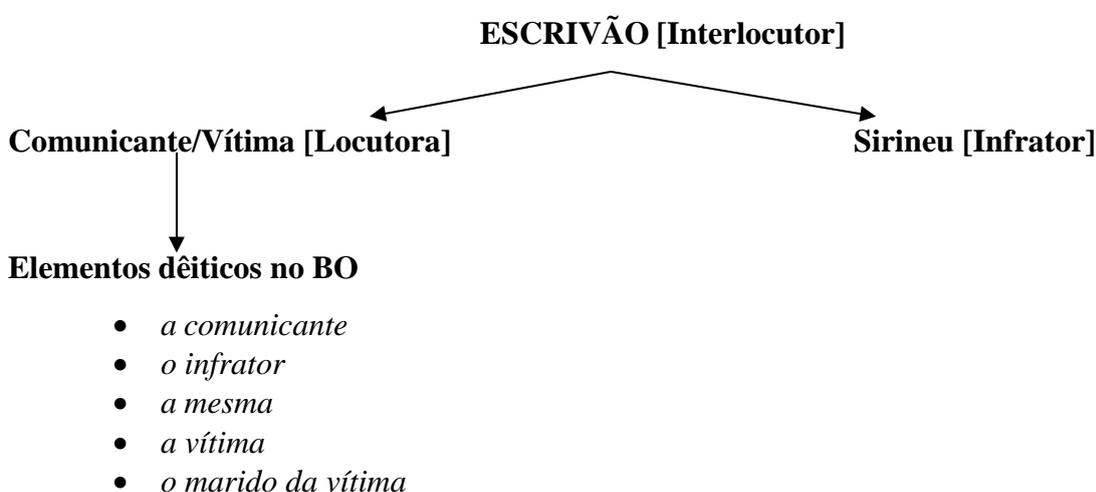
Ao observar o BO 170, é possível perceber que o escrivão relata os fatos a partir de um discurso indireto: “*Declara a comunicante que*”; nesse sentido, ele traduz, com suas palavras, o discurso relatado pela vítima.

Pode-se dizer que a linguagem utilizada no BO corresponde a um discurso citante (escrivão) sobre um discurso citado (comunicante). Desse modo, percebe-se que a voz do comunicante não é dele, ela pode ser caracterizada pelo resultado entre o “*eu*” e o “*tu*” nesse processo da intertextualização discursiva, caracterizando-se, portanto, como um *sujeito enunciador subjetivo*, uma vez que o seu discurso apresenta interferências de outras bases.

O que se propõe, neste caso é tomar como objeto de estudo o enunciado, não visto isoladamente, como unidade de sentido, mas como subunidade no texto, com relações internas entre seus segmentos e relações externas com outros enunciados no texto. (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 93).

O [escrivão-interlocutor], por sua vez, coloca várias palavras e expressões entre aspas, o que, de certo modo, sinaliza o seu “*distanciamento*” com relação aquilo que está sendo relatado, ou seja, apresenta uma dúvida no que se refere à veracidade daquilo que se relata, bem como tornar evidente o seu parecer indevido acerca desses fatos e ainda chamar a atenção para essas minúcias, enfatizando-as, de modo a torná-las preponderantes.

Sendo assim, ver esquema abaixo:



Assim, quando se diz: “*Que é tia do Sirineu*” pressupõe-se no discurso do escrivão uma intencionalidade em elucidar este momento, tendo em vista o grau de parentesco existente entre a vítima e o infrator. Observa-se que, ao colocar a palavra “*vítima*” entre aspas, em dois momentos no BO o enunciador (escrivão) trata de levantar um questionamento acerca da posição em que *a vítima* aparece, quer dizer, ele, de certo modo, incita o interlocutor a refletir sobre essa situação, passando, portanto, a compreender a vítima como uma *suposta vítima*.

Para tanto, a ocorrência é registrada por uma mulher, a saber, a vítima, que, por sua vez, é tratada pelo escrivão como: *comunicante*, *vítima* e *a mesma*; nesse sentido, ela se apresenta como um sujeito alheio totalmente às situações do momento, deixando-se seduzir pelos eventuais infratores.

Dessa maneira, a vítima é caracterizada pelo escrivão como uma mulher “*inconsciente*” e “*embriagada*”, sendo, portanto, estas marcas discursivas que a levam a realizar tais ações, ou seja, uma condição negativa conduz a vítima à prática de todos esses

atos. Esses se tornam viáveis pela concepção do filósofo De Certeau (2005, p. 71-2) quando diz que “o lugar da análise [...] é uma obediência ao uso ordinário. Essa mudança de lugar modifica o estatuto do discurso [...] como um conjunto de práticas em que a própria pessoa do analisador se acha implicada e pelas quais a prosa do mundo opera”.

Nessas perspectivas que os infratores são tratados pelo escrivão como: Sirineu, cunhado Antonio e elementos desconhecidos. Percebe-se, desse modo, que dois infratores são especificados pela vítima, reconhecidos, ao passo que um é o sobrinho da vítima e outro o cunhado.

Todavia, os últimos infratores são caracterizados pelo escrivão como elementos desconhecidos, tendo em vista, é claro, um não conhecimento anterior da vítima acerca dos mesmos.

Seguindo essa perspectiva, todos os infratores são caracterizados como sujeitos em busca de praticar relações sexuais com a vítima que, por duas vezes, se deixa seduzir, cedendo, portanto, às tentativas dos infratores. A justificativa da comunicante ao registrar a ocorrência é que não sabe por que tudo isso aconteceu, uma vez que não se lembra de nada: “*alegando que não está bem da cabeça*”, isto é, a suposta vítima, assim como nos faz crer o escrivão, se isenta da culpa, atribuindo a mesma aos infratores, apresentando como aproveitadores da situação em que ela se encontrava.

No entanto, ao mencionar o aparecimento do marido que estava viajando, o escrivão levanta uma questão demasiadamente importante que é a traição, ao passo que condiciona a justificativa da vítima exatamente a este aparecimento, na tentativa de excluir sua culpa perante os fatos acontecidos.

Para De Certeau (2005, p. 250) essas concepções enunciativas abordadas pelo escrivão mediante as interpelações do comunicante se estabelecem a partir do

[...] deslocamento histórico do problema da enunciação, isto é, do “ato de falar” ou *speech act*. A questão do locutor e de sua identidade se torna aguda com a fragmentação do mundo supostamente falado e falante: quem é que fala quando não existe mais um Falante divino que funda toda a enunciação [...] esta constituída nos postulados do enunciado (objeto escrevível) e a anunciação (ato de dizer) [...] opondo-se a “criatividade” da palavra ao “sistema da língua” proposta por Saussure.

Evidencia-se ainda, nesse entremeio do enunciado, a presença de palavras entre parênteses: (*cantada*), (02); com essa medida, o escrivão atenua uma determinada explicação acerca dos fatos elucidados, quer dizer, é como se ele propusesse ao interlocutor um entendimento mais satisfatório sobre estas palavras, num intuito de explicar mais

especificamente o que está sendo registrado pela comunicante. Nota-se, assim, a presença da voz do escrivão, como princípio de retomada da enunciação prescrita que na visão do filósofo francês De Certeau (2005, p. 256) nasce da “presença e do sistema [...] uma não-identidade de si consigo mesma” como interlocutor e, ao mesmo tempo, locutor desse discurso relatado.

6ª. Análise

BO 746/2003

Às 14:30 hs do dia 24-07-03 compareceu a vítima acima citada nos comunicando que o dia o infrator vem ameaçando de morte e na data acima citada ele deixou escrito numa plaquinha que “acabaria com você” e tocar fogo na casa. (sic)

Nota-se, no BO acima, a presença de subjetividade por parte do escrivão, que, por sua vez, relata uma ocorrência registrada por uma mulher contra um infrator que a ameaçou de morte. Nesse sentido, o sujeito que comunica os fatos é tratado pelo escrivão simplesmente como a vítima e o sujeito como um infrator: o sujeito “da ação”.

Assim, é válido observar que o discurso relatado pelo escrivão corresponde a um discurso indireto: “*compareceu a vítima acima citada nos comunicando*”, uma vez que conta os fatos a partir de uma reformulação das palavras da vítima.

Segundo Ginzburg (1989, p. 149-151), “[...] um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, são considerados reveladores. [...] constituído nas ciências humanas como um paradigma indiciário baseado na semiótica.” Dessa forma, o escrivão se apresenta como um sujeito citante de um discurso já-dito, ou seja, o discurso da vítima.

Ver esquema abaixo:



Ao analisar o esquema acima, é válido delimitar em De Certeau (2005, p. 266) que “A operação codificadora, articulada a partir dos significantes, *faz* o sentido que não é, portanto definido por um depósito, por uma “intenção” ou por uma atividade autoral.”

Com isso, percebe-se, nesse BO, o emprego de expressões entre aspas, a saber: “*acabaria com você*”, evidencia-se neste discurso um relato particularizado, em que, ao invés do escrivão firmar seu distanciamento dos fatos, além disso, De Certeau (2005, p. 268) afirma que “A autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais que sobredeterminam a sua relação com os textos”.

Logo, a partir do ponto de vista do escrivão ao relatar a voz do outro quando diz: “*acabaria com você*”; esse interdiscurso não corresponde à fala do infrator, uma vez que o tempo do enunciado poderia estar no presente, ou seja, o escrivão faz uma re-leitura do discurso enunciativo *do infrator* e o relata como se ele mesmo estivesse proferindo o contexto para a vítima. Isto posto, o tempo da expressão no contexto discursivo é percebido no “*futuro do pretérito*”, quer dizer, uma situação que poderia acontecer num futuro próximo.

Para Ilari (1997, p. 8)

O estudo da expressão lingüística do tempo, em português, deveria dar conta das seguintes tarefas: 1- reconhecer as expressões e construções que indicam tempo, caracterizando sua contribuição à interpretação das sentenças em que ocorrem; 2 – desenvolver um conjunto de noções e uma metalinguagem adequadas para a descrição das expressões e construções gramaticais que indicam tempo; 3 – elaborar representações formais das sentenças que levem em conta as referências temporais nelas contidas, ou seja, definir procedimentos que permitam construir fórmulas de uma linguagem abstrata e isenta de ambigüidades cuja estrutura sintática permita **exibir as referências temporais das sentenças da língua corrente**. (grifo do autor)

Assim sendo, ao tratar dessas expressões lingüísticas, podemos observar que a análise lingüística pode ser compreendida dependendo dos recursos e/ou conteúdos expressivos indicados no texto-base da análise.

Tem-se, nesse contexto, que a existência do sujeito (vítima) que sofre ameaças de um sujeito (infrator), corresponde à sustentação escrita pela oralidade, em que, segundo De Certeau, (1996, p. 336) “[...] a razão exige o reconhecimento de seus direitos, pois começamos a descobrir mais nitidamente o papel fundador do oral na relação com o outro”. Pois, daquilo que a *fala* promulga, ela antecede a expectativa do sentido pela multiplicidade dos sinais representados ao longo do texto. Trata-se, pois de uma concepção essencial para a comunicação.

Conquanto as ameaças identificadas por parte do infrator possibilitam uma relação de sentidos a partir da *fala* relatada à sua constituição como segunda interpretação parafrásica no que concerne a visão da *ameaça* enfatizada pelo comunicante a qual a voz, enquanto contexto discursivo faz com que o interlocutor contribua intencionalmente a uma heterogeneidade anunciada que De Certeau (1996, p. 337) chama de “[...] tratamento policultural”, singularizando o *locutor/comunicante* no ato de fala para a comunicação escrita.

IX. CONCLUSÃO

9.1 A Subjetividade em Boletins de Ocorrência

A partir dessas abordagens, pode constatar que a subjetividade em Boletins de ocorrência depende de fatores como a reflexão do auditório social de cada indivíduo que está centralizada a partir da variedade da comunicação, que visa uma ideologia, não apenas como reflexão, mas como prioridade em organizar as idéias que se relacionam à consciência individual em cada situação enunciativa.

Nesse caso, pode-se notar também que o *discurso relatado* como primeira instância a ser analisada, representa um outro discurso e que o *discurso referido* corresponde ao discurso que inclui em si um outro discurso, tornando-se lúcido, de certo modo, a partir da *presença* ou da *ausência* de subjetividade, em que o sujeito, aqui é representado na figura do *escrivão*, sob o ponto de vista lingüístico (elemento textual enunciativo) da análise representada nos BO's.

Assim sendo, pode-se considerar no *corpus* de pesquisa, que os Boletins de Ocorrência (BO's) se transfiguram no texto pela presença/ausência de subjetividade, isto posto de acordo as necessidades do (locutor) e seu desencadeamento enunciativo no ato do depoimento.

A partir desses pressupostos, nota-se nos BO's *marcas de subjetividade*, bem como o assujeitamento em determinadas situações, caracterizadas no discurso do *escrivão*, onde a escolha vocabular, isto é, a intencionalidade discursiva que aparece no texto transcrito caracteriza-se como sujeitos próprios do interior do discurso enunciativo. Assim, a concepção de “subjetividade nos Boletins de Ocorrência” é latente pela “intromissão” de um sujeito que se insere no “discurso outro”. Toma-se, no entanto, uma aproximação entre os discursos e suas referências: o discurso relatado e o discurso referido que serviram de contextualizações para o desenvolvimento da pesquisa como conceituação qualitativo-discursiva; propósito em primeira instância do presente trabalho.

Para tanto, é válido constatar que as contribuições pertinentes à melhoria e qualidade da interlocução dar-se-á pela troca verbal (escrita), uma vez que, a partir do registro dos Boletins de Ocorrência há uma representação do diálogo do destinatário do sujeito ao locutor. Assim, facilitando a noção da imparcialidade existente no discurso – onde o mesmo se aproxima do real, do texto escrito, a partir do relato na oralidade. Pois, cada locutor que toma a palavra para si, precederá em interlocutores, retomando seu sentido comum e designando a posição de receptor no ato da comunicação – tomando a palavra para o seu turno.

X. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998. (Coleção Repertórios)
- ARRIVÉ, Michel. **Lingüística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros**. 2. ed. São Paulo: Edusp. (Ensaio de Cultura 3), 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 8. ed Trad. Michel Lahud e Yara Frateshi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997a.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.
- BAKHTIN, Mikhail. **“A interação verbal”**. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997c.
- BAKHTIN, Mikhail. **“Língua, fala e enunciação”**. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997d.
- BAKHTIN, Mikhail. **“Tema e significação na língua”**. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997e.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002a.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. e FIORIN, José Luiz. (Orgs.) **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003b. (Ensaio de Cultura 7)
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**. Campinas, SP: Pontes: Ed. Unicamp, 1989.
- BEZERRA, José de Ribamar Mendes. **Análise do discurso: uma linguagem do poder judiciário**. Curitiba: HB livros, 1998.
- BRAIT, Beth. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997a.
- BRAIT, Beth. (Org). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005b.
- BRAIT, Beth. (Org). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006c.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 1998.
- BRETON, Philippe. **Argumentação na comunicação**. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

- BORGES, Andressa Gomes e JESUS, Sérgio Nunes de. **REVISTA PRÁXIS VIII**. O estudo dos sentidos: uma concepção lingüístico-semântica. Cacoal/RO, SNJ, 2005.
- BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da comunicação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- BUENO, Francisco da Silva. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro: FENAME (Ministério da Educação e Cultura), 1956.
- CAMARGO, Antonio Luís Chaves. **Tipo penal e linguagem**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005a.
- DE CERTEAU, Michel e GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005b.
- DE PAULO, Antonio. **Pequeno dicionário jurídico**. 2. ed. DP&A: Rio de Janeiro, 2005.
- DISCINI, Norma. **O estilo nos textos**. São Paulo: Contexto, 2003.
- DUCROT, O. **Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer**. São Paulo: Cultrix. 1972.
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba/PR: Criar Edições, 2003a.
- FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão; CASTRO, Gilberto de. (Orgs.) **Diálogos com Bakhtin**. 3. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001b.
- FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Livres pensares**. Porto Velho: Edufro, 2003.
- FERNANDES, Claudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005. (Coleção Sala de Aula)
- FÁVERO, Leonor Lopes e KOCH, Ingedore G. Villaça. **Lingüística textual: Introdução**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005b. (Ensaio 44)
- FLORES, Valdir do Nascimento & TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 1005.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987a.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

- FREGE, Gottlob. (1978). **“Digressões sobre o sentido e a referência”**. In: Lógica e filosofia da linguagem. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GABLER, Iracema; AMARAL, Nair. F. Gurgel do; PARMIGIANI, Tânia Rocha. **Análise do discurso: uma leitura em três enfoques**. Porto Velho: Edufro, 2001.
- GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GREGOLIN, Maria do Rosário & BARONAS, Roberto. (Orgs.) **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos/SP: Claraluz, 2001a. (Coleção Olhares Oblíquos)
- GOMES, Claudete Pereira. **Tendências da semântica lingüística**. Ijuí/RS: Unijuí, 2003.
- GONÇALVES, Wilson José. **Comunicação jurídica: perspectiva da semiótica**. Campo Grande: UCDB, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2005.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1992.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. São Paulo: Ática, 1998. (Série princípios)
- ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português**. São Paulo: Contexto: EDUC, 1997b. (Repensando a Língua Portuguesa)
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987a.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. **A interação pela linguagem**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003b.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- LAHUD, Michel. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 1986.
- MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. (Na ponta da língua; 14)

- MEURER, José Luiz e ROTH, Désirée Motta. **Gêneros textuais**. São Paulo: EDUSC, 2002.
- MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001a.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005b.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005c.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é lingüística**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994d.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002e. (Coleção Repertório).
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003f.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- PALMER, F. R. **A semântica**. São Paulo: Edições 70, 1976.
- POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba, PR: Criar Edições, 2002.
- RAFFO, Julio C. **Introdução ao conhecimento jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
- SOTO, Érica Antonia Bianco de. **Sentença civil**: perspectiva pragmática. Campo Grande/MS: UCDB, 2001.
- van DIJK, Teun Adrianus. **Cognição, discurso e interação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXOS

CÓPIAS DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA (BO's)

“O DISCURSO RELATADO”

N^{os.} 902; 185;130; 945.

CÓPIAS DOS BOLETINS DE OCORRÊNCIA (BO's)

“O DISCURSO REFERIDO”

N^{os}. 183; 900; 865; 378; 170; 746.